

Alana Maria Carioca

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA DAS  
REVISTAS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS,  
CLASSIFICADAS NO QUALIS - PERIÓDICOS 2014, SOBRE  
CORRUPÇÃO, FRAUDE E GOVERNANÇA CORPORATIVA:  
UM ESTUDO COMPARATIVO COM A INCIDÊNCIA DE  
CASOS DE CORRUPÇÃO NO PAÍS.**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em Administração da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Mestre em Administração.  
Orientador: Prof. Dr. Gilberto de  
Oliveira Moritz

FLORIANÓPOLIS  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carioca, Alana Maria

A produção científica brasileira das revistas de Administração e Ciências Contábeis, classificadas no Qualis - periódicos 2014, sobre corrupção, fraude e governança corporativa : um estudo comparativo com a incidência de casos de corrupção no país / Alana Maria Carioca ; orientador, Gilberto de Oliveira Moritz - Florianópolis, SC, 2016.

135 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Corrupção. 3. Fraude. 4. Governança Corporativa. 5. Produção Intelectual. I. Moritz, Gilberto de Oliveira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

Alana Maria Carioca

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA DAS  
REVISTAS DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS,  
CLASSIFICADAS NO QUALIS - PERIÓDICOS 2014, SOBRE  
CORRUPÇÃO, FRAUDE E GOVERNANÇA CORPORATIVA:  
UM ESTUDO COMPARATIVO COM A INCIDÊNCIA DE  
CASOS DE CORRUPÇÃO NO PAÍS.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Administração, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de março de 2016.

---

Prof. Marcus Vinícius Andrade de Lima, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Gilberto de Oliveira Moritz  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Maurício Andrade de Lima  
UNISUL

---

Prof. Dr. Alonso da Rocha Borba  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

. Dr. Marcus Vinícius Andrade de Lima  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, sem O qual eu não teria tido forças para chegar até aqui.

Muitas foram as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desta etapa da minha vida. A jornada não foi fácil, mas elas ajudaram significativamente. Cada uma a sua maneira.

Ao professor Dr. Gilberto de Oliveira Moritz, meu orientador, pelo aprendizado nas disciplinas, pelas oportunidades oferecidas para o meu desenvolvimento intelectual, pelas revisões, sugestões, aprimoramento do meu trabalho. Ao professor agradeço também pela amizade, pelo companheirismo e principalmente por ter confiado em mim.

Aos meus queridos pais que nunca me deixaram faltar ânimo durante a caminhada. Por terem sempre estado ao meu lado, me incentivando, consolando e ajudando nos momentos mais difíceis, seja por questões emocionais, financeiras ou intelectuais.

A todos os meus irmãos pelo apoio incondicional que me deram.

Aos meus queridos amigos do peito, que na verdade, são mais que amigos: Will Falcão, Diogo Borges, Bruno Rodrigues, Kleiton Reis, Gabriela Martini, Julia Wolf, e Leandro Lopes, por tonaram a estada em Floripa mais divertida e menos solitária.

A minha queridíssima amiga, Dahens Ortiz. Uma pessoa que teve um papel de destaque em minha passagem por Florianópolis. Os meus agradecimentos vão além do que qualquer palavra possa expressar. Muito mais que me acolher como uma filha, foi uma amiga para todas as horas.

Aos colegas da Pós-Graduação, que se tornaram amigos e fizeram com que os momentos críticos se tornassem mais leves e agradáveis, em especial a Débora Ractz Lima, amiga e colega de trabalho no Projeto Ilha Rendada.

A UFSC, por ter me acolhido gentilmente. Em especial, à todos os professores do CPGA que me ajudaram na caminhada intelectual.

Ao Rodrigo, secretário do CPGA, que sempre me deu grande ajuda e por ser tão solícito e amigável.

Ao Milton Luiz Spaniol, namorado e amigo, pelo amor, pelo apoio, pela compreensão e pelas palavras de incentivo que não me permitiram desistir nas inúmeras vezes que encontrei barreiras, aparentemente, intransponíveis.

A minha adorável prima, Ane Lima, pela torcida e apoio.

Por fim, ao CNPQ pela concessão da bolsa de estudos, indispensável para o êxito na conclusão do curso.

## **RESUMO**

A corrupção e a fraude, nas suas mais diversas formas, são fenômenos antigos que assolam a humanidade, não sendo restrito aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Na última década, inúmeros casos se tornaram públicos em diversas nações do globo. No Brasil, os atos dessa natureza se apresentam como um grave problema estrutural da sociedade e do sistema político. Nesse contexto complexo, buscou-se verificar se a produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa acompanhou a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional entre 2010 a 2015, por meio de um teste de correlação das duas variáveis. Acrescentou-se à pesquisa, a temática da governança corporativa, dada a sua classificação como mecanismo interno de integridade e, consequentemente, mecanismo de combate à corrupção. Os dados foram coletados nas revistas de Administração e Contabilidade classificadas pelo Qualis – periódicos 2014 em A1 a C. No entanto, no Brasil não existem revistas classificadas em A1 e a maioria das revistas classificadas em C não estavam disponíveis para acesso gratuito. Assim, a pesquisa se deu efetivamente nas revistas A2 a B5, totalizando 461 artigos sobre o tema. Desse universo, 83% da produção científica trata da governança corporativa, 7% sobre fraudes e 10% sobre a corrupção. Acredita-se que isso se deve ao fato de estarmos na terceira geração de pesquisas – propostas de erradicar a corrupção – cujo direcionamento aponta para as formas de combater essa prática. Assim, pode-se afirmar que a governança corporativa tem sido um assunto bastante abordado nas revistas acadêmicas pesquisadas. Com relação aos resultados do teste de correlação de Pearson, chegou-se a conclusão de que os dados da amostra não apresentaram evidências suficientes para afirmar que a produção científica acompanha a periodicidade anual dos escândalos de corrupção e fraude.

**Palavras-chave:** Corrupção. Governança corporativa. Produção Científica.





## ABSTRACT

Corruption and fraud in its various forms are old phenomena plaguing humanity, not being restricted to non-developed or developing countries. In the last decade, numerous cases have been made public in various nations around the globe. In Brazil, such acts are presented as a serious structural problem of society and the political system. In this complex context, we sought to determine whether the literature on corruption, fraud and corporative governance followed the annual frequency of corruption cases in the country presented by the national media during 2010 to 2015 year, using these two variables on a correlation test. The corporate governance issue, was added to the research, given its classification as internal mechanism of integrity and consequently as mechanism to combat corruption. Data were collected in Management and Accounting journals classified as A1 to C in the Qualis - journals 2014. However, in Brazil there are no journals classified as A1 and most of the journals classified as C were not available for free access. Thus, the research was effectively made in the A2 to B5 journals, totaling four hundred sixty-one articles. In this universe, 83% of the scientific production was about corporate governance, 7% about fraud and 10% about corruption. We believe that this is due to the fact that we are the third generation of research on corruption – proposals to eradicate corruption, whose direction points to ways to combat this practice. Thus, it can be stated that corporative governance has been a very discussed subject in the surveyed academic journals. Regarding the results of the Pearson correlation test, we came to the conclusion that the sample data did not present enough evidence to assert that scientific production follows the annual frequency of corruption and fraud scandals.

**Keywords:** Corruption. Corporate Governance. Scientific Production.



## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Tipos de crimes econômicos –<br>Resultados Globais.....   | 36 |
| Figura 2 – Tipos de crimes econômicos –<br>Brasil.....   | 37 |
| Figura 3 – Diagrama de dispersão sobre a corrupção<br>e a produção intelectual anual.....                  | 91 |
| Figura 4 – Valor absoluto mínimo para o coeficiente<br>de correlação $r$ de Pearson ser significativo..... | 93 |



## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 – Tipos de Corrupção segundo o manual da UNODC .....           | 34 |
| Quadro 2 – Sujeito de Improbidade Administrativa .....                  | 50 |
| Quadro 3 – Sistemas de Governança Corporativa adotados pelo Mundo ..... | 63 |
| Quadro 4 – Ferramentas de Compliance .....                              | 66 |



## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 – Distribuição de Frequência das publicações A2 e B1 .....                 | 89  |
| Tabela 2 – Publicação anual das revistas A2 e B1 .....                              | 89  |
| Tabela 3 – Variáveis do teste de correlação .....                                   | 90  |
| Tabela 4 – Organização dos dados para o cálculo de $r$ .....                        | 92  |
| Tabela 5 – Valor de $r$ .....   | 93  |
| Tabela 6 – Dados para o teste de correlação sobre a governança corporativa .....    | 94  |
| Tabela 7 – Valor de $r$ para a governança corporativa .....                         | 95  |
| Tabela 8 – A corrupção no Brasil e os tipos de corrupção do manual UNODC 2004 ..... | 101 |





## SUMÁRIO

|           |   |           |
|-----------|---|-----------|
| <b>1.</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>19</b> |
| 1.1       | Delimitação do Tema   | 19        |
| 1.2       | Problema de pesquisa  | 21        |
| 1.3       | Objetivo Geral  | 21        |
| 1.4       | Objetivos Específicos   | 22        |
| 1.5       | Justificativa   | 22        |
| <b>2.</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>  | <b>27</b> |
| 2.1       | O fenômeno da corrupção e da fraude                                     | 27        |
| 2.1.2     | Conceitos e Percepções: corrupção                                       | 28        |
| 2.1.3     | Conceitos e Percepções: fraude  | 29        |
| 2.1.4     | Uma breve abordagem: fatores que contribuem com a fraude e a corrupção  | 31        |
| 2.1.5     | Tipificação da corrupção  | 33        |
| 2.2       | O papel da universidade   | 38        |
| 2.2.1     | A Discussão acadêmica: as três gerações de pesquisa                     | 39        |
| 2.2.1.1   | A primeira geração de pesquisa: As diferentes visões do fenômeno        | 39        |
| 2.2.1.2   | A segunda geração de pesquisa: Identificação dos riscos de investimento | 40        |
| 2.2.1.3   | A terceira geração de pesquisa: Propostas para erradicar a corrupção    | 42        |
| 2.3       | Mecanismos legais de combate a corrupção                                | 44        |
| 2.3.1     | Práticas de Corrupção no exterior - FCPA                                | 45        |
| 2.3.2     | A Bribery Act – BA  | 46        |
| 2.3.3     | A Lei Sarbanes –Oxley   | 47        |
| 2.3.4     | A Lei 8.429/1992 – Improbidade Administrativa                           | 48        |
| 2.3.5     | A Lei 9.613/1998 – Lavagem de dinheiro                                  | 51        |
| 2.3.6     | A Lei 12.683/2012 – Alteração da Lei 9.613/98                           | 52        |
| 2.3.7     | A Lei 12.846/2013 – Lei “Anticorrupção”                                 | 53        |
| 2.4       | Mecanismos internos de integridade                                      | 56        |
| 2.4.1     | O comportamento ético empresarial                                       | 56        |
| 2.4.2     | O conflito de interesse e a teoria da agência                           | 58        |
| 2.4.3     | A governança corporativa  | 60        |
| 2.4.4     | Compliance  | 64        |
| <b>3.</b> | <b>METODOLOGIA DE PESQUISA</b>  | <b>69</b> |

|           |  |            |
|-----------|--|------------|
| 3.1       | Classificação da Pesquisa .....  | 69         |
| 3.2       | Procedimentos Metodológicos .....  | 72         |
| 3.2.1     | Primeira fase: coleta de dados .....   | 72         |
| 3.2.2     | Segunda fase: análise dos dados .....  | 72         |
| <b>4.</b> | <b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>   | <b>75</b>  |
| 4.1       | Casos: corrupção e fraude entre 2010-2015 .....  | 75         |
| 4.1.1     | Máfia dos transportes .....  | 76         |
| 4.1.2     | Fraude em licitação da saúde pública do RJ .....   | 76         |
| 4.1.3     | Caso Erenice .....   | 78         |
| 4.1.4     | Caso Cachoeira .....   | 79         |
| 4.1.5     | Máfia do ISS .....   | 80         |
| 4.1.6     | Cartel do Metro .....  | 82         |
| 4.1.7     | Operação Lava Jato/Petrolão .....  | 83         |
| 4.1.8     | Operação Zelotes .....   | 85         |
| 4.2       | O Qualis – Periódicos 2014 .....   | 87         |
| 4.3       | O teste de correlação .....  | 88         |
| 4.4       | Análise dos casos de corrupção no Brasil<br>segundo Manual UNODC 2004 .....  | 96         |
| <b>5</b>  | <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>103</b> |
| 5.1       | SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES .....  | 109        |
|           | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>111</b> |
|           | Bibliografia complementar .....  | 125        |
|           | <b>APÊNDICE A</b> – Quantidade de publicação<br>nas revistas classificadas em A2 .....                                       | 127        |
|           | <b>APÊNDICE B</b> – Quantidade de publicação<br>nas revistas classificadas em B1 .....                                       | 129        |
|           | <b>APÊNDICE C</b> – Quantidade de publicação<br>nas revistas classificadas em B2 .....                                       | 131        |
|           | <b>APÊNDICE D</b> – Quantidade de publicação<br>nas revistas classificadas em B3 .....                                       | 132        |
|           | <b>APÊNDICE E</b> – Quantidade de publicação<br>nas revistas classificadas em B4 .....                                       | 133        |
|           | <b>APÊNDICE F</b> – Quantidade de publicação<br>nas revistas classificadas em B5 .....                                       | 134        |
|           | <b>ANEXO A</b> - Tabela do valor absoluto<br>mínimo para o coeficiente de correlação r<br>de Pearson ser significativo ..... | 135        |

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Delimitação do tema**

A corrupção e a fraude são fenômenos que assolam a humanidade desde os primórdios da vida em sociedade e hoje representam um dos grandes problemas do mundo globalizado. Aparentemente, esse fenômeno vem se desenvolvendo na mesma proporção que se desenvolve a sociedade. (VIEIRA JUNIOR, 2011).

Nas últimas décadas, diversos casos de fraudes corporativas e corrupção das mais variadas se fizeram presentes no cenário Mundial. Fato que corrobora com o argumento de Vieira Junior (2011) de que quanto maior o número de relações humanas, mais propícia a ocorrência de um ato corrupto, já que somente na primeira década de 2000, houve uma frequência considerável de engenhosos esquemas dessa natureza.

Grandes empresas americanas e europeias protagonizaram os maiores escândalos corporativos por seu envolvimento com atos ilícitos. Nos EUA, o caso da Enron, da Tyco, da Worldcom, da Xerox, da Bristol Meyers Squibb, da Merck e Global Crossing chocaram a sociedade ao serem descobertos. Na Europa, a Parmalat e a Cirio também estiveram envolvidas em atos fraudulentos e desonestos (FREITAS, 2012).

No contexto nacional não foi diferente. Alguns dos casos a serem mencionados encenar o envolvimento de algumas empresas como o Banco Econômico, Banco Santos, Encol, Boi Gordo, Daslu (WOOD JR. e COSTA, 2012) a Sadia, a Aracruz e Banco Pan-americano em fraudes financeiras (FREITAS, 2012).

Não obstante, atualmente, no cenário brasileiro ainda se verifica o quanto a corrupção se faz presente no país. Existem investigações em andamento sendo feitos pelos órgãos competentes envolvendo a paraestatal Petrobrás num esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro (CGU, 2015).

Segundo estimativa da Polícia Federal, os prejuízos podem atingir a cifra bilionária de R\$ 19 bilhões. No último balanço divulgado em abril de 2015, a estatal admitiu perdas no montante de R\$ 6,2 bilhões decorrentes do esquema de corrupção que começou a ser investigado em meados de 2014 (PORTAL G1, 2015).

Para Freitas (2012), eventos dessa natureza, têm se mostrado cada vez mais frequentes e sofisticados, utilizando de técnicas complexas e engenhosas com o intuito de ludibriar o mercado, produzindo com isso, um número cada vez maior de vítimas (COSTA, 2011).

Esses acontecimentos deixam um rastro que afeta diretamente a população, a economia do país, os investimentos estrangeiros diretos, além de gerar injustiças, desigualdades sociais mais intensas e o enfraquecimento da relação sociedade-civil e o poder público (ABREU JUNIOR, 2015).

Ainda, o assunto ganha relevância por estar presente em um ambiente onde há uma quantidade significativa de mecanismos legais que visam combater a corrupção em suas diferentes dimensões ou esferas.

Adicionalmente, nos últimos anos, a sociedade de maneira geral, têm participado com maior expressividade na busca por mais transparência e menos corrupção e fraudes no país. Houve um aumento da participação da sociedade em manifestações cujo objetivo primordial é de demonstrar o interesse pelas ações e decisões que são tomadas. Ainda, são reflexos do descontentamento da população com diversas questões, dentre elas, a corrupção.

Embora exista uma visão mais acentuada da corrupção no setor público brasileiro, Costa (2011) afirma que “as fraudes corporativas são frequentes na conjuntura empresarial contemporânea, apesar de todos os esforços que vem sendo empreendidos tanto para evitá-los quanto para punir os responsáveis por tais ilícitos”. (COSTA, 2011, p 12).

Inegavelmente, a corrupção passou a ser encarada como um dos principais problemas enfrentados pelas organizações e pela sociedade de maneira geral (SANTOS, et al., 2013). Os impactos negativos são sentidos por toda a população, caracterizando com isso a corrupção e a fraude como entraves para o desenvolvimento sustentável e gerando altos custos econômicos, sociais e políticos.

A grande repercussão negativa em torno de tais questões tem levado as organizações a adotarem medidas internas que visem garantir a transparência, a ética e a seriedade nas suas operações e nos relacionamentos com a sociedade, com os acionistas e com as partes envolvidas. Surge assim, mecanismos internos de integridade como a governança corporativa como forma de minimizar e/ou coibir as práticas corruptas e as fraudes.

Verifica-se, assim, que o assunto desperta comum interesse entre diferentes atores. Há uma mobilização no âmbito organizacional, na sociedade civil e nos órgãos fiscalizadores buscando soluções que auxiliem na detecção de casos e no combate à corrupção.

Em meio a essa mobilização, não caberia a academia manter-se indiferente, dada a principal função do ambiente da universidade de compartilhar conhecimentos necessários para o desenvolvimento de

novos profissionais e o dever de cumprir o papel de facilitadora da produção de novos conhecimentos, responsáveis pela interpretação de fatos e informações, incorporando aspectos contextuais ao seu redor. (SOARES, 2003).

Para Sefidvash (1994) as resoluções dos problemas da humanidade devem ser reflexos do conhecimento e da produção do saber, inerentes ao papel da academia, buscando, dessa maneira, promover um efeito transformador na sociedade.

Por conseguinte, enquanto a corrupção e a fraude se apresentam como problemas complexos e ricos em questionamentos, sendo antigos e também atuais para a humanidade, se pressupõe que cabe, em parte, à academia a responsabilidade de investigá-los e buscar soluções que minimizem esses acontecimentos por meio da produção científica.

Assim sendo, será analisada a produção científica em revistas de administração e contabilidade, classificados no Qualis 2014 em A1 a C, que aborda a corrupção, a fraude e ainda, a governança corporativa, uma vez que este último foi um mecanismo criado para minimizar possíveis comportamentos e atos ilícitos e por estar diretamente ligado à questões que envolvem esse fenômeno.

## **1.2 Problema de pesquisa**

O cenário brasileiro atualmente apresenta uma situação econômica delicada. Os últimos eventos sobre a corrupção que abalaram o país aliado a crise econômica e ao abalo da credibilidade no governo, apresenta um ambiente rico em complexidade, questionamentos e inquietações, dando assim, margem à discussões importantes.

Nesse contexto, com o intuito de buscar como o fenômeno da fraude e da corrupção tem impactado a produção intelectual a nível nacional, a presente pesquisa, tem como pergunta norteadora: A produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa acompanhou a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional entre os anos de 2010 a 2015?

## **1.3 Objetivo Geral**

Verificar se a produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa acompanhou a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional entre 2010 a 2015.

## **1.4 Objetivos Específicos**

- Identificar e descrever os principais casos de corrupção e fraudes, em seus mais diversos tipos, que ocorreram no país a partir do ano de 2010 até 2015.

- Fazer um levantamento da produção científica nacional sobre a corrupção, a fraude e a governança corporativa das revistas de Administração e Ciências Contábeis classificadas pelo Qualis – periódicos 2014 em A1 a C.

- Analisar o conteúdo das publicações para identificar o foco das pesquisas e discussões acerca do tema.

## **1.5 Justificativa**

O atual contexto político, social e econômico do Brasil se encontra em uma das situações mais delicadas já vivenciadas pelo país. Isso se deve a uma série de fatores que, conjuntamente, tem demonstrado impacto significativo na sociedade brasileira.

Inicialmente, os crimes econômicos que supostamente envolvem o alto escalão do governo em conjunto com grandes nomes do cenário empresarial assumem um papel de destaque em meio a esse cenário. Conforme avançam as investigações, verifica-se que influentes personagens políticas começam a ser apontadas como participantes de um esquema que desviou bilhões de reais da estatal Petrobrás.

Paralelamente, a estagnação da economia associado à má gestão política tem gerado grande descontentamento por parte da população, uma vez que os reflexos de tais fatores incidem diretamente sobre a sociedade. Com o rombo bilionário nas contas, o governo tem estudado maneiras de preencher o déficit, sendo todas elas por meio de cortes nas verbas e aumentos nos impostos arrecadados.

A sociedade tem se manifestado de forma mais expressiva e ativa, uma vez que a tolerância a corrupção tem diminuído, dada a magnitude e o alcance do problema. De 2010 até a presente data, houve escândalos a cada ano, envolvendo figuras políticas em diversos níveis, grandes empresas e somas astronômicas desviadas.

Esses crimes econômicos apresentam uma dinâmica diferenciada, um grau de sofisticação e de frequência que provocam a indignação social, ainda mais quando associado à sensação de impunidade dos responsáveis.

A crise política generalizada, cuja centralidade reside nos sucessivos escândalos de desvio de dinheiro, partidos políticos e grandes

empresas do cenário brasileiro, entre outras questões tem um alcance além das cifras bilionárias. Elas têm o potencial de enfraquecer a democracia, a confiança da sociedade civil nos seus governantes, a legitimidade do sistema político e a moral pública, (MATHIAS PEREIRA, 2005).

Contudo, é importante frisar que os crimes econômicos da corrupção, da fraude, da lavagem e desvio de dinheiro, não são um mal exclusivo do Brasil e do setor público. Nas últimas décadas, mundo corporativo internacional também se deparou com vários casos de fraudes financeiras, gerenciais, e corrupção das mais variadas.

Conforme estimativas do Fórum Econômico Mundial, o custo da corrupção equivale a cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) Global, representando aproximadamente US\$ 2.6 trilhões por ano (DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, 2014).

A dimensão deste montante demonstra a grandeza do desafio de governos, instituições internacionais e empresas em combater a corrupção e promover um ambiente econômico internacional mais ético e transparente (ABREU JUNIOR, 2015).

Associado a essa preocupação, ainda é possível acrescentar que a corrupção contamina a sociedade como um todo, não sendo exclusividade da classe política, ou pessoas em cargos estratégicos nas empresas, mas chega aos cidadãos comuns com a mesma intensidade (PEREIRA, 2008).

Os principais institutos internacionais afirmam que num período de dez anos, o Brasil não melhorou seu desempenho no combate à corrupção. Apontado pelo indicador do Banco Mundial, o nível de combate à corrupção no país manteve-se praticamente estável do ano 1988 a 2008 (ANJOS; MARTINS, 2011).

Contudo, a recente Pesquisa Global sobre Crimes Econômicos – Brasil, da consultoria PricewaterhouseCoopers (PWC, 2014) aponta que, nos últimos cinco anos a corrupção e o suborno aumentaram significativamente, passando a ocupar o terceiro lugar no ranking dos crimes mais comuns no país.

Adicionalmente, o Brasil vem ocupando posições não muito confortáveis no ranking da percepção da corrupção da Transparência Internacional (TI). Ao analisar somente a pontuação atribuída, verifica-se que de 1998 a 2014 o Brasil avançou apenas 0,3 pontos no índice. (ABREU JUNIOR, 2015).

No tocante, efetividade no combate à corrupção, o país tem sido superado por diversos países. O Uruguai e o Chile, por exemplo, dividem a 21ª posição no ranking. Países africanos, como Botsuana

(31º) e Cabo Verde (42º), com desempenho econômico e relevância diplomática muito menos significativa que a brasileira, também estão à frente do Brasil no ranking da Transparência Internacional. (ABREU JUNIOR, 2015).

Com isso, verifica-se que, o país apresenta índices de combate à corrupção que não acompanham o ritmo das ocorrências. A corrupção e o suborno aumentaram, mas o ritmo de mecanismos e programas para combatê-las não apresentou aumento proporcional, contrariamente ao cenário internacional, onde, após os escândalos ocorridos no início dos anos 2000, uma série de medidas severas foram tomadas e vêm sendo aperfeiçoadas com o intuito de coibir atos corruptos, seja por meio de uma legislação mais rigorosa, seja pela adoção de mecanismos de fiscalização e controles internos e externos mais eficientes.

No âmbito organizacional, ganharam forças os mecanismos internos de integridade como a governança corporativa, o compliance, a padronização na elaboração e publicação dos balanços – disclosure, no sentido de tentar corrigir falhas e minimizar oportunismos (GABRIEL; SANTOS, 2012), visando garantir a transparência nas atividades corporativas representando, assim, uma medida de combate às más práticas.

Por conseguinte, a inclusão da temática da governança corporativa será levada em consideração conjuntamente com a da corrupção e da fraude. Uma vez que, conforme serão apresentadas detalhadamente no decorrer deste trabalho, as pesquisas sobre a corrupção se encontram na terceira geração, cujo foco é a busca por mecanismos que possam efetivamente combater tais atos, sendo assim a governança é assunto inerente à proposta deste estudo.

Quanto ao universo da pesquisa, justifica-se, inicialmente, pelo fato da autora deste trabalho ser acadêmica de um Programa de pós – Graduação em Administração. Assim, no intuito de fazer um levantamento da produção científica na área, será adotada a classificação das revistas conforme o Qualis – periódicos 2014, que será detalhado adiante.

Com efeito, visando maior robustez e abrangência no tema pesquisado, a presente dissertação também englobará as revistas de Ciências Contábeis por se tratar de uma área de grande relevância no tema aqui tratado.

Precipuamente, é conveniente esclarecer que o Qualis – Periódicos é um sistema utilizado para classificar a produção científica dos programas de Pós-Graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. (CAPES, 2014).



A CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) esclarece que:

... “Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.” (CAPES, 2014).

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (CAPES, 2014).

Nesses moldes, o Qualis - Periódicos 2014, apresenta uma área de avaliação denominada “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”, a qual será utilizada para fins de filtro na busca pelas revistas convenientes à pesquisa.

Entretanto, cabe esclarecer que as revistas do item “turismo” não serão levadas em consideração, uma vez que não estão inseridos nos objetivos desta dissertação, tornando – se, assim, impertinentes. Assim, por conveniência, ao se tratar dessa área de avaliação será utilizada apenas a denominação “Administração e Ciências Contábeis”. Ressalta-se, também, que serão contemplados os periódicos das áreas acima mencionadas, classificados em A1 a C.

Portanto, para contemplar a literatura que trata dos temas e manter a coerência com os objetivos propostos nesta pesquisa, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: Inicialmente, a introdução abrange a delimitação do tema, o problema, os objetivos geral e específico e a justificativa, na primeira seção.

Na sequência para compor o referencial teórico, três tópicos serão abordados: 1) conceituação, definição e tipificação do fenômeno da fraude e da corrupção; 2) os mecanismos legais de combate à corrupção e, 3) a governança corporativa e os mecanismos internos de integridade.

Na sequência, para compor a terceira seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para atingir os objetivos propostos. A quarta seção tratará da análise e discussão dos dados, a conclusão e as recomendações levantadas nesta pesquisa.



## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O fenômeno da corrupção e da fraude**

No atual contexto político, empresarial e social, a fraude e a corrupção se fazem presentes, não sendo fenômenos recentes no país (FILGUEIRAS, 2006). Ainda, em meio a esse cenário, Silva e Flach (2014) afirmam que é um problema que atinge entidades públicas, privadas e o terceiro setor.

Nas últimas décadas, diversos casos de fraudes corporativas e atitudes corruptas de naturezas diversas, vieram à tona, abalando a credibilidade corporativa e alertando a sociedade sobre os riscos e consequências advindas dessas práticas.

A corrupção, em suas diversas formas, compromete o desenvolvimento do mercado e reduz as possibilidades de lucratividade consistente no longo prazo (SANTOS et al., 2013). A corrupção consome 20% dos investimentos e menos de 1% é revertido para a instituição lesada (QUADROS, 2007).

Associado a essas questões, há uma perda de 5% do PIB anualmente por causa da corrupção pública. Uma cifra significativa equivalente a R\$ 130 bilhões (SOUZA, 2011). Dados do UNODC (2004), indicam que uma soma astronômica é paga em subornos em todo o mundo, contribuindo assim para a pobreza global e interferindo negativamente no desenvolvimento (ANJOS; MARTINS, 2011).

Ainda, Raposo e Clayton (2010) defendem que o verdadeiro custo da corrupção e da fraude vai além das questões que envolvem perda de dinheiro, uma vez que os impactos são sentidos no tempo, na produtividade, na reputação e nos relacionamentos da organização.

Sobre isso, Hayashi (2012) argumenta que a corrupção é um fenômeno social, político e econômico que afeta o desenvolvimento de todos os países do mundo, em maior ou menor grau, seja em regimes autoritários ou democráticos, e em todos os sistemas econômicos.

Esse fenômeno, bem como suas particularidades, não são exclusivamente brasileiros e não ocorrem apenas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Trata-se de um problema global que aflige até mesmo os países com os mais modernos e mais rigorosos sistemas de controle.

Fonseca e Sanchez (2001), defendem que a corrupção é como um evento flexível que pode ocorrer de diversas formas, ter diferentes fatores motivadores e em ainda, em virtude disso, ocorrer em diversos países.

Face ao exposto, percebe-se que o fenômeno tem grande impacto em todas as esferas da vida social, empresarial, política e econômica e está presente na realidade das instituições públicas, das organizações privadas e no cotidiano da sociedade, de maneira geral. Portanto, para maior entendimento acerca do assunto, faz-se necessário conceituar o fenômeno.

### **2.1.2 Conceitos e Percepções: Corrupção**

A corrupção e a fraude são temas que, apesar de possuir uma ocorrência frequente, são áridos, de difícil medida por meios de estudos empíricos e comparativos (FILGUEIRAS, 2006), apresentando com isso, conceitos e percepções variados.

Silva e Flach (2014) concordam que não há uma única forma de conceituar esse fenômeno e muito menos um único método para que seja delimitada. A magnitude e a importância em torno da temática levaram pesquisadores de áreas distintas a investigá-lo, buscando explicações para suas causas e condicionantes (COSTA e WOOD JR., 2012).

Por se tratar de um tema de natureza complexa, que envolve aspectos financeiros, institucionais, culturais e comportamentais, a corrupção e a fraude são assuntos que despertam interesse em vários campos de estudo.

Áreas como finanças, contabilidade, direito, ciência política, estudos organizacionais, ética, sociologia e psicologia passaram a pesquisá-lo. Por conseguinte, a literatura tornou-se heterogênea, apresentando diferentes perspectivas e níveis de análise. Em decorrência disso, não há um conceito unânime sobre o tema (HAYASHI, 2012).

O debate intelectual acerca do fenômeno se tornou mais denso. As ciências sociais buscam alguma explicação para a problemática: na sociologia se tentou evidenciar quais são as origens e as causas da corrupção; na política, identificar se ela é fruto da ausência de participação política; na contabilidade, se é consequência apenas da falta de transparência e na economia, quantificar os custos por meio por meio de modelos matemáticos que determinam as consequências da corrupção no sistema econômico (CASTRO, 2010).

Nesse sentido, Yves Mény defende que existem dois conceitos sobre a corrupção. O primeiro estaria ligado ao viés jurídico, que trata da corrupção como um delito tipificado tal qual nas leis penais. O segundo conceito é sociológico de acordo com o qual alguns atores desviam-se dos imperativos éticos estruturados na sociedade.

No dicionário inglês Oxford, a corrupção é definida como uma conduta fraudulenta, ou desonesta por aqueles no poder, tipicamente, envolvendo suborno. Nessa linha, o Programa Contra a Corrupção do Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas – UNODC, traz um conceito amplo que inclui as práticas de suborno, propina, fraude, apropriação indébita ou qualquer desvio de recursos por parte de um funcionário público (UNODC, 2004).

Ainda, no rol das atividades que caracterizam a corrupção segundo o manual UNODC (2004) estão atividades relacionadas a casos de nepotismo, extorsão, tráfico de influência, utilização de informação privilegiada para fins pessoais e a compra e venda de sentenças judiciais.

Já para a Controladoria Geral da União a corrupção é definida como:

“... Relação social (de caráter pessoal, extramercado e ilegal) que se estabelece entre dois agentes ou dois grupos de agentes (corruptos e corruptores), cujo objetivo é a transferência de renda dentro da sociedade ou do fundo público para a realização de fins estritamente privados. Tal relação envolve a troca de favores entre os grupos de agentes e geralmente a remuneração dos corruptos ocorre com o uso de propina ou de qualquer tipo de *pay-off*, prêmio ou recompensa” (CGU, 2009, p.60).

A organização não governamental Transparência Internacional (2015) e o Banco Mundial (2015) compartilham, praticamente, do mesmo conceito, definindo a corrupção como o abuso de poder ou do cargo público para obtenção de ganhos ilegítimos, podendo ocorrer tanto no setor público quanto privado.

As definições acerca da temática são variadas e cada uma, sob a ótica do campo de estudo que originou a definição, traz contribuições que auxiliam a entender o fenômeno da corrupção inserindo novos insights e novas propostas para o debate.

### **2.1.3 Conceitos e Percepções: Fraude**

No contexto da área econômico-financeira da atualidade mundial, além da corrupção, outro fenômeno que tem despertado bastante preocupação tem sido a detecção de fraudes (ASSING, et al.,2008).

A preocupação crescente em torno dessa temática foi reflexo dos sucessivos escândalos corporativos, noticiados pela imprensa, envolvendo grandes companhias como a Enron, a WorldCom, Xerox e a Parmalat, (FREITAS, 2012), somente para mencionar algumas, que recorreram à distorção dos resultados da companhia.

As práticas foram concernentes a manipulação dos balanços, alteração das receitas e custos e superfaturamento de vendas escondendo, dessa maneira, dívidas e o real estado da companhia (SILVA e FLACH, 2014).

Costa e Wood Jr (2012) argumentam que eventos dessa natureza, podem gerar prejuízos bilionários que afetam diretamente investidores, clientes e fornecedores. Ainda, em muitos casos, levam as empresas ao desaparecimento, afeta a geração de empregos e ceifa as já existentes. Por conseguinte, verifica-se que as fraudes corporativas geram impactos negativos sobre a sociedade.

Sá e Hoog (2005, p. 19) entendem que “a fraude é um ato doloso cometido de forma premeditada, planejada, com a finalidade de obter proveito com o prejuízo de terceiros”. De maneira ampla, pode-se definir a fraude como qualquer meio usado para obter vantagem injusta sobre outra pessoa (ASSING et al, 2008).

Costa (2011) acredita que, para a compreensão da fraude, é preciso encará-la com um processo, e não um acontecimento isolado. Acontece na medida em que os agentes fraudadores identificam a oportunidade, tomam decisões sucessivas com o objetivo de auferir vantagens ilícitas e gerenciam as variáveis inerentes àquela situação para acobertar tais decisões e seus efeitos. Portanto, a fraude é o fruto de ações coordenadas, que ocorrem ao longo do tempo (COSTA e WOOD JR., 2012).

Ainda, de acordo com a definição do *American Institute of Certified Accountants* – AICPA, instituto norte americano responsável pelo estabelecimento de normas de auditoria, a fraude pode ser assim conceituada:

“A fraude é qualquer ato ou omissão intencional planejado para causar engano a terceiros. Ordinariamente, a fraude envolve a deturpação intencional, a ocultação deliberada de um fato relevante com o propósito de induzir outra pessoa a fazer ou deixar de fazer algo em detrimento dele.” (AICPA, 2015).

A fraude está constantemente associada à ideia de perda de confiança em outrem, a situações em que pessoas tiram proveito de

determinadas situação ou do contexto em benefício próprio, ao engano e à sonegação. Logo, entende-se que a fraude é qualquer meio usado pelo indivíduo com a finalidade de obter vantagem injusta sobre outrem (ASSING, et al., 2008).

Na literatura, alguns autores defendem que a fraude e a corrupção são partes de um mesmo conceito. A diferenciação está na forma e nos locais onde as práticas ocorrem. Enquanto a fraude está relacionada a atos intencionais de omissão, manipulação de transações, adulteração e ocultação (BRASILIANO, 2013), a corrupção está associada ao inadequado uso de qualquer tipo de influência, principalmente por poder ou autoridade (IRB BRASIL RE, 2015) estando assim, mais vinculada aos órgãos do poder público.

Todavia, ambos fenômenos tem um aspecto em comum: o de obter alguma vantagem indevida para si ou para terceiros (IRB BRASIL RE, 2015; ASSING, et al., 2008). Adotando esse critério, a corrupção e a fraude serão tratadas de maneira indistinta nesse trabalho.

Faz-se necessário, com isso, apontar algumas causas elencadas por diversos autores sobre o que poderia motivar as atitudes fraudulentas, corruptas e as possíveis causas desse comportamento antiético.

#### **2.1.4 Uma breve abordagem: fatores que contribuem com a fraude e a corrupção**

Santos, et al., (2013), ponderam que o debate sobre as motivações da conduta humana é antigo e inconclusivo. O dilema da natureza humana, se oportunista ou altruísta, é pertinente no contexto das fraudes e da corrupção, mesmo que não tenha resultados que apontem a resolução dessa questão.

Verifica-se por meio da literatura, a existência de alguns vieses que buscam explicar o que está por trás do problema do comportamento corrupto e fraudulento. O viés neoliberal defende que a corrupção está associada a uma excessiva burocracia e grandes dispêndios de gastos sociais, tornando o estado grande demais para ser gerenciado (FILGUEIRAS, 2006).

Nessa linha, Rose-Ackerman (1999) também afirma que a corrupção e a fraude são frutos do excesso de burocracia e é uma prática normal em estados burocratizados, cujos efeitos são a ineficiência, a ausência de práticas legais e a evasão de capitais. Para ela, o excesso de burocracia induz a prática do suborno para a redução de trâmites.

Em se tratando do Brasil, existe a visão culturalista que é explorada principalmente pela antropologia, segundo a qual a corrupção surge de uma extensão da esfera pública à esfera privada em funções de padrões de cultura que aproximam o indivíduo à pessoa (FILGUEIRAS, 2006).

Bezerra (1995) acredita que as relações pessoais no país são práticas difundidas e socialmente institucionalizadas no cotidiano. Assim, a corrupção é decorrente de relações pessoais dos integrantes da burocracia do Estado, implicando em ganhos ilícitos com os recursos públicos.

Na prática, Gilmam (2009) considera que um dos fatores que contribuem para que a corrupção e a fraude ocorra diz respeito ao rápido desenvolvimento econômico do país. Para o autor é “uma benção que também traz maldições”. O país cresce, mas as instituições fiscalizadoras não acompanham o ritmo e isso cria novas oportunidades para a prática fraudulenta.

Outro facilitador, conforme o entendimento de Anjos e Martins (2011) é a falta de auditores no Brasil. Os autores argumentam que:

“As nações que têm o maior número de auditores e fiscais formados e treinados por habitante conseguem deter a corrupção no nascedouro ou quando é pequena.” (SANTOS; MARTINS, 2011, p. 4).

Diferente do que ocorre no Brasil, onde a corrupção na esfera pública e privada é detectada somente quando atinge uma cifra bilionária e ainda, quando parte de algum participante do esquema, que, por se sentir prejudicado, resolve tornar público os atos putrefatos.

Segundo levantamento da consultoria Crowe Horwarth (2010), se comparado com outros 20 países desenvolvidos e em desenvolvimento na América e na Europa, o Brasil é uma das nações com a menor taxa de auditores por habitante. A demonstração da fragilidade da auditoria interna pôde ser visualizada no desfalque do Banco pan-Americano em 2011.

Ainda, no cenário brasileiro, Anjos e Martins (2011) apontam questões como a demora na apuração do julgamento (ônus da prova), a impunidade dos corruptos, a imunidade parlamentar e o foro privilegiado como alguns aspectos que apresentam ato de solidariedade à corrupção.



Dentre as motivações para a prática da fraude, há três importantes fatores a serem considerados: a) o motivo para adotar a má conduta; b) a oportunidade para cometer a fraude e por último, c) a racionalização de seus atos. Conjuntamente conhecidos como o triângulo da fraude. (KPMG, 2009).

Quanto ao primeiro fator, Anjos e Martins (2011) acreditam que dentre as principais motivações estão questões como a diferença entre a necessidade financeira e a remuneração auferida, estilo de vida acima da capacidade do fraudador, complexo de superioridade ou ganância.

Com relação à oportunidade, o principal fator apontado em pesquisas feitas por instituições como a KPMG (2009) e o Instituto de Auditores Internos, foi a falta ou insignificância de controles internos. A ausência desses mecanismos de controle de natureza preventiva propicia um ambiente frágil para as práticas fraudulentas e corruptas. As crises gerenciais também são apontadas como fatores de oportunidade.

Por fim, a racionalização refere-se a justificativa para cometer a fraude. É a possibilidade de criar situações/razões onde o fraudador possa justificar suas ações. (RAPOSO e CLAYTON, 2010). Portanto, esclarecidos esses fatores, cabe proceder com a tipificação do fenômeno da corrupção e da fraude.

### **2.1.5 Tipificação do fenômeno**

O Manual de Medidas Práticas Anticorrupção da UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime, é uma importante ferramenta destinada a investigadores e promotores para auxiliar no combate à corrupção e a fraude. Nele, o escritório das Nações Unidas define as diferentes medidas, formas e tipo de corrupção. É importante destacar que o manual trata especificamente da corrupção. Todavia, as orientações são válidas também, para os casos de fraude, uma vez que ambos os fenômenos têm características bastante similares, diferenciando-se em alguns aspectos, conforme mencionado anteriormente.

Inicialmente, o manual diferencia dois tipos de corrupção: a Grande Corrupção, definida como aquela que aflige altos níveis do governo, onde há maior abuso de poder, e a Pequena Corrupção é visualizada nos atos administrativos desonestos, envolvendo a troca de favores no intuito de angariar algum valor monetário e financeiro. (UNODC, 2004).

Há, ainda, no Manual de Medidas Práticas Anticorrupção da UNODC a diferenciação entre Corrupção Ativa e Corrupção Passiva. A

Corrupção Ativa é definida pelo ato de oferecer ou propor-se a pagar algum suborno em troca de algum favor ilícito, antiético ou que represente algum dano à ordem pública.

A Corrupção Passiva, por sua vez, conceitua-se como o ato de receber ou solicitar algum suborno em troca de favores. O ato corrupto pode ter início sob qualquer uma das duas formas, seja pelo ato de oferecer suborno, ou pelo ato de solicitá-lo (UNODC, 2004).

Os principais atos caracterizados como corruptos, conforme o manual da UNODC (2004) são: suborno, desfalque/roubo/fraude, extorsão, abuso da função, favorecimento/nepotismo, exploração de conflito de interesses e contribuições políticas impróprias, que são apresentados no quadro a seguir com maiores detalhes.

**Quadro 1: Tipos de corrupção segundo o Manual UNODC**

| <b>Tipos de corrupção</b>  | <b>Principais características</b>   |
|----------------------------|---|
| Suborno                    | Concessão de benefícios para influenciar uma ação ou decisão; Oferta ou solicitação de propina; No manual são destacados sete tipos: 1) Tráfico de influência; 2) Oferta e recebimento de presentes indevidos; Suborno para 3) aliar-se a fraudes; 4) Para evitar sanções tributárias; 5) Para evitar processos criminais; 5) Competição desleal por benefícios ou recursos; 6) para obtenção de informação privilegiada e 7) Suborno no setor privado. |
| Desfalque, roubo ou fraude | Envolve a apropriação de valores, propriedades ou benefícios por um indivíduo que não os possui de fato, mas que, devido a sua função ou posição, tem acesso a estes, apropriando-se deles.   |
| Extorsão                   | Caracteriza-se pelo uso da coerção, seja pela ameaça de violência ou revelação de informações que sejam prejudiciais ao coagido, para forçar sua cooperação. Diferencia-se do suborno apenas no grau de coerção utilizado.  |
| Abuso de função            | Ocorre quando há interesses pessoais envolvidos nos processos de aquisição de bens ou serviços, por exemplo, na esfera  |

| <b>Tipos de corrupção</b>            | <b>Principais características</b>  |
|--------------------------------------|--|
|                                      | pública, que resultam na contratação injusta e desleal da empresa executora, beneficiando-se assim, as partes envolvidas.  |
| Favorecimento/nepotismo              | Vinculados ao abuso da função, refere-se ao beneficiamento de pessoas próximas ao agente público, seja a nível familiar, religioso, partidário, etc.   |
| Exploração de conflito de interesses | Concernente ao conflito entre interesses pessoais e responsabilidades profissionais dentro da esfera pública ou privada.   |
| Contribuições políticas impróprias   | Para o Manual UNODC (2004), um dos principais desafios no combate a corrupção são as contribuições/doações/financiamento a partidos políticos ou candidatos a cargos públicos com o objetivo de influenciar decisões futuras quando a figura apoiada alcança o poder, beneficiando o agente financiador. |

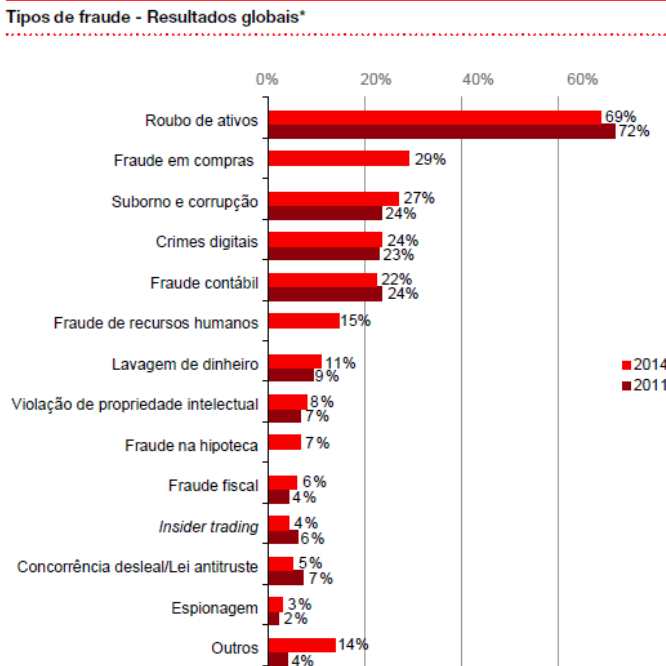
Fonte: UNODC, 2004.

A ações de fraude também puderam ser parcialmente tipificadas no texto do Manual UNODC. De toda maneira, complementando a discussão, a Cartilha de Prevenção a Fraudes do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB Brasil RE (2015), divide a fraude em duas categorias: a fraude interna e a fraude externa.

A fraude interna ocorre quando há participação de colaboradores ou pessoas relacionadas a empresa que, por meio de ação ou omissão acarretam benefícios para si próprios de maneira desleal, podendo causar prejuízos para a empresa. (IRB BRASIL RE, 2015).

A Fraude externa diz respeito a atos cometidos exclusivamente por agentes externos, sem, portanto, o envolvimento de funcionários e relacionados, por meio de ações que acarretem benefício próprio ou prejuízo para a empresa. (IRB BRASIL RE, 2015).

A figura abaixo, da consultoria Pricewaterhousecoopers (PWC, 2014), traz os principais tipos de crimes econômicos com as suas respectivas percentagens no contexto global.

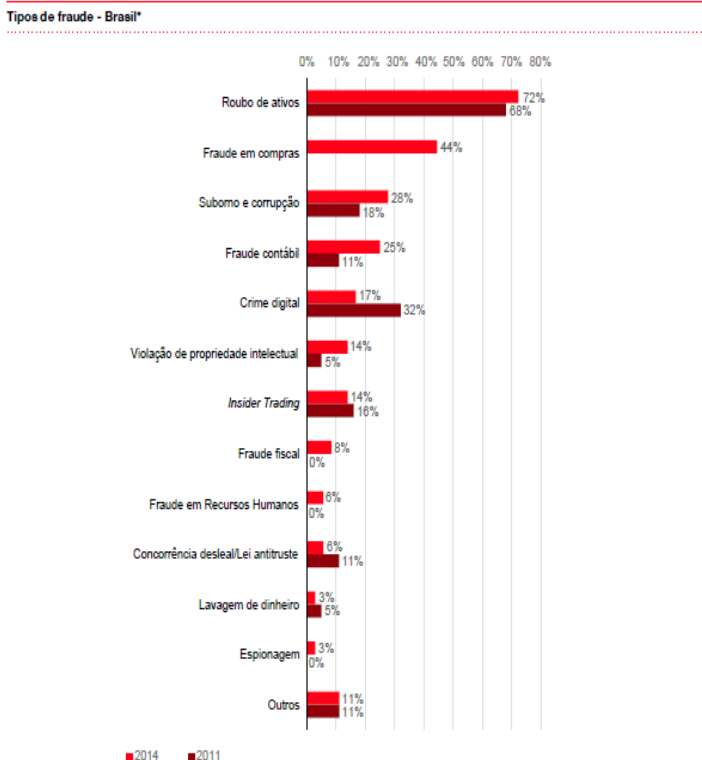
**Figura 1 – Tipos de Crimes Econômicos – Resultados Globais**

Fonte: PwC (2014)

O roubo de ativos, a fraude em compras e o suborno e a corrupção ocupam os primeiros lugares no ranking. Conforme a PwC (2014), em todas as pesquisas sobre crimes econômicos, o roubo de ativos, o suborno e a corrupção têm se mantido consistentemente na liderança. A fraude contábil, que costumava ser o terceiro, deu lugar a uma nova categoria a partir da última pesquisa feita pela consultoria, sendo ultrapassado pela fraude em compras.

Os resultados da pesquisa no Brasil não diferem muito dos resultados globais quanto à posição dos crimes que ocupam as primeiras posições. Entretanto, a categoria fraude em compras surgiu com grande peso, apresentando um alto percentual de 44%, conforme demonstrado abaixo:

**Figura 2 – Tipos de Crimes Econômicos – Brasil**



Fonte: PwC (2014)

No Brasil, o roubo de ativos, o suborno e a corrupção, a fraude contábil e a violação da propriedade intelectual tiveram um aumento se comparados com pesquisas anteriores. Os demais crimes econômicos são: crime digital, *insider trading*, fraude fiscal, fraude em recursos humanos, concorrência desleal/lei antitruste, lavagem de dinheiro, espionagem, entre outros.

Esclarecidas essas questões, passa-se no próximo tópico a argumentação acerca da contribuição da academia nos estudos, avanços e discussões sobre o fenômeno da fraude e da corrupção.

## 2.2 O papel da Universidade

A corrupção passou a ser encarada como um dos principais problemas enfrentados pelas organizações no atual contexto (SANTOS, et al., 2013). Na área pública, principalmente, a população passou a ser mais questionadora de seus governantes acerca da efetiva destinação e utilização dos recursos públicos, exigindo uma prestação de contas de forma transparente e de mais fácil entendimento (SILVA e FLACH, 2014).

Santos, et al. (2013) entendem que a sociedade começou a visualizar o impacto negativo da corrupção, caracterizando-o como um entrave para o desenvolvimento sustentável e reconhecendo que a prática provoca ineficiência, incentivos errados para os investimentos econômicos e desestímulo à população na busca pelo bem comum, gerando, dessa maneira, altos custos econômicos, sociais e políticos.

Nesse contexto, a ética nos negócios e a responsabilidade social tornaram-se onipresentes seja nos ambientes corporativos ou organismos internacionais, seja nos movimentos da sociedade civil e nos corredores acadêmicos.

Com relação a academia, Soares (2003) argumenta que a sua principal função de uma é compartilhar os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de novos profissionais. Adicionalmente, a universidade deve cumprir o papel de facilitadora da produção de novos conhecimentos, responsáveis pela interpretação de fatos e informações, incorporando aspectos contextuais ao seu redor (SOARES, 2003).

A universidade também assume um papel social de responsabilidade. Tratando-se da Responsabilidade Social Universitária – RSU, Ribeiro e Magalhães (2014) afirmam que cabe a universidade contribuir para o desenvolvimento de mentes humanas proativas para o pleno exercício da cidadania, por meio de ações criativas capazes de construir sociedades socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis.

Assim, percebe-se que a universidade tem papel capital na promoção de ações de responsabilidade social, ou seja, ela concretiza o seu papel de instituição geradora de conhecimento através da RSU no processo que inter-relaciona ensino, pesquisa e extensão (RIBEIRO; MAGALHÃES, 2014).

Ainda, é válido mencionar que a responsabilidade social não é um fenômeno específico do âmbito universitário. É um conceito que tem se desenvolvido nos campos da ciência política, economia, administração, gestão e sobretudo no âmbito das reformas de estado, dos

sistemas econômicos e dos sistemas políticos. Nesse sentido, avaliar a contribuição acadêmica por meio dos trabalhos intelectuais, no que se refere a produção científica sobre a corrupção se faz relevante.

A seguir serão apresentadas as três gerações de pesquisas sobre a corrupção. É importante esclarecer que os estudos focaram na corrupção, entretanto, pela postura adotada pela pesquisadora nesse trabalho, com relação a diferenciação conceitual entre fraude e corrupção, as contribuições são válidas para ambos os fenômenos.

### **2.2.1 A discussão acadêmica: as três gerações de pesquisa**

De maneira geral, vários pesquisadores e estudiosos assumem que as pesquisas sobre a temática tornaram-se mais densas nos últimos anos. Acerca disso, Santos, et al. (2012) comentam que, na primeira década do século XXI, o debate sobre a corrupção aumentou e ganhou densidade.

Assim, diversas foram as proposições que tentaram explicar o fenômeno. Os dados empíricos acerca da corrupção forma obtidos, partindo de diferentes pressupostos e utilizando de técnicas distintas. Nesse sentido, cabe destacar as contribuições das três gerações de estudo sobre a corrupção.

#### **2.2.1.1 A primeira geração: as diferentes visões do fenômeno**

A primeira geração de pesquisa partiu do pressuposto de que os diferentes modelos de conceituação representavam um problema (SPECK, 2000), uma vez que, dificultaria estudos mais aprofundados dada a falta de um conceito unânime.

A solução estaria na identificação da corrupção a partir de uma definição próximo àquela do código penal. Nessa linha, Speck (2000) aponta Nye (1967) como autor clássico que propôs uma alternativa para a abordagem, apresentando a corrupção como um desvio de deveres formais associados a um cargo público, em função de benefícios privados.

Contudo, houve várias críticas a esse conceito. As principais foram em virtude do universalismo embutido que poderia não corresponder à realidade, por não contemplar os valores e comportamentos sociais.

Na tentativa de evitar o viés culturalista, Heidenheimer (1970), propôs uma nova linha de investigação na qual conceitua a corrupção segundo as percepções dos atores sociais, classificando-as em:

corrupção preta – quando a lei e a norma social coincidem, havendo, portanto, sinergia entre as percepções da sociedade com a norma jurídica vigente; corrupção branca: tipificação de um ato como crime pela lei, mas a sociedade apresenta uma tolerância ou discordância sobre isso; corrupção cinza: falta de consenso se determinado ato deve ou não ser considerado execrável (SANTOS, 2012).

Mesmo não tendo trabalhado com dados empíricos quantitativos, a tese de Heidenheimer foi reconhecida por outros pesquisadores como o pontapé inicial nas investigações sobre o tema. Gibbons (1989) entre outros, admitiram que a percepção era um ponto de partida para a definição da corrupção.

Ainda, a tese foi empiricamente comprovada por Peters e Welch (1978) que operacionalizaram a mensuração da percepção, por meio estudo exploratório onde eles trabalharam com cenários propostos a universos diferentes de entrevistados, na tentativa de aprender qual a avaliação dos inquiridos quanto à existência ou inexistência da corrupção, nas situações descritas (SPECK, 2000).

Verificou-se, nesse estudo, que existe uma diferença notável entre a norma escrita e a sua inserção na realidade social. Todos os cenários propostos pelos pesquisadores, legalmente, poderiam ser considerados como corruptos ou ilegais. Entretanto, os resultados mostraram que a inserção social das normas escritas varia bastante (SPECK, 2000).

Os resultados obtidos pelos autores deram margem a novas pesquisas voltadas à compreensão das possíveis causas que explicariam a avaliação social. Na busca pela identificação das razões pelas quais as variações ocorriam no comportamento corrupto, Peters e Welch (1978), analisaram quatro fatores: o agente público, o corruptor privado, o tipo de favorecimento e a retribuição.

Não obstante, apesar da contribuição e os novos insights fornecidos à academia, Speck (2000) afirma que os estudos ainda são discutíveis e os resultados indicam divergências consideráveis na conceituação do fenômeno entre culturas e épocas.

### **2.2.1.2 A segunda geração: identificação dos riscos de investimento**

A segunda geração de pesquisas direcionou os estudos na avaliação de riscos econômicos por meio de metodologias comparativos com o intuito de identificar riscos de investimentos (FILGUEIRAS, 2006).



A partir da década de 80, empresas de avaliação de riscos passaram a incluir em suas análises o termo “corrupção”, objetivando avaliar instituições, normas, cultura e práticas políticas relevantes ao investimento por meio do levantamento de dados cuja abrangência se estendia desde a fragmentação do sistema partidário, conflitos religiosos ou étnicos à aceitação das normas constitucionais pelos vários atores políticos (SPECK, 2000).

Acerca das condições de investimento, informações referentes ao direito de propriedade, normas para a repatriação de lucros e as exigências burocráticas para empreendedores foram compiladas.

Speck (2000) salienta que, a partir dos anos 80, esses indicadores sobre o sistema político e o clima de investimento integram sucessivamente informações sobre a ingerência política em decisões burocráticas ou da justiça, a existência de mercados negros, as práticas de corrupção e nepotismo ou fraude nos negócios entre Estado e a iniciativa privada.

O posicionamento de agentes financeiros do mercado global sobre o impacto econômico gerado pela corrupção sempre esteve alinhado a visão de que esta representava um risco de investimento.

Assim, a demanda por informações sobre a corrupção enquanto fator de risco foi crescente. Entretanto, os problemas na obtenção de dados válidos ainda persistiam, dada a limitação da metodologia adotada que consistia, basicamente, em informações fornecidas por redes de analistas, entrevistas com jornalistas, empresários ou gerentes de empresas que dispunham de informações exclusivas (SPECK, 2000).

A contribuição mais impactante dessa geração de pesquisa foi com relação à integração de informações contidas em diferentes indicadores em um único índice, avaliando a corrupção em diversos países. Surgia, então, o Índice de Percepção da Corrupção – IPCorr, incorporado pela organização não governamental, Transparência Internacional – TI, com sede em Berlim, dedicada ao combate à corrupção.

A credibilidade do IPCorr é devida ao grande número de fontes que o índice incorpora para a avaliação dos países, todos referentes as opiniões de pessoas ligadas às corporações transnacionais sobre o nível de corrupção que elas imaginam vigorar em um país (SANTOS, et al., 2012).

Como resultado, o IPCorr, ou o *Corruption Perceptions Index*, nome em inglês, classifica cada país com um único valor, em uma escala que vai de zero (totalmente corrupto) a dez (totalmente íntegro), sendo atualizado anualmente.

Contudo, as críticas em relação ao índice são constantes. Abramo (2005) argumenta que a mensuração direta é um problema intratável, porque os atos de corrupção são secretos, e os atores identificados como corruptos dificilmente confessam os detalhes de suas transações ilícitas. Adicionalmente, não há garantia alguma sobre a independência das opiniões colhidas para a confecção do IPCorr.

Outra crítica é tecida por Filgueiras (2006) que chama a atenção para o fato de que, o que surge à opinião pública é a corrupção mal sucedida, a que não deu certo porque o esquema de pilhagem fracassou.

Nesse contexto, uma constatação bem pertinente foi apontada por Anjos e Martins (2011) ao afirmarem que, no Brasil, a corrupção tanto na esfera pública quanto privada só é detectada quando chega a milhões de dólares e na maioria das vezes, quando há denúncia de alguém se sentiu prejudicado em meio ao esquema.

Portanto, verifica-se que, pelo posicionamento dos autores das críticas, não é possível, de forma evidente, estabelecer o alcance da corrupção na ordem, mesmo com todas as fontes documentais existentes, sejam baseadas em relatórios de CPI's, imprensa, entre outros. Contudo, não se pode negar a grande contribuição fornecida pela Transparência Internacional para mensurar, até certo ponto, um assunto tão complexo e delicado.

### **2.2.1.3 A terceira geração: propostas para erradicar a corrupção**

O surgimento da terceira geração de pesquisa se dá em meados dos anos 1990, tendo como objetivo norteador, superar e corrigir algumas limitações apontadas nas pesquisas anteriores. A nova proposta se baseia em identificar não somente os problemas que a corrupção pode causar, mas também traçar estratégias condizentes para solucionar ou mitigar o comportamento corrupto e as suas consequências (SANTOS, et al., 2013).

Acerca do foco das pesquisas, Kaufmann (1988) comenta que, o propósito não é somente melhorar a qualidade dos números, mas redirecionar as análises, para instigar, orientar e monitorar políticas de reformas institucionais.

Speck (2000) chama a atenção para o fato de que, nas gerações de pesquisas anteriores, a corrupção era tratada como um fenômeno residual da política. Apesar de figurar em um ambiente onde rendia apenas comentários por parte da população, não era vista como um problema que pudesse ser combatido por meio de políticas e reformas

específicas e também era vista como uma maneira facilitar o desenvolvimento econômico por amenizar os obstáculos burocráticos.

Essa visão naturalista do fenômeno passou por transformações conceituais e a percepção social acompanhou essas mudanças na avaliação da corrupção. As avaliações positivas são logo substituídas pela visão de que a corrupção tem altos custos econômicos, sociais e políticos.

A sociedade passa então, a observar o fenômeno com mais cuidado, constatando, por fim, que o prejuízo gerado por essas práticas afetavam diretamente todas as esferas da vida social. Speck (2000) comenta que a corrupção não somente desperdiça recursos públicos como também traz altos custos políticos, porque as instituições vistas como corruptas são desacreditadas e a partir disso, não podem mais contar com o apoio da população.

As mudanças no foco de pesquisas são implementadas nesse contexto, induzindo os atores a buscarem formas de combatê-la, propondo estratégias variadas. Algumas abordagens valorizam medidas educativas e punitivas, direcionando o enfoque para os incentivos positivos e negativos que afetam o indivíduo.

Outra estratégia apontada pela World Bank (2000) enfatiza reformas no sistema político e econômico, identificando as causas estruturais ou instituições da corrupção, tendo como tarefa, a detecção das áreas e instituições-chaves, para que se conduzam reformas estruturais e institucionais.

Essas iniciativas de combate e soluções práticas para o problema enfrentado conta com o apoio logístico de organizações internacionais da sociedade civil, como a Transparência Internacional (TI) ou as organizações de cooperação governamental como a organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Ainda, houve a criação de linhas de ação que alocam recursos especiais para os programas de cooperação econômica bilateral e multilateral que reconhecem a corrupção como um grande problema para o desenvolvimento e tentam erradicá-la. Exemplos desses organismos são a USAid (US Agency for International Development) que tem programas de controle da corrupção há tempos (SPECK, 2000) e o Banco Mundial que integrou o controle da corrupção nas suas linhas de ação a partir de 1996 (WORLD BANK, 2000).

Em meio a essas ações, tem destaque, também, as pesquisas que tem sido desenvolvidas, uma vez que, estas ajudam a) na politização do tema em sociedades onde os atores importantes ainda não estão sensibilizados pelo problema e seus impactos; b) as análises empíricas

podem orientar as políticas de reformas, detectando as áreas e causas mais prementes e, c) as informações obtidas em levantamentos podem ter um papel importante no monitoramento das reformas anticorrupção (SPECK, 2000).

Verifica-se com isso, a contribuição dada pelas pesquisas sobre o assunto, mesmo que o campo de análise seja marcado por problemas conceituais e limitações difíceis de serem superadas. Não obstante, as organizações estão expostas ao problema da corrupção e precisam identifica-lo, controlá-lo e preveni-lo. Daí a relevância de mecanismos como a governança corporativa, o compliance e uma postura ética como mecanismos internos de integridade. Temas que serão tratados mais adiante.

### **2.3 Mecanismos legais de Combate à Corrupção**

Historicamente, a corrupção, bem como atos desonestos de qualquer natureza sempre se fizeram presentes no contexto das relações humanas. Entretanto, com o fenômeno da globalização, com a expansão e abertura das relações comerciais, esse comportamento antiético passou a ser percebido e sentido de forma mais intensa.

Em decorrência disso, Ferreira e Morosini (2013) afirmam que novas estratégias de controle da corrupção foram desenvolvidas com base nas iniciativas internacionais e na troca de experiências entre países.

Ainda, as práticas de fraude e corrupção não são mais vistas apenas como um problema encarado por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O assunto passou a ter grande repercussão no globo terrestre e gera preocupações a nível mundial (FERREIRA; MOROSINI, 2013).

Em meio a esse contexto, foram desenvolvidos mecanismos que visam coibir as práticas corruptas e fraudulentas decorrentes de inúmeras discussões e negociações internacionais sobre o assunto, tais como a Convenção Interamericana contra a corrupção de (OEA) de 1996, a Convenção da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 1997, a Convenção Penal do Conselho Europeu Contra a Corrupção de 1999, a Convenção Civil do Conselho Europeu Contra a Corrupção de 1999 e a Convenção da Organização das Nações Unidas Contra a Corrupção de 2003.

Dessa maneira, como resultados das negociações ocorridas, surgiram os primeiros mecanismos de combate à corrupção e a fraude. As leis internacionais mais relevantes a serem detalhadas a seguir são a

FCPA (1977) que trata das práticas de corrupção no exterior, a *Bribery Act* (2010) e a Sarbanes Oxley (ANO).

Na sequência, as leis nacionais a serem abordadas serão: A Lei 8.429/1992, que trata sobre a improbidade administrativa; A Lei 9.613/1998, que trata da lavagem de dinheiro e, por fim, a Lei anticorrupção N° 12.846/2013.

### **2.3.1 Práticas de Corrupção no Exterior – FCPA**

Os EUA foram o primeiro país a se preocupar e a desenvolver alguma medida para o fenômeno da corrupção. Assim, como resposta às práticas de empresas que se valiam de expedientes irregulares para tirar proveito em seus negócios, foi criada a Lei federal americana *Foreign Corrupt Practices Act*, representada pela sigla FCPA, sendo promulgada no ano de 1977.

Ferreira e Morosini (2013) alegam que o contexto político dos EUA na década de 70 foi decisivo para a criação dessa lei. O escândalo de Watergate que envolveu o presidente daquele país, acusado de direcionar sua influência e poder à espionagem ilegal de opositores políticos, deram início a uma série de investigações que trouxeram à tona inúmeras práticas ilegais.

Dentre elas figuram: a) a descoberta da existência de fundos irregulares que eram mantidas pelas empresas transnacionais dos EUA com o objetivo de corromper governos estrangeiros visando a garantia da manutenção de negócios lucrativos nesses países; b) Um pouco mais de 500 companhias norte americanas admitiram subornos a funcionários públicos estrangeiros, pagando o equivalente a 300 milhões de dólares (BIEGELMAN e BIEGELMAN, 2010).

Assim, o propósito da FCPA é, especificamente, o de criminalizar a prática de suborno de oficiais públicos estrangeiros por organizações norte-americanas ou por seus representantes (SILVEIRA E CASTRO, 2014), “a fim de estabelecer relações comerciais mais lucrativas” (FERREIRA e MOROSINI, 2013, p. 263).

De maneira geral, a lei visa:

“...coibir pagamento, oferta ou promessa de pagamento de quantia monetária ou qualquer outro bem de valor a candidatos governamentais, partidos políticos estrangeiros, funcionários públicos e autoridades no intuito de conseguir uma

vantagem indevida, obter ou reter negócios ou algum tipo de tratamento diferencial favorável em transações comerciais” (VALIANCY GROUP, 2015).

As aplicações da Lei FCPA são válidas às empresas que emitem valores mobiliários registrados na *Securities and Exchange Comission* – SEC (2014), aos indivíduos americanos, sejam eles empregados, administradores, agentes, representantes e sócios, ou a qualquer empresa, grupo, associação, organização ou sociedade organizada nos termos das leis americanas.

Ainda, conforme exige a FCPA, as companhias têm o dever de manter seus livros e registros de modo que demonstrem com clareza e exatidão todas as suas transações, mantendo também, sistemas de controles contábeis internos, cujo propósito é evitar que subornos sejam encobertos. Por conseguinte, a promulgação da FCPA representou um marco no combate a corrupção corporativa (ABREU JUNIOR, 2015).

Além da FCPA dos EUA, outra Lei anticorrupção que é considerada ainda mais abrangente e mais rigorosa é a norma britânica chamada UK Bribery act que será detalhada a seguir.

### **2.3.2 O Bribery Act – BA**

Em cumprimento as recomendações internacionais, o governo britânico assinou em 8 de abril de 2010 o Bribery Act, norma anticorrupção britânica que entrou em vigor em 1º de julho de 2011. O texto altera a lei britânica de combate à propina e à corrupção, que afeta não somente as empresas do Reino Unido, mas todas as companhias com operações e ações na região (ERNEST & YOUNG, 2015).

Diferentemente da FCPA, que normatiza as relações entre entes privados e públicos, o Bribery Act vai além e regula também a relação existente unicamente entre empresas privadas (COMPAGNO, 2015). Com isso, a consultoria Ernest & Young (2015) afirma que a norma cobre todos os casos de propina, mesmo que não envolva algum funcionário público.

Foi criado no texto da norma, quatro ofensas, sendo que duas são relacionadas a oferecer e receber propinas, uma a respeito do pagamento de propina a funcionários públicos estrangeiros, e por fim, a quarta tem a ver com companhias que falham em prevenir a prática de propinas.

Ferreira (2012) complementa que, compete ao SFO (Serious Fraud Office) executar tanto as companhias domésticas no Reino Unido

quanto as entidades internacionais que estejam estabelecidas lá, que venham a cometer o crime de suborno ou que falhem na prevenção de crimes dessa natureza.

No que se refere a quarta ofensa, a Ernest & Young (2015) afirma que a norma “prevê a responsabilização criminal de qualquer empresa pelos atos dos seus representantes, agentes e distribuidores que derem, prometerem ou oferecerem qualquer tipo de vantagem com o objetivo de levar uma terceira parte a praticar ato indevido para obter vantagens”.

Conforme as penas previstas na norma, as pessoas físicas poderão ser julgadas e as penas chegam a 10 anos de prisão com multa e fiança sem limites. Para as corporações que forem consideradas culpadas, a lei também prevê multas ilimitadas.

Portanto, conforme Azevedo (2012), muitas foram as mudanças trazidas pelo *Act*, dentre as quais, destacam-se: a criminalização da corrupção ocorrida no exterior, a imputação de responsabilidade penal às empresas que não dispuserem de medidas preventivas adequadas para combater a prática de corrupção por seus empregados e agentes, a utilização de critérios de inversão de ônus da prova em algumas hipóteses, o suborno de agentes públicos estrangeiros e a imputação de penas mais graves.

### **2.3.3 Lei Sarbanes-Oxley**

A década de 90 foi marcada por uma série de escândalos corporativos que tiveram grande repercussão mundial e abalaram o ambiente empresarial. Os casos mais notórios envolveram empresas americanas e italianas como a Enron, a Worldcom e a Parmalat.

Em virtude dessas práticas fraudulentas e pela má conduta dos administradores das companhias, estabeleceu-se uma verdadeira crise de confiança sobre as práticas contábeis no mundo. As desconfiças acerca da fidedignidade e integridade das demonstrações financeiras tiveram um significativo impacto no mercado de capitais (ZDANOWICZ, 2012).

Em meio a esse contexto, algumas medidas foram tomadas na tentativa de recuperar a credibilidade do mercado de capitais. Sancionada no ano de 2002 pelo Congresso Norte-Americano e pelo então Presidente do País George w. Bush, a Lei de Reforma Corporativa conhecida como Sarbanes – Oxley, ou simplesmente SOx, é considerada uma das mais rigorosas regulamentações em se tratando de controles internos, com elaboração e divulgação de relatórios gerenciais aplicados às companhias abertas, bem como às empresas estrangeiras que têm

ações negociadas nas bolsas de valores NISE e NASDAQ (ZDANIWICZ, 2012).

Ainda, conforme reforça o Portal de Auditoria (2015), o intuito da implementação da SOx foi o de evitar a fuga dos investidores. Uma possibilidade concreta dada a insegurança e a perda de confiança em relação as escriturações contábeis e aos princípios de governança nas empresas.

Simplificando, Silva Et. Al (2007) consideram que a SOx é uma lei que criou um organismo regulador das empresas de auditoria e determinou penas e responsabilidades dos executivos, além de exigir maior rigor na qualidade e na transparência de informações nas demonstrações financeiras, protegendo assim, os interesses dos *shareholders*.

Sobre isso, Zdaniwicz (2012), argumenta que, dentre algumas medidas dispostas, a SOx determina que as organizações adotem códigos de ética à diretoria, enfatizando os deveres desta perante os sócios. Ainda, foram criadas regras rígidas de governança corporativa com severas punições às fraudes e maior independência dos órgãos de auditoria.

A seguir, passa-se a discorrer sobre os mecanismos legais de combate à corrupção a nível nacional.

### **2.3.4 A Lei 8.429/1992 – Improbidade administrativa**

Desde a antiguidade mais remota, a sociedade distingue os comportamentos antagônicos do bem e do mal, como meio de classificação das atitudes humanas. (SILVEIRA, 2011). Posto isso e voltando a reflexão especialmente ao setor público, no que se refere à Lei 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, é interessante, inicialmente fazer um breve enquadramento das origens da palavra com vistas a esclarecer a que se refere.

Silveira (2011) esclarece que a palavra probidade é originária do latim *probitas* e do radical *probus*, tendo como significado, aquilo que brota do bem, denotando o que tem uma boa qualidade. Primariamente, essa concepção se referia a plantas, passando a ser aplicada em sentido moral, caracterizando o indivíduo honrado, íntegro e possuidor de bons costumes. Atualmente, significa atitude de respeito aos bens e direitos alheios, constituindo assim, ponto essencial para a integridade do caráter.

Com isso, entendemos que a improbidade, que é o contrário da probidade remete a um conceito oposto às virtudes tidas como nobres no



contexto da vida em sociedade. Sobre isso, Silveira (2011) argumenta que, em geral, quando não atendido o dever de probidade, está configurada a improbidade administrativa, comportando a imposição de determinadas sanções, regulamentadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº8.429/92, mais conhecida como Lei de Improbidade Administrativa.

O ato de improbidade administrativa é conceituado como todo “aquele que, à custa da Administração Pública e do interesse público, importa em enriquecimento ilícito (art.9º); que causa prejuízo ao erário (art. 10) e que atenta contra os princípios da Administração Pública (art. 11).” (JÚNIOR, 2009, p. 550).

Pazzaglini Filho (2002) complementa argumentado que a improbidade administrativa se revela no emprego da negociata na gestão pública, que vai desde auferimento do administrador ou de terceiro de ganhos patrimoniais ilícitos, concessão de favores e privilégios ilegais, exigência de propinas, mesmo para atendimento de pedidos legítimos de particulares, desvio ou aplicação ilegal de verbas públicas, sectanismo do comportamento da autoridade, privilegiando, no exercício funcional, o interesse pessoal em relação ao público, até tráfico de influência nas esferas públicas, bem como exercício deturpado ou ineficiente das funções públicas com afronta acintosa aos princípios constitucionais que as regem.

A improbidade administrativa também foi tratada na Constituição Federal no artigo 37, 4º: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.” (MOURA, 2015).

A Lei diferencia, ainda, os sujeitos que podem praticar a improbidade administrativa em ativos e passivos, conforme destacado no quadro 2 a seguir:

## Quadro 2: Sujeito de Improbidade Administrativa

| Sujeito de Improbidade Administrativa |   |
|---------------------------------------|---|
| Ativo                                 | <p>Agentes públicos são considerados todos aqueles que, definitiva ou transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou seja, qualquer forma de investidura ou vínculo, exercem alguma função pública (mandato, cargo, emprego) em nome dos sujeitos passivos do ato de improbidade.</p> <p>Terceiros também podem ser considerados sujeito ativo de improbidade. Seriam aqueles que induzam ou concorram para a prática do ato ou dele se beneficiem sob qualquer forma direta ou indireta.</p>   |
| Passivo                               | <p>A Administração direta, indireta ou fundacional (ou seja, Autarquias, Fundações Públicas e Privadas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, do Território;</p> <p>A empresa incorporada ao patrimônio público ou entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual;</p> <p>O patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público e entidades para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.</p> |

Fonte: Moura (2015).

Pereira Neto (2015), afirma que a lei 8.429/92 foi criada em virtude do amplo apelo popular contra as vicissitudes que assolavam - ou ainda assolam - o serviço público. Surgiu, consequentemente, a necessidade de acabar com os atos atentatórios à moralidade administrativa e aos causadores de prejuízo ao erário público ou ensejadores de enriquecimento ilícito.

Tendo em vista que a sociedade, de maneira geral, reprime as ações compostas por desonestidade e por deslealdade, seja de agentes públicos, seja de executivos e funcionários de organizações privadas, no desempenho de suas funções, pode-se dizer que a corrupção e a fraude são formas de manifestação de improbidade (Adaptado de: SILVEIRA, 2011).

Ainda, Garcia e Alves (2004) defendem que a corrupção é um fenômeno social composto por desvios de comportamento que infringem a normatividade estatal ou os seus valores morais em troca de uma vantagem correlata. É uma forma de degradação dos padrões ético-jurídicos que devem reger o comportamento individual nas esferas pública e privada.

### **2.3.5 A Lei 9.613/1998 - A Lei de lavagem de dinheiro**

O crime organizado é uma atividade altamente lucrativa e disponibiliza, praticamente, de fundos incalculáveis, envolvendo milhares de pessoas, com um sistema funcional implantado e bem estruturado. Entretanto, conforme aponta Lustosa (2008), para que seus rendimentos possam ser utilizados, a ocultação de sua origem é imprescindível.

Nesse contexto, para o uso, a movimentação, a ocultação e a disposição de ativos oriundos das mais variadas espécies de comércio e práticas criminosas, surge a lavagem de dinheiro com o objetivo de evitar a descoberta das atividades ilícitas da cadeia criminal, bem como para manter em sigilo a identificação das pessoas envolvidas.

Amaral (2015) afirma que o crime de lavagem de dinheiro se caracteriza por um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de um modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita, sendo desenvolvido por meio de um processo dinâmico.

Quanto à finalidade, Furtado (2011) afirma que é o de apagar os rastros que possam escancarar a associação de uma determinada quantia de dinheiro (entendido à luz da legislação brasileira, como bens, direitos ou valores) com a prática anterior de um crime.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a lavagem de dinheiro chega a até 5% do produto interno bruto de cada país (PINTO, 2007), revelando assim, que as cifras envolvidas são monumentais.

De Carli (2008) identifica quatro principais implicações da lavagem de dinheiro:

a) Distorções econômicas: o dinheiro sujo empregado em atividades lícitas não se destina diretamente ao lucro e ao desenvolvimento econômico, causando, eventualmente, problemas de concorrência desleal;

b) Riscos à integridade e à reputação do sistema financeiro: falta de credibilidade dos bancos e fuga de capitais dos países em desenvolvimento;

c) Diminuição dos recursos governamentais: a lavagem está ligada à corrupção e a crimes contra a Administração Pública;

d) Repercussões socioeconômicas: desordem e danos sociais ligados, fortemente, às consequências nefastas dos crimes antecedentes à lavagem.

Visto isso, as primeiras manifestações públicas de preocupação sobre essa prática ocorreram em 1988, na Convenção de Viena, ocasião na qual os membros da ONU aprovaram a resolução que os obrigada a penalizar a lavagem de capitais oriundos do tráfico de entorpecentes (PODVAI, 1998).

Desde então, várias nações passaram a incorporar no seu corpo de normas, dispositivos legais reservados a reprimir a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de crimes, sejam eles diretos ou indiretos (LUSTOSA, 2008).

Assim, dando continuidade aos compromissos internacionais assumidos, na Convenção de Viena, o Brasil aprovou a Lei nº 9.613, de 1998, popularmente conhecida como a Lei da lavagem de dinheiro.

Essa lei tipificou as operações de lavagem de dinheiro como crime e atribuiu às pessoas físicas e jurídicas de diversos setores econômico-financeiros maior responsabilidade na identificação de clientes e manutenção de registros de todas as operações e na comunicação de operações suspeitas, sujeitando-as ainda às penalidades administrativas pelo descumprimento das obrigações (AMARAL, 2015).

Portanto, Ramos (2014) defende que a lavagem de dinheiro está diretamente associada à corrupção e atividades criminosas. É também uma prática desafiadora à comunidade internacional uma vez que, identificar a origem do capital ilícito e coibir o crime antecedente é uma tarefa de difícil execução.

### **2.3.6 Lei nº 12.683/2012 – Alteração da Lei 9.613/98**

A Lei 12.683, de 2012, alterou a Lei 9.613/98, visto que esta estava defasada em virtude do aperfeiçoamento e da inovação constante

nos métodos de atuação das organizações criminosas. Ela impôs mais rigor nas determinações acerca dos crimes envolvendo a lavagem de dinheiro.

A Lei nº 12.683 permite o enquadramento em qualquer recurso com origem oculta ou ilícita, e permite punições mais severas. Entre as principais alterações da nova lei, está a possibilidade de punição para lavagem de dinheiro proveniente de qualquer origem ilícita. A lavagem só se configurava em crime se o dinheiro envolvido viesse de uma lista predefinida de atividades ilícitas, como tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, sequestro, crimes praticados por organização criminosa e crimes contra a administração pública e o sistema financeiro (JUSBRASIL, 2015).

A nova lei manteve as penas de três a dez anos de reclusão, mas o valor das multas aplicadas a condenados foi elevado. O teto máximo passou a ser de 20 milhões de reais e não mais R\$ 200 mil reais, conforme previa a legislação anterior (INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2015).

As principais contribuições para Amaral (2015) foram com relação: a extinção do rol taxativo de crimes antecedentes, admitindo-se agora como crime antecedente da lavagem de dinheiro qualquer infração penal; a inclusão das hipóteses de alienação antecipada e outras medidas assecuratórias que garantam que os bens não sofram desvalorização ou deterioração; a inclusão de novos sujeitos obrigados tais como cartórios, profissionais que exerçam atividades de assessoria ou consultoria financeira, representantes de atletas e artistas, feiras, dentre outros e por fim, o aumento no valor da multa. Verifica-se com isso que a nova lei trouxe importantes avanços para a prevenção e combate à prática da lavagem de dinheiro.

### **2.3.7 A Lei 12.846/2013 - Lei “anticorrupção”**

Recentemente, entrou em vigor a Lei 12.846/2013, também conhecida como Lei anticorrupção. Com isso, o país se alinha às mais rigorosas e avançadas legislações do mundo de combate a corrupção. (DELLOITE, 2014).

A Lei dispõe da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, bem como as diretrizes da presente política, de forma a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência.

A Lei se aplica a sociedades empresárias e sociedades simples, fundações, associações, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro e pessoas físicas como dirigentes, administradores ou qualquer pessoa autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

O decreto assinado pela Presidente do país que regulamenta a lei, dispõe de diversos aspectos, tais como critérios para o cálculo da multa, parâmetros para avaliação de programas de *compliance*, regras para a celebração de acordos de leniência e disposições sobre os cadastros nacionais das empresas punidas (CGU, 2015).

Quanto a responsabilização das empresas, é objetiva. Isso quer dizer que a condenação independe da comprovação de culpa do agente que praticou o ato ou da própria pessoa jurídica (CGU, 2015).

Na esfera administrativa, pode ocorrer Pena de multa de até 20% do faturamento bruto da empresa, ou até 60 milhões de reais, quando não for possível calcular o faturamento bruto. As penas serão aplicadas pelo órgão ou entidade que sofreu a lesão, e, no caso de suborno transnacional, pela Controladoria-Geral da União e, publicação extraordinária da decisão condenatória em meios de grande circulação, a expensas da pessoa jurídica. (CGU, 2015).

É importante destacar que a punição, conforme a lei, nunca será menor do que o valor da vantagem auferida. O Cálculo da multa é o resultado da soma e subtração de percentuais incidentes sobre o faturamento bruto da empresa. Os limites são de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. (CGU, 2015).

Dentre as punições na esfera judicial, destaca-se o perdimento de bens, a suspensão das atividades e dissolução compulsória e a proibição de recebimento de incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, por prazo determinado. (CGU, 2015).

No que se refere aos atos lesivos, Machado (2015) elenca: i) prometer, oferecer ou dar, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; ii) financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática dos atos ilícitos; iii) comprovadamente utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a ação fraudulenta; iv) no tocante a licitações e contratos: frustrar, fraudar, impedir ou perturbar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público e sua natureza competitiva, ou fraudar contrato dela decorrente; v) manipular ou

fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; vi) criar pessoa jurídica de modo fraudulento ou irregular para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo e vii) dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Com relação ao acordo de leniência, existem alguns critérios a serem obedecidos para a celebração do referido acordo. A Lei prevê que a entidade privada deve inicialmente, reconhecer a participação na infração, identificar os envolvidos nela, reparar integralmente o dano causado e por fim, mas não menos importante, cooperar com as investigações, além de fornecer documentos que comprovem a prática da infração.

Evidentemente, além dos deveres da entidade, há também alguns direitos a partir do cumprimento do acordo de leniência. A pessoa jurídica tem o direito as seguintes isenções: publicação da decisão sancionadora, da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações de órgãos ou entidades públicas, isenção ou atenuação de punições restritiva ao direito de licitar e contratar e redução do valor da multa, se houver. Todavia, permanece a obrigação de reparar o dano integral. (CGU, 2015).

Referente aos Cadastros Nacionais de Empresas Punidas (CNEP) e de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) serão geridas pelas CGU e neles serão reunidos as empresas jurídicas que sofreram sanções com base na Lei anticorrupção e em outras legislações, como a Lei de Licitação e Contratos.

O quinto eixo que integra a Lei anticorrupção diz respeito ao programa de integridade – *Compliance*. Foram estabelecidos os mecanismos e procedimentos de integridade, auditoria, aplicação dos códigos de ética, conduta e incentivo de denúncia de irregularidades a serem adotados pelas empresas, cujo monitoramento também será feito pela CGU. Esse assunto será abordado com mais detalhes no tópico seguinte por não ser uma temática exclusiva da Lei.

Dessa forma, a Controladoria Geral da União entende que a Lei 12.846 representa um importante avanço para o Brasil, além de atender aos compromissos internacionais assumidos pelo país com a rigidez que se adequa aos padrões mundiais, ela finalmente fecha uma lacuna no ordenamento jurídico do Brasileiro ao tratar diretamente da conduta dos corruptores.

## **2.4 Mecanismos Internos de Integridade**

Um dos fatores mais prejudiciais para a implementação de uma economia responsável é a corrupção e a fraude, que, além de representar uma atitude eticamente condenável, prejudica seriamente o desempenho econômico de um país.

A corrupção altera a composição dos gastos governamentais, abala a legitimidade dos governos e a confiança no Estado, afeta as decisões de investimentos produtivos, limita o crescimento, causa distorções na concorrência e prejudica a estabilidade do ambiente de negócios (INSTITUTO ETHOS, 2015).

Já as fraudes nas empresas, tem reflexos muito profundos que ultrapassam questões monetárias. Conforme exposto anteriormente, a imagem da organização é abalada, a credibilidade e os futuros investimentos são prejudicados pelo receio dos investidores quanto a seriedade da organização.

Os escândalos ocorridos nas últimas décadas marcaram profundamente o cenário empresarial. Eles evidenciaram a necessidade de transparência, estruturas sólidas de gerenciamento de riscos e a atuação ética dos executivos e funcionários.

Nesse contexto, a disseminação de boas práticas corporativas tem gerado impacto positivo no desempenho das organizações. Como resultado da adoção dessa estratégia, o ambiente organizacional tem promovido a criação de equipes especializadas em combate à fraude e a corrupção nas empresas, além de gerar investimentos no tripé governança, gestão de riscos e compliance. Estes, por sua vez, são sinônimos de competitividade no mercado.

Leal e Ritt (2014) acreditam que os mecanismos e/ou procedimentos internos de integridade são medidas importantes que devem ser adotadas pelas empresas para evitar e combater comportamentos corruptivos.

### **2.4.1 Comportamento ético empresarial**

O posicionamento ético e moral das pessoas é um dos assuntos que tem gerado significativos debates no meio acadêmico, no mundo dos negócios, na política em geral e nas formas de relacionamento humano (SANTOS et. al, 2010).

A ética, segundo o dicionário online Michaelis é uma parte da filosofia que dedica seus estudos aos valores morais e princípios ideais da conduta humana. Ainda, dentro dos aspectos da filosofia social, é a



ética quem indica as normas a que devem se ajustar as relações entre os diversos membros da sociedade (MICHAELIS ONLINE, 2015).

Moretto Neto (2010) compartilha desse conceito, definindo a ética como “a expressão do comportamento do homem em sociedade, orientada por princípios e valores que fundamentam as suas escolhas para o bem ou não” (MORETTO NETO, 2010, P. 24).

É importante, no entanto, destacar que, a questão da definição do que é ética é muito complexa. Ela vai além dos conceitos já mencionados. Valls (1994) considera que é um tema de difícil conceituação, uma vez que leva em consideração aspectos da moralidade, da religião, da filosofia, dentre outras. Ou seja, na interpretação da ética, não se pode separar a influência dos elementos culturais do meio na qual está inserida (MORETTO NETO, 2010).

Nesse sentido, Abreu Junior (2015) afirma que, por apresentar um alto grau de complexidade em se determinar um padrão de moralidade pública universal, caracterizar o comportamento ético de forma indistinta para todas as sociedades e indivíduos pode ser uma tarefa difícil.

Entretanto, na dimensão da conduta individual, a percepção do dilema moral é fundamental para compreender o fenômeno da corrupção e pensar ações para mitigá-lo (SANTOS et al., 2010).

Ainda, Santos et al. (2010) argumentam que a redução dos riscos relacionados as condutas antiéticas dos profissionais aumenta a competitividade das organizações, uma vez que preserva a imagem corporativa interna e externa e diminui a probabilidade de fraudes internas, gerando por fim, um ambiente, mais seguro.

A ética empresarial exige que a cultura organizacional seja a expressão dos valores assumidos e afirmados pela companhia; isso significa fazer com que os valores proclamados sejam efetivamente enraizados nas práticas e processos administrativos. A empresa ética tem a ética enraizada na cultura e, naturalmente, todas as áreas da organização devem incorporar os fundamentos e ações de caráter ético (GOMES, 2007).

Pena (2004) defende a necessidade de integração articulada entre a afirmação de uma ética de humanidade (baseada na defesa dos direitos humanos e no dever de respeitá-los) e da ética geradora da moral convencional, baseada no exercício constante de aperfeiçoamento do ambiente de trabalho, das pessoas envolvidas e de seu entorno. Nesse sentido, pode-se pensar no respeito como virtude necessária para a construção de um ambiente ético em uma empresa.

## **2.4.2 O conflito de interesse e a teoria da agência**

Uma das questões de destaque no rol da problemática da corrupção e da fraude, cuja relação é direta com esses fenômenos, é o conflito de interesses. Para a PWC (2014) o conflito de interesse surge quando uma pessoa se envolve em um processo decisório no qual tem o poder de influenciar o resultado final, a fim de assegurar um ganho para si, para algum familiar ou terceiros.

No setor organizacional, o surgimento dessa problemática ocorreu em função das mudanças no ambiente das empresas a partir da adoção do novo modelo de gestão na qual há uma clara distinção entre propriedade e administração/controle. (ASSAF NETO, 2012).

Nesse modelo, a relação entre as partes envolvidas, os acionistas e gestores, se dá mediante a celebração de um contrato no qual uma ou mais pessoas, denominadas “principal” responsabilizam outra pessoa (o agente) para executar alguma função de acordo com o interesse do principal, caracterizando assim, uma relação de agência. (GABRIEL; SANTOS, 2012).

Indubitavelmente, esse modelo de gestão trouxe algumas vantagens para a sociedade. Assaf Neto (2012) corrobora com essa visão afirmando que a separação entre controle e propriedade permite que a empresa mantenha profissionais de alta competência, tenha maior agilidade e produtividade, além de ser um diferencial no que se refere a competitividade da organização diante dos desafios globais atuais.

Entretanto, esse modelo de gestão apresentou, também, alguns aspectos negativos. O principal deles tem sido a ocorrência de problemas de convivência entre os acionistas e os administradores, ocasionado pela falta de alinhamento entre os objetivos organizacionais e pessoais dos gestores. Ocorre, dessa maneira, o que se chama de conflito de agência.

Assaf Neto (2012) entende que o conflito de agência é a situação na qual o gestor não atende aos objetivos fixados pelos proprietários (acionistas) em virtude de seus próprios interesses, tornando assim, inevitável o conflito entre as partes. A teoria prevê que nem sempre o agente agirá no melhor interesse do principal, assumindo que ambas as partes buscam maximizar a sua satisfação pessoal. (SILVEIRA ET. AL, 2008).

Os Conflitos de interesses ocorrem no âmbito organizacional em todos os níveis, podendo ser entre administradores e acionistas, acionistas e credores, executivos de alto escalão e funcionários de hierarquias mais baixas, etc. Nesse contexto, todos os conflitos de

interesse geram custos para a empresa e podem interferir no referencial de preços das ações no mercado. (ASSAF NETO, 2012).

Ainda, Brealey Et. Al (2008) verificaram que um agravante ao conflito de agentes reside no fato de existirem diferentes níveis de informação entre os gestores e os diversos grupos dentro das empresas. Alguns agentes possuem mais informações acerca da efetiva situação da empresa, criando com isso a assimetria de informações. Por sua vez, essas informações privilegiadas podem ser utilizadas pelos gestores para obter ganhos pessoais, de onde se verifica a possibilidade de ocorrer um comportamento antiético.

No setor público, essa questão também se faz presente e refere-se a conflitos entre o interesse público que os funcionários públicos prosseguem no exercício de funções e os seus interesses particulares (XIANGREN, 2004).

Na linha adotada pelos principais organismos internacionais como a ONU, a OCDE e o GRECO (Conselho Europeu), o conflito de interesses no setor público pode ser definido como qualquer situação em que um agente público, por força do exercício das suas funções, ou por causa delas, tenha de tomar decisões ou tenha contato com procedimentos administrativos de qualquer natureza, que possam afetar, ou em que possam estar em causa, interesses particulares ou de terceiros, que possam prejudicar ou suscitar a dúvida acerca da isenção e o rigor das decisões administrativas que tenham de ser tomadas no exercício de funções públicas. (CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, 2012).

Ainda, conforme o Conselho de Prevenção da Corrupção – CPC (2012), situações que envolvam trabalhadores que deixaram o cargo público para assumirem funções privadas, como trabalhadores, consultores ou outros, porque participaram, direta ou indiretamente, em decisões que envolveram a entidade privada na qual ingressaram, ou tiveram acesso a informação privilegiada com interesse para essa entidade privada, ou ainda, porque podem ter influência na entidade pública onde exerceram funções, através de ex-colaboradores, podem também ser caracterizadas como geradoras de conflito de interesses.

A busca por mecanismos que minimizem os conflitos de agência e seus custos e que proporcionem aos proprietários maior abrangência no monitoramento da atuação dos executivos deu origem às discussões acerca da governança corporativa, que será tratada a seguir.

### 2.4.3 A Governança Corporativa

Tirole (2006) afirma que foi a partir da publicação do livro de Berle e Means, em 1932, que surge os primeiros pensamentos acadêmicos acerca do termo governança corporativa e finanças corporativas. Os autores expuseram, na época, que a dispersão acionária criava uma substancial discrição gerencial, que poderia ser abusiva.

A dispersão acionária ou pulverização de capital, conforme Abreu e Dias Filho (2013), constitui um importante fator de estrutura de propriedade das organizações, uma vez que apresenta uma nova forma da estrutura societária, sem a figura do acionista controlador ou de um bloco de controle definido. (BEDICKS, 2008).

Grandes empresas de países anglo-saxões se caracterizam pela estrutura de propriedade de capital pulverizado. Entretanto, no cenário brasileiro, esse tipo de estrutura de propriedade é relativamente recente. Bedicks (2008) afirma que começou a surgir no país a partir do ano de 2003, tendo se intensificado depois de 2005.

A dispersão acionária pode trazer benefícios para os investidores, com mais liquidez para suas ações e diminuição de perdas com abusos por parte dos acionistas majoritários (PINTO; LEAL, 2012). Pode representar também, um mecanismo de incentivo ao desenvolvimento do mercado de capitais, proporcionando a compradores novas oportunidades de negócios e, aos ofertantes nova forma de financiamento. (BEDICKS, 2008).

Embora apresente tais vantagens, a pulverização de capital pode exacerbar os prejuízos decorrentes do comportamento oportunista por parte dos administradores, pois reduz a capacidade e os incentivos de cada investidor de monitorá-los. (GORGA, 2009; LEAL; BERTOLON, 2009).

Nesse sentido, Tirole (2006) defende que o número de problemas corporativos vivenciados ao redor do mundo reforçou a percepção de que gestores não são monitorados e observados. Bedicks (2008) entende que houve com isso, uma mudança na natureza do conflito de interesse. Assim, os problemas de agência deram origem às discussões acerca da governança corporativa.

Assim, Abreu Junior (2015) afirma que a busca por mecanismos que minimizassem os conflitos de agência e seus custos e que proporcionassem aos proprietários maior abrangência no monitoramento da atuação dos executivos deram origem às discussões acerca da governança corporativa enquanto mecanismo interno de integridade.

A grande repercussão e expressividade do tema remontam o início dos anos 2000, quando os escândalos corporativos vieram à tona nos Estados Unidos. A necessidade da recuperação da credibilidade, da transparência na prestação de contas e o aumento do monitoramento da atuação dos gestores de grandes corporações evidenciaram a necessidade da adoção de práticas efetivas no combate ao oportunismo do gestor e, conseqüentemente, à corrupção e à fraude nas suas diversas modalidades.

A Governança corporativa refere-se aos sistemas de controle e monitoramento estabelecidos pelos acionistas e controladores da empresa ou corporação (CEPEFIN, 2007). Adicionalmente, a Bolsa de Valores de São Paulo a define como um conjunto importante de normas de conduta para empresas, administradores e controladores, visando a valorização das ações e outros ativos emitidos pela companhia (BOVESPA, 2015).

Para Williamson (1988), a governança corporativa é o conjunto integrado de controles internos e externos que harmonizam os conflitos de interesse entre os gestores e os acionistas dada a separação de controle e propriedade.

Ainda, a governança corporativa – GC, pode ser conceituada como o sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. Dessa maneira, a boa governança corporativa assegura aos sócios a equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados e obediência às leis do país (LODI, 2000), obedecendo dessa forma aos princípios inerentes à prática.

Schleifer e Vishny (1997) definem-na como o meio pela qual fornecedores de capitais às corporações se asseguram do retorno do investimento, uma vez que o objetivo básico da governança corporativa é o de oferecer maior transparência aos stakeholders e minimizar a assimetria de informações presente entre as mais diversas partes interessadas. (ASSAF NETO, 2012). Assim, pode-se afirmar que as “boas práticas de governança corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua serenidade.” (SLOMSKY, P. 129, 2005).

Com o objetivo de alcançar essa finalidade, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2009) estabelece quatro princípios básicos de governança corporativa a serem observados pelas organizações. Sendo eles: o princípio da transparência, o princípio da equidade, da accountability e o princípio da responsabilidade corporativa.

O primeiro princípio, o da transparência preza pela divulgação voluntária de quaisquer informações relevantes às partes interessadas, não apenas as informações exigidas por leis ou regulamentos. Nesse sentido, mais do que cumprir com a obrigação de informar, a administração deve cultivar a vontade espontânea de informar, ciente que a boa comunicação interna e externa resulta em um clima de confiança entre todos os envolvidos e nas relações da empresa com terceiros, ainda mais quando é feita de maneira franca, rápida e voluntária. (SLOMSKI, 2005).

O princípio da Equidade diz respeito ao tratamento justo e igualitário de todos os sócios, grupos minoritários, seja do capital, seja das demais partes interessadas, como colaboradores, clientes, fornecedores e credores. Caracteriza-se, portanto, pelo tratamento justo e isonômico em todos os níveis, levando aspectos como direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas em consideração. (IBGC, 2015).

*Accountability* é o princípio que rege a prestação de contas e a assunção integral das consequências decorrentes das decisões tomadas por administradores, acionistas, conselheiros e auditores, os chamados agentes de governança.

Sobre o princípio da prestação de contas, o IBGC (2015) afirma que:

“Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.” (IBGC, 2015).

Por fim, o princípio da Responsabilidade Corporativa preza pela sustentabilidade das organizações, exigindo que seus negócios e operações incorporem considerações de ordem social e ambiental (ABREU JUNIOR, 2015).

A responsabilidade corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. Essa função social, segundo Slomski (2005), deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio da tecnologia e melhoria da

qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa ao meio ambiente.

No que se refere aos modelos de governança, é possível elencar i) O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) que instituiu um código com as melhores práticas na área; ii) A Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), órgão internacional cujo compromisso reside na regulação do mercado internacional junto a governos democráticos (CEPEFIN, 2007); iii) A BOVESPA com os “níveis diferenciados de governança corporativa”, que atribui maior destaque da empresa na melhoria da relação com os investidores, elevando, assim, o potencial de valorização dos seus ativos.

Quanto aos sistemas de governança corporativa adotados nas diferentes economias mundiais, o IBGC (2015) traz uma classificação em dois grupos: *outsider system* e o *insider system*, que são apresentados abaixo com maiores detalhes.

**Quadro 3 - Sistemas de governança corporativa adotados no mundo**

| <b>Características</b>    | <b>Outsider System</b>  | <b>Insider System</b>  |
|---------------------------|---|--|
| Controle acionário        | Estrutura de propriedade dispersa, onde as ações encontram-se pulverizadas no mercado de capitais | Estrutura de propriedade com maior concentração, onde grandes acionistas encontram-se a frente das operações diárias |
| Investidores              | Investidores institucionais de grande porte   | Investidores institucionais de menos porte   |
| Objetivos organizacionais | Maximizar o retorno dos investimentos dos acionistas  | Valorizar os envolvidos na gestão dos negócios   |
| Principais Mercados       | Estados Unidos e Reino Unido  | Europa Continental e Japão   |

Fonte: Abreu Junior (2015), adaptado de IBGC (2011).

Acompanhando as tendências internacionais, as pesquisas no Brasil acerca dos mecanismos de governança têm se intensificado, sendo

cada vez mais frequentes em publicações nacionais. Gabriel e Santos (2012) apontam que hoje a governança corporativa é considerada o principal foco das discussões sobre alta gestão no mundo.

Camargos e Helal (2007) ainda acrescentam que a notoriedade dos estudos sobre governança corporativa muito se deve a sua capacidade de elucidar grande parte dos problemas que afligem as organizações, assim como pela sua estreita relação com o desempenho organizacional. (ABREU JUNIOR, 2015).

Nesse sentido, ao se tratar a temática da corrupção e da fraude enquanto grandes problemas no âmbito empresarial e organizacional, existe a necessidade íntima de abordar a governança corporativa, dada a sua característica de combate a atitudes ligadas ao oportunismo e a disposição de princípios íntegros que devem ser adotadas por organizações comprometidas com a transparência e seriedade nas suas operações e com todos os envolvidos.

#### **2.4.4 Compliance**

O termo *compliance* tem origem no verbo em inglês *to comply*, que significa agir de acordo com a regra, com a norma, com as diretrizes, com a instrução interna, com um comando ou pedido. Estar em “compliance” significa estar em conformidade com as leis e regulamentos externos e internos (LIRA, 2014).

Para a ABBI e s FEBRABAN (2004), a definição de compliance está associada ao dever de cumprir e fazer cumprir todos os regulamentos impostos às atividades da instituição. É, portanto, conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade e sentir o quanto é fundamental a ética e a idoneidade nas atitudes e condutas individuais e coletivas.

Pela ampla abrangência, o compliance vai muito além das barreiras legais, das regulamentações e normas. Esse mecanismo incorpora acima de tudo, os princípios de integridade e conduta ética, uma vez que, a imagem e a confiança são fatores de grande diferencial no mercado competitivo. Assim, não basta apenas obedecer às leis, cujo propósito, de maneira geral, é estabelecer controles e maior transparência. A instituição precisa ser dotada de padrões de honestidade e integridade (ABBI; FEBRABAN, 2014).

Nesse sentido, Newton (2002) complementa essa afirmando que o compliance deve acatar a três tipos de obrigações, a saber: (i) regras específicas, objetivas e de aplicação imediata; (ii) regras específicas,



subjetivas, que demandem julgamento; e (iii) regras/princípios gerais, na forma de melhores práticas.

Abreu Junior (2015) salienta que esse mecanismo se configura como um dos pilares que sustentam as estruturas da governança corporativa nas empresas, sendo um mecanismo que contribui de forma decisiva para a sobrevivência da organização.

As empresas que não seguem as normas de compliance, e que, consequentemente, não andam em conformidade, estão sujeitas a uma série de dificuldades e transtornos que serão apontados logo abaixo. Ainda, os custos são elevados e podem ser até fatais.

Coimbra e Manzi (2010) apontam as seguintes consequências para as empresas que não possuem algum mecanismo de compliance:

- a. Danos de imagem e a reputação da organização e/ou de seus funcionários, bem como a perda de valor de marca;
- b. Redução da eficiência e inovação em decorrência da má alocação de recursos;
- c. Cassação da licença de operação;
- d. Sanções administrativas, pecuniárias e criminais às pessoas jurídicas e aos indivíduos;
- e. Outros custos adjacentes ou não previstos, como honorários de advogados ou horas de trabalho da alta direção.

Dessa maneira, percebe-se que as funções de compliance não residem somente na obtenção de valor e competitividade. Mas, é de vital importância para a continuidade das operações organizacionais.

Assim, no quadro 4, serão apresentadas, brevemente, as quatro ferramentas e as atividades inerentes a cada uma, que compõe o mecanismo de compliance:

**Quadro 4 – Ferramentas de Compliance**

| <b>Sistema de Controles Internos</b> | <b>Gerenciamento de Riscos</b>           | <b>Metodologia de Avaliação do Risco de Compliance</b> | <b>Equipe de Agentes de Compliance</b> |
|--------------------------------------|--|--|--|
| Segregação de funções                | Identificação, avaliação e monitoramento | Auto-avaliação   | Perfil específico                      |
| Testes e monitoramentos              | Definição de controles                   | Matriz de riscos de compliance                         | Intermediação de compliance            |
| Reporte de não conformidades         | Comunicação                              | Análise dos produtos e processos                       | Treinamentos periódicos                |
| Acompanhamento de ações corretivas   | Gestão integrada                         | Revisões periódicas                                    | Canal de comunicação                   |

Fonte: Manzi (2008)

Portanto, para a “organização estar em compliance, ela precisa colocar a questão no centro da sua estratégia, como elemento formador da sua identidade, convertendo-o em política e programa, criando uma infraestrutura e um ambiente de *compliance* com o compromisso da administração e dos colaboradores de respeito à normas. Cada indivíduo da organização deve incorporar o espírito do *compliance*, de adesão voluntária aos padrões de integridade, de fazer julgamentos de conformidade e tomar decisões observando as normas do programa. Afinal, o ‘estado de *compliance*’ não é alcançado com comando, controle e sanções” (COIMBRA; MANZI, 2010, p. 8).

De toda maneira, cabe ressaltar que, por mais que o compliance não constitua garantia bastante para preservar completamente a organização contra desvios de conduta, atos ilícitos e desonestos, as suas ações servirão para proteger a integridade da organização, especialmente no que concerne ao combate à corrupção e fraudes, reduzindo os riscos e aperfeiçoando seus mecanismos de controles internos (MANZI, 2010).

Por fim, conforme foi exposto nesse referencial teórico, tratar da corrupção e da fraude é um desafio. Um desafio não somente para a academia, mas também para toda a sociedade civil, para as organizações, para os gestores e para o governo.

Verificou-se, na literatura, a dificuldade em se conceituar o fenômeno e de estudá-lo como um todo. Por mais que tenha havido diversas pesquisas e gerações de estudo com focos diferenciados, salientando que todos, numa tentativa de obter resultados mais concretos e próximos ao fenômeno, apresentaram limitações e lacunas que ainda hoje, não foram preenchidos.

A sociedade, de maneira geral, tem se mostrado mais intolerante quanto aos escândalos, quer sejam no setor privado, quer sejam no público. Nas últimas décadas, as consequências econômicas, sociais e políticas que decorrem da prática da corrupção e da fraude se tornaram mais evidentes.

Os impactos são sentidos por todos. Assim, o descontentamento por parte da população e as manifestações em prol de transparência, de atitudes éticas, as cobranças de maneira geral, expressam a necessidade de se combater e coibir os desvios de conduta, não somente na forma de leis e normas, mas incorporando também, a adoção de uma postura ética e honesta por parte de todos.

Especificamente no contexto brasileiro, ainda permanece a questão culturalista da corrupção no país, do “jeitinho brasileiro”, que abrange uma série de condutas inadequadas, que, a depender do grau, tem impactos significativos nas decisões que são tomadas e na vida da população brasileira. Cabe, portanto, o engajamento de toda a sociedade no combate à corrupção, a fraude e demais atitudes antiéticas.



### **3. METODOLOGIA DE PESQUISA**

Há bastante tempo atrás, o homem iniciou a sua jornada em busca de conhecimento e de respostas às suas inquietações. A mitologia se fez presente, na maioria das vezes, como a única maneira de obter possíveis explicações.

Entretanto, a partir do questionamento cada vez mais acirrado, a nova forma de pensar do homem na busca por respostas mais concretas que se assemelhassem à realidade criou a possibilidade do surgimento da ideia de ciência (FERREIRA, 2011).

Cervo, Bervian e Da Silva (2007) afirmam que a ciência na condição atual, é o resultado de descobertas ocasionais, nas primeiras etapas, e de pesquisas cada vez mais metódicas, nas etapas posteriores. A ciência é uma das poucas realidades que podem ser legadas às gerações seguintes. Os homens de cada período histórico assimilam os resultados científicos das gerações anteriores, desenvolvendo e ampliando aspectos novos.

Assim, a ciência chegou ao nível atual devido ao núcleo de técnicas de ordem prática, seus fatos empíricos e suas leis, que formam o elemento de continuidade, sendo aperfeiçoado e ampliado ao longo dos tempos. (CERVO, et al., 2007). Por conseguinte, para alcançar resultados científicos condizentes, faz-se necessária a adoção de uma metodologia adequada para auxiliar na obtenção e manipulação dos dados coletados. Portanto, a seguir, os procedimentos metodológicos serão detalhados.

#### **3.1 Classificação da Pesquisa**

Creswell (2010) delimita os tipos de projetos a partir de três abordagens distintas, a saber, a pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa e pesquisa de métodos mistos. O autor ressalta, ainda, que as abordagens não devem ser tratadas como dicotomias ou extremos opostos, uma pesquisa apenas tende a ser quantitativa ou qualitativa.

Nesse sentido, visando atingir os objetivos gerais e específicos projetados para o presente estudo e considerando-se a formulação do problema de pesquisa, o estudo propõe utilizar-se da abordagem quantitativa para a coleta, tratamento e análise dos dados.

A pesquisa quantitativa, é apresentada em um relatório final com estrutura fixa e é conceituada como um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre variáveis. Tais variáveis são mensuráveis tipicamente por instrumentos para que os dados numéricos

sejam analisados através de procedimentos estatísticos. (CRESWELL, 2010).

No que se refere aos objetivos da pesquisa, e a forma que a mesma se propõe, o estudo classifica-se como descritivo. Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 61) definem a pesquisa descritiva como aquela que “observa, registra, analisa e correlata fatos, fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.”

Ainda, conforme definição dos autores, a pesquisa descritiva procura descobrir com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Além disso, busca também conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. (CERVO, et al, 2007).

Gil (2010) concorda com esse posicionamento acerca da pesquisa descritiva ao afirmar que, elas também podem ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre as variáveis.

Adicionalmente, no sentido de reforçar a escolha, Selltiz *et al.* (1965) afirmam que pesquisa descritiva tem como objetivo descrever um fenômeno ou situação de forma detalhada, especialmente as que estão em curso, possibilitando abranger-se, com exatidão, as características deste fenômeno ou situação, bem como apurar a relação entre eventos.

Nesse sentido, ao estudar a produção acadêmica sobre os casos de corrupção, fraude e governança corporativa no Brasil, publicados nos últimos cinco anos, o intuito da pesquisa vai de acordo com a definição aceita pelos autores.

Por conseguinte, as estratégias de pesquisa a serem utilizadas serão a bibliográfica e o estudo de caso. A estratégia bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e utiliza fontes constituídas por publicações em meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites (FONSECA, 2002), dissertações e teses visando explicar um problema a partir de referências teóricas previamente publicadas onde a intenção é a busca de conhecimento e análise das contribuições culturais ou científicas sobre determinado assunto. (CERVO et al., 2007).

No entanto, neste trabalho, a pesquisa bibliográfica constitui apenas uma parte da pesquisa descritiva, uma vez que será adotada no intuito de recolher informações e conhecimentos prévios (Cervo et al.,

2007) acerca da temática em questão para atender a outra finalidade que diz respeito à elaboração de um teste de hipótese.

Por se tratar de um tema que costuma ser noticiado em jornais de grande circulação e revistas de administração, gestão e negócios, o presente trabalho se utilizará de uma bibliografia complementar, cujas fontes são revistas com as características retro mencionadas, com o objetivo de apresentar mais detalhes acerca dos casos de corrupção e fraudes mais relevantes que ocorreram no país nos últimos cinco anos.

A outra estratégia empregada, o estudo de caso, configura-se como uma intensiva análise de um caso específico. O foco principal de pesquisas dessa natureza é a complexidade e a particularidade do caso em questão, podendo ser utilizada tanto a abordagem quantitativa, a qualitativa, ou ambas em conjunto. (BRYMAN; BELL, 2004).

Adicionalmente, pesquisas que adotam essa estratégia visam o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular (...) Tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de resolução de um problema extraído da vida real. (GODOY, 1995 b).

Os estudos de caso descritivos relatam fenômenos estudados detalhadamente, envolvendo sua estrutura, configuração, atividades e relacionamento com outros eventos ou situações. (GODOY, 1995 b).

Quanto ao método de coleta de dados para o estudo de caso, será utilizada algumas particularidades da pesquisa bibliométrica, cuja importância é sustentada pela necessidade de se conhecer e avaliar a produtividade e mensurar pesquisas e autores. (SOUZA, 2013).

De acordo com Spinak (1998) o estudo bibliométrico estuda a organização dos setores científicos e tecnológicos a partir de fontes bibliográficas e patentes para identificar autores, suas relações e tendências. Trata das várias formas de medir a literatura dos documentos e outros meios de comunicação, permitindo a identificação de tendências e crescimento, usuários e autores, verificar a cobertura das revistas, medir a disseminação da informação e também formular políticas (SOUZA, 2013).

Embora se utilize a bibliometria nesse estudo, é importante ressaltar que não será contemplada em sua totalidade devido a natureza e os objetivos desta dissertação e mesmo não se tratando de um método de pesquisa convencional, será empregado para se alcançar o que foi proposto, colaborando assim, para o levantamento de dados referentes à publicação de artigos nas revistas A2 e B1 de Administração e Contabilidade.

Os dados serão coletados nas respectivas bases de dados a partir do ano de 2010 se estendendo até o ano de 2015. Por esse motivo, o horizonte temporal da pesquisa, será longitudinal, dada a sua característica de estudar fenômenos que envolvem “mudanças” e “desenvolvimento” (WEIJUN, 2008) num período relativamente longo.

A seguir, passa-se ao detalhamento dos procedimentos metodológicos.

### **3.2 Procedimentos Metodológicos**

Para atingir ao que foi proposto nessa pesquisa, nos objetivos gerais e específicos, os procedimentos metodológicos a serem seguidos foram elencados em três fases diferentes. A seguir, são detalhados os procedimentos em cada etapa.

#### **3.2.1 Primeira fase: Coleta de dados**

A coleta de dados será feita nas Revistas de Administração e Contabilidade classificadas em A1 a C do Qualis 2014. A busca se dará mediante as palavras-chave em língua portuguesa e língua inglesa respectivamente: “Fraude”, “Corrupção”, “Governança Corporativa”, “Fraud”, “Corruption” e “Corporate Governance”. Este último também será analisado por fazer parte do rol de pesquisas sobre a corrupção e o combate desta.

##### **3.2.1.1 Segunda fase: Análise dos dados**

Para a análise dos dados quantitativos serão utilizadas técnicas da estatística descritiva para extrair informações relevantes dos dados obtidos para fundamentar as conclusões da pesquisadora.

Para tanto, será aplicado o teste de correlação no intuito de verificar se existe alguma relação entre o número (volume/qtde) de publicações científicas sobre o tema corrupção, fraude e governança corporativa com a veiculação de novos casos de corrupção no país. Os dados serão categorizados, no intuito de possibilitar dados quantitativos para fazer a correlação.

Sobre a correlação, Barbetta (2014) esclarece:

“Dizemos que duas variáveis X e Y, são positivamente correlacionadas quando elas caminham num mesmo sentido, ou seja,



elementos com valores pequenos em X tendem a ter valores pequenos de Y, e elementos com valores grandes em X tendem a ter valores grandes de Y.” (BARBETTA, 2014, p. 252).

Ainda, conforme Barbetta (2014), o mais apropriado para descrever a correlação linear dos dados de duas variáveis quantitativas é o coeficiente de correlação (linear) de Pearson, o qual será apresentado por meio de diagramas de dispersão na seção de análises e discussão de resultados.

A hipótese elaborada para atender o teste de correlação é a seguinte:

**H0:** A produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa não acompanha a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional.

**H1:** A produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa acompanha a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional.

Dessa maneira, após efetuar os cálculos de correlação, será possível confirmar uma hipótese em detrimento da outra. Sendo, portanto a discussão e análise dos dados a terceira fase da pesquisa.



#### **4. Análise e Discussão dos Resultados**

Por meio dos procedimentos metodológicos detalhados na seção anterior, foi possível realizar o levantamento de dados que serão descritos e analisados a seguir. Na sequência, os resultados serão apresentados, sendo eles discutidos e analisados a partir de uma breve descrição dos principais casos de corrupção ocorridos entre os anos 2010 e 2015.

Os demais itens deste capítulo perseguem os objetivos da pesquisa ao identificar e descrever os principais casos de corrupção e fraudes, em seus mais diversos tipos, que ocorreram no país a partir do ano de 2010 até 2015; Fazer um levantamento da produção científica nacional sobre o tema nas revistas de Administração e Contabilidade classificadas em A2 e B1 e; analisar o conteúdo das publicações para identificar o foco das pesquisas e discussões acerca do tema.

##### **4.1 Casos: Corrupção e Fraudes entre 2010-2015**

Nessa seção, serão apresentados os principais casos de crimes econômicos que ocorreram a partir do ano de 2010. Esses casos apresentam a corrupção e a fraude nas mais variadas modalidades desde tráfico de influência, superfaturamento, fraudes em licitações, desvio de verbas públicas, entre outras.

Cada caso será inserido na pesquisa, a partir do momento em que veio a público, ou seja, para fins de análise, é importante enfatizar que a pesquisa em questão não tomará como base o ano em que o esquema teve início, mas sim, o ano em que o público se inteirou dos acontecimentos revelados pela mídia.

É importante, ainda, frisar que não foram somente os casos detalhados a seguir que aconteceram no Brasil. Houve outros casos, que conforme a classificação da rede de escândalos da Revista Veja Online (2016), não tiveram significativa repercussão a nível nacional.

Dessa maneira, serão citados apenas a título de conhecimento, mas não serão detalhados e inclusos nos cálculos para o teste de correlação. São eles: o escândalo dos transportes, o escândalo na agricultura, no turismo, nos esportes, no trabalho e o escândalo em cidades. Todos estes ocorridos no ano de 2011. No ano de 2012, mais dois escândalos dessa natureza foram veiculados pela mídia: o escândalo na pesca e a operação porto seguro. (VEJA ONLINE, 2016).

A seguir, passa-se a detalhar os casos de corrupção que comporão as variáveis do para o teste que se pretende realizar.

#### **4.1.1 Máfia dos transportes**

Uma série de denúncias de superfaturamento foi levantada em julho de 2011. No foco, estavam a estatal das ferrovias Valec Engenharia e Construções e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Os diretores de ambas as partes montaram um esquema com duas empresas de fachada acusadas de usar documentos falsos em contratos que somam 31 milhões de reais, sendo 13 milhões desse montante sem licitação. (VEJA, 2011).

Os contratos se referiam ao fornecimento de mão de obra em áreas estratégicas, incluindo obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em pelo menos vinte estados e o Distrito Federal. O Diário Oficial da União fornece indícios de que a Valec e o DNIT atuaram juntas. (VEJA, 2011).

Conforme relatos apurados pela imprensa da época, o diretor do DNIT cobrava 4% de propina de empreiteiras interessadas em contratos com o governo. Grande parte do montante ia para o caixa do partido PR, sob a direção do então ministro Alfredo Nascimento e do deputado Valdemar Costa Neto. O restante era destinado aos parlamentares dos estados em que as obras deveriam ser feitas. O rombo ultrapassou os R\$ 23 milhões (CGU, 2016).

A Polícia Federal abriu 79 inquéritos sobre os desmandos na pasta, e 55 servidores públicos foram investigados. O escândalo derrubou o ministro, seu chefe de gabinete (Mauro Barbosa), os chefes do Dnit (Luiz Antonio Pagot) e da Valec (José Francisco das Neves, o Juquinha) e mais de 20 funcionários da pasta. (VEJA, 2014).

Conforme a revista Veja (2014), em 2013, o partido retomou o controle da pasta, com a escolha de César Borges como ministro. Em agosto de 2013, parecer da Procuradoria-Geral da República acabou liberando Nascimento e o mensaleiro Costa Neto das acusações de liderar o esquema criminoso. Segundo parecer da procuradoria, as provas colhidas ao longo da investigação não foram suficientes para incriminar a dupla. O parecer foi remetido ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, relator do processo.

#### **4.1.2 Fraudes em Licitações da Saúde Pública do RJ**

No início de 2012, um repórter do programa da rede Globo, Fantástico, se infiltrou no setor de compras do Hospital Federal Infantil do Rio de Janeiro durante dois meses, revelando um poderoso esquema

de fraudes em contratos e licitações, pagamentos de propinas, pagamentos sem serviços prestados ou sem cobertura contratual. (REVISTA ÉPOCA, 2015).

Os empresários ofereciam propina para ganhar licitações em hospitais públicos, criando com a divulgação do caso, um cenário de muitos indícios que deram margem ao início de investigações por parte da polícia e do Ministério Público. (JUSBRASIL, 2013).

Além de funcionários públicos, quatro empresas, que estão entre os maiores fornecedores do governo federal, foram investigadas. Entre elas estava a Locanty, que, em 2010, doou mais de R\$ 1,4 milhão para quatro campanhas eleitorais: a do governador Sérgio Cabral (R\$1,3 milhão), dos deputados estaduais Alcebíades Sabino (PSC) e Bebeto (PDT), que receberam R\$ 50 mil cada, e à direção nacional do PSDB, que também recebeu contribuição de R\$50 mil. O prejuízo aos cofres públicos foi de R\$ 22 milhões. (REVISTA ÉPOCA, 2015).

A polícia instaurou quatro inquéritos para investigar as empresas Toesa Service, Locanty Soluções, Bella Vista Refeições Industriais e Rufolo Serviços Técnicos e Construções, acusados, entre outros crimes, por fraude em licitação, formação de cartel e corrupção. (VEJA, 2012).

Informações contidas no relatório da Controladoria- Geral da União – CGU (2012), afirmam que as principais tipologias de falhas identificadas nos contratos foram:

- Empresa Locanty - Restrição à competitividade de certames, com desclassificação desarrazoada de concorrentes com propostas mais vantajosas; fragilidades na realização de pesquisas de mercado para a estimativa de preços da administração; contratação de serviços terceirizados sem comprovação da necessidade; e falhas na execução contratual sem a correspondente glosa de valores.

- Empresa Padre da Posse (Bella Vista) – Falha na elaboração da estimativa de preços da administração, ocasionando sobrepreço e o consequente superfaturamento; e falhas na fiscalização da execução contratual.

- Empresa Rufolo – Falhas na elaboração de planilha de custos da administração, utilizando como valores de referência pesquisas de preço apresentadas por empresas com vínculos societários e familiares, ocasionando sobrepreço; restrição à competitividade de certames; conluio entre empresas com vínculos societários e mesmo representante; e falhas na fiscalização contratual permitindo pagamento por serviços não prestados integralmente.

- Empresa Toesa –Falhas na elaboração de planilhas de custos, ocasionando sobrepreço; Restrição à competitividade; elevado montante de pagamentos sem cobertura contratual; e falhas na fiscalização com ausência de glosa por serviços não prestados.

As irregularidades acima comprovaram as ações de fraude nas licitações da saúde pública no Rio de Janeiro. Contudo, maiores resultados acerca da investigação, bem como sentenças e condenações não foram encontradas nos meios de pesquisa utilizados. Assim, passa-se ao caso seguinte, uma vez que o objetivo maior quanto à abordagem dos escândalos é evidenciar a corrupção e o ano em que as veiculações midiáticas acerca do assunto iniciaram.

#### **4.1.3 Caso Erenice**

As denúncias de corrupção contra Erenice Guerra, na época, Ministra da Casa Civil, tiveram grandes repercussões na disputa eleitoral para a presidência, já que ela havia sido assessora direta da candidata Dilma Rousseff. Acusada por suspeita de corrupção, por meio do tráfico de influência, Erenice foi demitida pelo Palácio do Planalto. (BBC, 2010).

Conforme aponta a Revista Veja (2010), os filhos de Erenice, Israel e Saulo Guerra teriam liderado um suposto esquema de cobrança de comissões para a intermediação de projetos privados junto a órgãos do governo. A ex-ministra negou todas as acusações e justificou sua saída do Ministério alegando que era para a defesa de sua imagem e a de sua família.

Segundo a Revista Veja (2010), Israel, filho de Erenice, teria cobrado uma taxa de sucesso à empresa MTA Linhas Aéreas, interessada em renovar sua concessão junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e fazer negócios com os Correios. Durante as investigações, o filho da ministra também foi considerado suspeito de cobrar comissões de empresas para liberar crédito no BNDES. (VALOR ECONÔMICO, 2015).

Entretanto, as irregularidades em contratos públicos foram comprovadas pela Controladoria-Geral da União (CGU). O Ministério Público e a Polícia Federal também constataram a veracidade nas denúncias feitas por empresários.

Também houve a constatação de movimentações financeiras do filho de Erenice incompatíveis com os rendimentos declarados à Receita Federal. Embora tivessem sido constatadas as irregularidades, Erenice

acabou sendo inocentada e o caso foi arquivado por falta de provas em 2012 a pedido do Ministério Público Federal. (VALOR ECONÔMICO, 2015).

#### **4.1.4 Caso Cachoeira**

Em fevereiro de 2012, a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, revelou as íntimas relações do bicheiro Carlos Augusto Ramos Cachoeira com influentes políticos do Centro-Oeste, tanto da oposição como da base aliada. Uma série de gravações apontou que um dos mais combativos políticos do Congresso usava sua influência e credibilidade para defender os negócios de Cachoeira em troca de ricos presentes.

A Operação Monte Carlo foi uma investigação desenvolvida para neutralizar condutas praticadas por um grupo de pessoas que, de forma estável e profissionalizada, com estrutura hierárquica definida, agregaram-se em quadrilha para cometimento de delitos, em especial contra a administração pública. (MPGO, 2016).

As informações do Ministério Público de Goiás (2016) é de que organização criminosa tinha por objetivo fomentar, manter e estimular a atividade de exploração e cartelização de jogos de azar, principalmente máquinas caça-níqueis e bingos. O grupo também recrutou setores do braço armado do Estado em suas diversas esferas como instrumento de cobertura, segurança e proteção ostensiva ou velada dos estabelecimentos de jogos, mediante pagamento.

As investigações da Operação Monte Carlo apontaram a ligação de políticos e empresários com o contraventor. Para apurar essa relação de Cachoeira com parlamentares, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), conhecida como CPI do Cachoeira. A CPI do Cachoeira custou R\$ 167 mil aos cofres do Congresso, mas acabou em um relatório de 2 páginas, sem sugerir o indiciamento de nenhum dos envolvidos (PORTAL G1, 2015).

Nesse meio, se complicaram parlamentares de pelo menos seis siglas (PT, PSDB, PP, PTB, PPS e PCdoB), três governadores (o petista Agnelo Queiroz, do Distrito Federal, o tucano Marconi Perillo, de Goiás, e o peemedebista Sérgio Cabral, do Rio) e a Delta, de Fernando Cavendish, empreiteira com maior número de obras no PAC. As revelações levaram à abertura de diversos inquéritos no STF, STJ e na Justiça Federal de Goiás. (VEJA, 2015).

Oficialmente, a CPI investigou apenas sete empresas fantasmas ligadas à Delta, que teriam movimentado 148 milhões reais em quatro anos – a maior parte desse valor em CNPJs de Goiás. Quanto às

empresas que não tiveram o sigilo quebrado, estima-se que receberam da Delta 265 milhões de reais, segundo o próprio relator da CPI (VEJA, 2015).

Em março de 2013, a Justiça Federal de Goiás determinou a perda de mais de 100 milhões de reais em bens do bicheiro Carlos Cachoeira e de integrantes de sua quadrilha investigados na Operação Monte Carlo. A lista de bens inclui terrenos, apartamentos, carros e até um avião, a maioria em nome de terceiros. Eles foram repassados à União para cobrir prejuízos causados pela quadrilha e compensar os custos da operação policial. (PORTAL G1, 2015). O Ministério Público Federal de Goiás, responsável pela avaliação dos bens, sustenta que eles foram adquiridos por meio de práticas criminosas.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região condenou 46 dos 50 réus da segunda fase do julgamento da Operação Monte Carlo. Entre eles está Cláudio Dias de Abreu, ex-diretor da Construtora Delta, que teve a pena por formação de quadrilha convertida em prestação de serviços e pagamento de valor equivalente a 160 salários mínimos. Ainda cabe recurso de todas as decisões. Outro condenado por formação de quadrilha foi o corretor de imóveis Francisco Marcelo de Sousa Queiroga, que terá de cumprir sentença igual a de Cláudio Abreu. (PORTAL G1, 2015).

Segundo o portal da Globo (2015), esta foi a segunda etapa do julgamento dos réus da Operação Monte Carlo. Em dezembro de 2012, oito réus apontados como centrais no esquema, incluindo Cachoeira, foram condenados. Todos os envolvidos recorreram da sentença e aguardam em liberdade. A terceira e última fase irá interrogar mais vinte e uma pessoas, entre elas policiais federais acusados de favorecer a máfia de jogos ilegais.

O bicheiro foi condenado a 39 anos e 8 meses de prisão pelos crimes de peculato, corrupção, violação de sigilo e formação de quadrilha. Ele recorreu da sentença e aguarda pela decisão em liberdade. Entre os políticos investigados, o principal deles foi o então senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO), que acabou cassado por quebra de decoro parlamentar, em julho de 2012. (PORTAL G1, 2015).

#### **4.1.5 Máfia do ISS**

Em 30 de outubro de 2013, uma operação coordenada pelo Ministério Público Estadual (MPE) de São Paulo e pela Controladoria-Geral do Município (CGM) prendeu quatro servidores municipais e



desarticulou um esquema de desvio de verbas do imposto sobre serviços (ISS) na capital paulista.

O esquema funcionava da seguinte maneira: auditores fiscais recebiam milhões de empreiteiras para abater dívidas do imposto. Os corruptos concediam às empreiteiras até 50% de desconto no total do tributo devido para quitar as dívidas e conceder as incorporadoras o habite-se, uma licença obrigatória para a venda de empreendimentos. Os outros 50% eram divididos da seguinte forma: 30% eram destinados para a máfia, 10% eram entregues a despachantes ligados ao esquema e apenas 10% iam, efetivamente, para os cofres da prefeitura.

O esquema pode ter liberado irregularmente mais de 650 empreendimentos na cidade. Pelo menos quinze empreiteiras são investigadas pela promotoria por pagamentos de propina - entre elas Brookfield, Trisul, BKO, Alimonti e Tarjab. Destas, apenas a Brookfield admitiu ter desembolsado 4 milhões de reais. O bando agia com tamanha desenvoltura que seus integrantes costumavam registrar imóveis e carros luxuosos no próprio nome, em vez de colocá-los em nome de laranjas (VEJA, 2015).

Assim, as suspeitas iniciais se deram quando alguns dos integrantes utilizavam as redes sociais para demonstrar suas posses. Com isso, passaram a ser investigados pela equipe que averigua o enriquecimento suspeito de funcionários da prefeitura. A controladoria comparou o patrimônio de cada um dos servidores com o salário deles, resultando desse ato a descoberta do esquema. (VEJA, 2015).

Dos quatro servidores presos no início da operação, que responderam o processo em liberdade, houve um acordo de delação premiada com um dos integrantes do esquema mencionado na primeira etapa da investigação. Entretanto, ele perdeu esse direito ao ser flagrado cobrando propina de ex- colegas de trabalho para não envolvê-los. (VEJA, 2015).

A segunda fase da investigação apurou o envolvimento de mais alguns servidores com indícios de irregularidades, totalizando vinte duas pessoas. Ainda, foram alvos da investigação o atual Presidente da Câmara Municipal, Antônio Donato (PT), o ex-secretário de Finanças das gestões Gilberto Kassab (PSD) e José Serra (PSDB), Mauro Ricardo, hoje secretário da Fazenda do Paraná; e o ex-secretário-adjunto de Finanças do governo Kassab e procurador municipal, Silvio Dias. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Apesar das irregularidades constatadas, a Controladoria Geral do Município (CGM), órgão da Prefeitura de São Paulo, arquivou por falta de provas sindicâncias contra quatro servidores e ex-funcionários do

primeiro escalão, suspeitos de ligação com a fraude do ISS. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Conforme o relatório final da CGM, da qual o Jornal Folha de São Paulo (2016) teve acesso, treze auditores fiscais já foram demitidos e outros cinco respondem a processos disciplinares. Porém, no caso de ex-funcionários do núcleo político e superiores hierárquicos de alguns dos fiscais, as investigações não tiveram o mesmo resultado, tendo sido arquivado.

#### **4.1.6 Cartel do Metrô**

Em 2013, mais um escândalo envolvendo o superfaturamento de contratos das linhas de trem e metrô em São Paulo veio à tona. A denúncia partiu da multinacional alemã Siemens que procurou o Conselho Administrativo de defesa Econômica (CADE), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, cujo papel é de fiscalizar e apurar denúncias de abuso de poder econômico, para delatar a existência de um cartel, da qual fazia parte, para as licitações de equipamentos das linhas de trem e metrô em São Paulo e no Distrito Federal.

O esquema funcionava da seguinte maneira: as empresas formavam consórcios e combinavam quem venceria cada licitação, quais valores apresentariam pelo serviço e os vencedores subcontratariam as derrotadas.

Segundo documentos em poder do Ministério Público de São Paulo, as irregularidades ocorreram entre 2008 e 2011 e o esquema criminoso teria o apoio de políticos e funcionários públicos beneficiados pelo recebimento de propina.

Tratava-se de um esquema de superfaturamento relacionado a um controverso projeto de modernização de noventa e oito trens do metrô de São Paulo. A justificativa pela opção da reforma dos trens se pautava no fato de que seria 60% mais barato do que a aquisição de novos. Contrariamente, o custo se mostrou mais elevado, quase o dobro do que inicialmente foi orçado. (ISTOÉ, 2016).

A denúncia do ministério público foi contra seis executivos de empresas do setor de transporte, entre elas a multinacional francesa Alstom, acusados de formar o cartel para repartir os contratos do metrô. Tornaram-se réus no processo César Ponce de Leon (Alstom), Adagir Abreu (MPE), Wilson Daré, Maurício Memória e David Lopes. (CARTA CAPITAL, 2015).

Eles são acusados de fixação de preços, direcionamento das licitações, divisão de mercado, supressão de propostas (concorrentes que

apresentavam propostas não competitivas) e rodízio (alternavam entre eles quem seriam os vencedores dos certames). Além desses executivos, o Ministério Público de São Paulo afirma que outros empresários da Bombardier Transportation Brasil Ltda, T'Trans - Sistemas de Transportes S.A., Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda, IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Siemens Ltda também participaram do conluio. (VEJA, 2015). Há suspeitas também, que integrantes do partido PSDB tenham sido beneficiados por suborno.

Confirmadas as irregularidades, o metrô de São Paulo, foi obrigado a suspender os dez contratos de modernização e após a conclusão do inquérito da Polícia Federal trinta e três pessoas foram indiciadas por corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, cartel e crime em licitação. Contudo, embora o inquérito tenha sido concluído e entregue ao Ministério Público Federal de São Paulo, após um período superior a um ano o MPF ainda não tinha oferecido denúncia à Justiça nem arquivado o caso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Conforme apontamentos do Jornal Folha de São Paulo (2015), o Procurador da República afirmou, na época, não ter protocolado a acusação formal porque aguardava o envio de documentos bancários por autoridades estrangeiras para a comprovação do crime de lavagem de dinheiro.

No entanto, Tribunal de Justiça de São Paulo acatou um recurso do Ministério Público e determinou que um juiz aceite uma denúncia que havia rejeitado, na qual um executivo da Siemens é acusado de integrar cartel para fraudar licitações de trens em São Paulo, governado à época dos fatos por José Serra (PSDB). Os trâmites acerca do processo ainda estão em andamento, por isso, até a conclusão desta dissertação, não foi possível obter maiores detalhes do caso.

#### **4.1.7 Operação Lava Jato/Petrolão**

Com início em um posto de gasolina, de onde surgiu o nome Operação Lava Jato, foi deflagrada em março de 2014. As investigações apuram um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a maior estatal do país, a Petrobrás, grandes empreiteiras nacionais e políticos (FOLHA DE SP, 2016).

A Operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume dos recursos desviados dos cofres da Petrobrás, alcancem cifras bilionárias (MPF, 2016).

Nos primórdios da investigação, quatro organizações criminosas lideradas por doleiros operadores do mercado paralelo de câmbio, foram investigadas e processadas, perante a Justiça Federal em Curitiba.

Não obstante, conforme dados do Ministério Público Federal – MPF (2016), o esquema já durava há dez anos e consistia em propinas pagas a altos executivos da Petrobrás e outros agentes públicos pelas empreiteiras organizadas em cartel. O valor da propina variava entre 1% a 5% do montante total de contratos bilionários superfaturados, sendo o suborno distribuído por meio de operadores financeiros do esquema.

Segundo o Ministério Público Federal (2016), diretores e funcionários da Petrobrás cobravam propina de empreiteiras e outros fornecedores para facilitar seus negócios com a estatal. Os contratos dessas empresas com a Petrobrás, por sua vez, eram superfaturados para permitir o desvio de dinheiro dos cofres da estatal para os beneficiários do esquema.

Assim, parte da quantia recebida pelos fornecedores foi desviada para lobistas, doleiros e outros operadores encarregados de repassá-lo a políticos e funcionários públicos. Ainda, segundo apurações do Ministério Público, o esquema beneficiava os partidos políticos responsáveis pela indicação dos diretores da estatal que colaboravam com o esquema.

Em meio às investigações, pressões da operação e as dificuldades em estimar os prejuízos da corrupção à Petrobrás, a presidente da empresa e outros cinco diretores foram demitidos e havia cinquenta políticos de seis partidos sendo investigados, entre eles constam autoridades como o presidente do Senado, da Câmara, senadores e, recentemente, o ex-presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva. (MPF, 2016).

Em meio às investigações, a Controladoria Geral da União também abriu processos administrativos de responsabilização contra empresas na Operação Lava Jato, sendo algumas delas: a Alumni Engenharia, GDK, Promon Engenharia, Andrade Gutierrez, Fidens Engenharia, Sanko Sider, Odebrecht, Odebrecht Óleo e Gás, Odebrecht Ambiental e SOG Óleo e Gás, Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Iesa, Mendes Junior, OAS, Queiroz Galvão e UTC-Constran. (CGU, 2016).

Verifica-se com isso, que grandes empresas do cenário nacional são suspeitas de terem participado dos atos corruptos. Não é possível, ainda, tirar informações conclusivas acerca do esquema, uma vez que as investigações estão em pleno andamento.

Entretanto, os acordos de delação premiada, previstos na legislação brasileira, têm dado grande impulso às investigações. Os delatores se comprometem a contar tudo o que sabem acerca dos crimes das quais participaram e a fornecer provas, além da devolução de recursos obtidos de forma ilegal. Com isso, recebem a garantia de penas reduzidas ao final dos processos na justiça.

Portanto, é desnecessário mencionar o tamanho da complexidade do esquema e os seus envolvidos que desviaram bilhões de reais Fatores dos cofres da Petrobrás. O tamanho do esquema abalou a população de forma expressiva e incentivou, em grande parte os movimentos e protestos ocorridos em 2014, 2015 e os que ainda estão em pleno andamento em 2016. Ainda, é válido mencionar que o caso está em andamento e não foi possível, até a conclusão deste trabalho, obter detalhes mais conclusivos a respeito.

#### **4.1.8 Operação Zelotes**

Deflagrada em março de 2015, a Operação Zelotes investiga um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos pelo país. A suspeita é que quadrilhas atuavam junto ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, revertendo e/ou anulando multas. (FOLHA DE S.PAULO, 2015).

De acordo com o jornal Folha de São Paulo (2015), a operação também foca lobbies envolvendo grandes empresas do país. Dentre elas, empresas pertencentes a pessoas ligadas à autoridades e ex-políticos, como é o caso da LFT Marketing Esportivo, que pertence ao filho do ex-presidente Lula.

Ainda no rol de autoridades investigadas, encontra-se o Ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Augusto Nardes, relator da reprovação das contas da atual presidente do país. A investigação aponta que ele teria recebido pagamentos da SGR consultoria, por meio de uma empresa da qual foi sócio e que atualmente está no nome do sobrinho. O pagamento recebido teria sido utilizado para corromper conselheiros do Carf para favorecer clientes que recorreram ao órgão para discutir multas.

As investigações começaram em 2013 e alcançam processos que vêm desde 2005. Sob suspeita estão 74 processos que somam R\$ 19 bilhões em valores devido ao fisco. O prejuízo confirmado pela polícia corresponde a R\$ 6 bilhões aos cofres públicos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Nomes de grandes empresas do cenário nacional estão envolvidos no processo de investigação. Alguns deles são: Petrobrás, Embraer, TIM, Partido progressista, Gerdau, RBS, as companhias Cimento Penha, J. G. Rodrigues, Café irmãos Julio, Mundial- Eberle, empresas do setor automotivo Ford, Mitsubishi, instituições financeiras Santander, Safra, Bradesco e Boston Negócios. (FOLHA DE S.PAULO, 2015).

Cada uma das entidades e companhias investigadas são acusadas de ter diferentes níveis de envolvimento com o esquema de corrupção e fraude. Embora a polícia tenha encontrado “elementos consideráveis de irregularidades”, todos negam o seu envolvimento ou afirmam desconhecer o teor das investigações. (VEJA, 2015).

Conforme avançam as investigações, a Operação Zelotes aponta que as quadrilhas, formadas por conselheiros, ex-conselheiros e servidores públicos, usavam o acesso privilegiado a informações para identificar “clientes”, contatados por meio de “captadores”, que poderiam ser as empresas de lobby, consultorias e escritórios de advocacia.

Informações da Polícia Federal revelam que as empresas pagavam propina de até 10% para que os grupos manipulassem vereditos do Carf em processos de casos que envolvem dívidas tributárias de R\$ 1 bilhão a R\$ 3 bilhões, anulando ou atenuando cobranças da Receita.

Diante do escândalo ocorrido no órgão, lançou-se um debate acerca das mudanças necessárias para o aperfeiçoamento do Carf. Dentre elas está a redução do número de conselheiros, que atualmente é de 216, reformulação da estrutura deixando de ser paritária, passando a ter mais servidores públicos do que representantes da sociedade civil como advogados e contadores que representam 50% da composição do órgão. (VEJA, 2015).

Conforme o Ministério Público, um fato chamativo é que, apesar da função não ser remunerada, havia uma série de advogados pleiteando uma cadeira no conselho. Suspeita-se que mesmo após deixarem o colegiado, os ex-conselheiros mantinham pessoas de sua confiança no órgão, para que dessem continuidade ao esquema de corrupção. Os investigados poderão responder por crimes de advocacia administrativa, fazendária, tráfico de influência, corrupção passiva, corrupção ativa, associação criminosa, organização criminosa e lavagem de dinheiro (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Após a breve exposição do que se tratava cada caso abordado, passa-se ao esclarecimento dos procedimentos e variáveis adotadas para efetuar o teste de correlação.

## 4.2 O Qualis – Periódicos 2014

Conforme esclarecido anteriormente, o Qualis-Periódicos é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Segundo a CAPES (2015) tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados, tendo como resultado, a disponibilização de uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

Segundo a CAPES (2015) a classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação seguindo critérios previamente definidos pela área e aprovados pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), que procuram refletir a importância relativa dos diferentes periódicos para uma determinada área.

Os critérios gerais e os específicos utilizados na área de avaliação “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”, da CAPES, variam de acordo com o nível Mestrado Acadêmico, Profissional e Doutorado. (CAPES,2013).

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (CAPES, 2015)

Frisa-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com esta classificação que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta.

É importante ressaltar que apenas os periódicos que tenham recebido produção no ano ou período de classificação serão listados e classificados, portanto, não se trata de uma lista exaustiva de periódicos, mas sim uma lista de periódicos efetivamente utilizados pelos programas de pós-graduação no período em análise.

Portanto, a função do QUALIS, segundo a CAPES (2015) é exclusivamente para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES. Ainda, existe um aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos, sendo este o WebQualis.

Acrescenta-se que, no Brasil, segundo levantamento feito por meio da consulta da classificação das revistas, na Plataforma Sucupira (2015), do Qualis 2014, na área específica de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, não existem periódicos com classificação em A1.

Destaca-se também que, baseado no critério de acessibilidade das revistas com classificação “C”, não foi possível efetuar as pesquisas nesta, uma vez que o conteúdo de grande parte das revistas requeria cadastro e assinatura para acessar o conteúdo online. Nas demais, não foi encontrado conteúdo de significativa relevância para a presente dissertação. Com isso, a pesquisa deu-se, efetivamente, nos periódicos classificados em “A2”, “B1”, “B2”, “B3”, “B4” e “B5”.

Por fim, esclarece-se que no conteúdo pesquisado, segundo as palavras-chave, somente foram selecionados a partir da leitura dos respectivos resumos aqueles que apresentaram aderência com os objetivos dessa dissertação.

Esclarecidas essas questões, passa-se a seguir, a detalhar o teste de correlação, as variáveis e os dados categorizados utilizados para possibilitar um resultado confiável.

### **4.3 O Teste de correlação**

Para efetuar o teste de correlação de Pearson, foram coletados dados utilizando as palavras-chave mencionadas anteriormente nas revistas de Administração e Contabilidade classificadas em “A2” a “B5”.

Nas revistas “A2” foram encontradas 78 publicações no período de 2010 a 2015. No mesmo período, nas revistas “B1” foram encontrados 93 artigos científicos. No que se refere aos demais “B2”, “B3”, “B4”, “B5” foram encontrados 61, 119, 94 e 16 artigos, respectivamente, conforme detalhado a seguir:



**Tabela 1: Distribuição de frequência das publicações A2 a B5:**

| Palavras-Chave         | Revistas  |            |           |            |           |            |            |            |           |            |           |            | A2 - B5    | %          |
|------------------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|------------|
|                        | A2        | %          | B1        | %          | B2        | %          | B3         | %          | B4        | %          | B5        | %          |            |            |
| Corrupção              | 12        | 16         | 8         | 9          | 4         | 7          | 14         | 12         | 7         | 10         | 1         | 6          | 46         | 10         |
| Fraudes                | 8         | 10         | 14        | 15         | 2         | 3          | 3          | 2          | 2         | 2          | 1         | 6          | 30         | 7          |
| Governança Corporativa | 58        | 74         | 71        | 76         | 55        | 90         | 102        | 86         | 85        | 88         | 14        | 88         | 385        | 84         |
| <b>Total</b>           | <b>78</b> | <b>100</b> | <b>93</b> | <b>100</b> | <b>61</b> | <b>100</b> | <b>119</b> | <b>100</b> | <b>94</b> | <b>100</b> | <b>16</b> | <b>100</b> | <b>461</b> | <b>100</b> |

Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela de distribuição de frequência acima, é possível verificar que grande parte das publicações, nas revistas pesquisadas, se concentra em torno da temática da governança corporativa, representando um total geral de 84% da produção científica, nos moldes desta pesquisa. A corrupção e a fraude ocupam a percentagem de 10% e 07%, respectivamente. Verificou-se ainda, que as revistas “B3” foram as que mais produziram artigos dentro da temática estudada, seguida das revistas “B4”.

Ao serem organizadas por ano, as publicações se apresentam da seguinte maneira:

**Tabela 2 - Publicação anual das revistas A2 a B5 sobre o tema pesquisado:**

| Revistas     | Ano       |           |           |           |           |            | Total      |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|
|              | 2010      | 2011      | 2012      | 2013      | 2014      | 2015       |            |
| A2           | 7         | 6         | 17        | 23        | 12        | 13         | <b>78</b>  |
| B1           | 11        | 12        | 15        | 14        | 22        | 19         | <b>93</b>  |
| B2           | 7         | 6         | 10        | 11        | 16        | 11         | <b>61</b>  |
| B3           | 10        | 8         | 19        | 19        | 29        | 34         | <b>119</b> |
| B4           | 6         | 8         | 16        | 23        | 12        | 29         | <b>94</b>  |
| B5           | 2         | 0         | 4         | 3         | 6         | 1          | <b>16</b>  |
| <b>Total</b> | <b>43</b> | <b>40</b> | <b>81</b> | <b>93</b> | <b>97</b> | <b>107</b> | <b>461</b> |

Fonte: Desenvolvido pela autora

O número de publicações entre 2010 e 2011 se mostraram tímidas. Contudo, a partir do ano de 2012, houve um aumento significativo. Os artigos praticamente, duplicaram, passando de 43 e 40 nos anos anteriores a 81 em 2012. A partir de então, não houve decréscimos no número de artigos publicados, apresentando com isso um crescimento médio de>>>>>

Com base nessa amostra de 461 publicações, as seguintes variáveis foram adotadas para possibilitar o teste de correlação de Pearson: Número de casos de corrupção/fraude por ano e a produção científica das revistas “A2” a “B5”, conforme demonstrado na tabela 3:

**Tabela 3 – Variáveis do teste de correlação**

| <b>Ano</b> | <b>Nº<br/>Casos/Corrupção</b> | <b>Produção A2<br/>a B5</b> |
|------------|-------------------------------|-----------------------------|
| 2010       | 0                             | 43                          |
| 2011       | 1                             | 40                          |
| 2012       | 3                             | 81                          |
| 2013       | 2                             | 93                          |
| 2014       | 1                             | 97                          |
| 2015       | 1                             | 107                         |
| Soma       | 8                             | 461                         |

Fonte: Desenvolvido pela autora

Conforme visto anteriormente, no ano de 2010, não houve nenhum caso novo de corrupção exclusivo daquele ano, ainda que houvesse discussões intensas acerca da temática, elas se referiam à acontecimentos ocorridos em outros momentos.

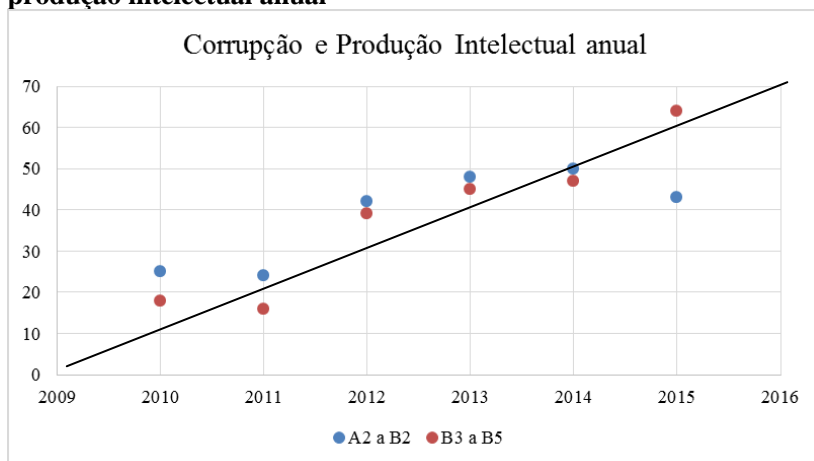
A partir do ano de 2011, houve casos de grande repercussão nacional, tais como o esquema que ficou conhecido como a máfia dos transportes (2011), as fraudes nas licitações da Saúde Pública no Rio de Janeiro (2012), Caso Erenice Guerra (2012), caso Cachoeira (2012), a máfia do ISS (2013), o cartel do metrô (2013), o petróleo/operação lava jato (2014) e a operação Zelotes deflagrada em 2015.

Com exceção da Operação Zelotes, todos os demais casos se referiam a conduta que visava o desvio de dinheiro público. Os meios utilizados se diversificaram, desde o pagamento e cobranças de propina,

tráfego de influência, superfaturamento em contratos, utilização de “empresas fantasmas” e fraude em licitações.

Uma vez tendo os dados levantados e as variáveis esclarecidas é possível dar continuidade ao teste. Entretanto, antes de prosseguir com o cálculo da correlação ( $r$ ), faz-se necessário a construção de um diagrama de dispersão, para verificar se o posicionamento das variáveis atende aos critérios estabelecidos para o teste, uma vez que as diferenças na intensidade da correlação podem ser percebidas com o auxílio de um gráfico de dispersão (LEVIN; FOX, 2004), o qual é apresentado a seguir:

**Figura 3: Diagrama de dispersão sobre a corrupção e produção intelectual anual**



Fonte: Desenvolvido pela autora

A variável X (ano de ocorrência da corrupção) foi disposta ao longo da reta horizontal da base. A Variável Y (Publicação intelectual) foi medida segundo a reta vertical. Levin e Fox (2004) afirmam que a intensidade da correlação X e Y aumenta a medida que os pontos de um diagrama de dispersão tendem para uma reta diagonal imaginária passando pelo centro do gráfico.

O diagrama de dispersão acima apresenta pontos que estão em torno de uma linha imaginária ascendente. A interpretação do diagrama, sugere que existe uma correlação positiva entre a veiculação de novos casos de corrupção ao longo dos anos com o aumento da produção científica.

Contudo, Barbetta (2014) ressalta a importância de esclarecer que o conceito de correlação não implica, necessariamente, em uma relação de causa e efeito, ou numa estrutura com interesses práticos.

Para a verificação correta das variáveis, será utilizado o coeficiente de correlação (linear) de Pearson, apropriado para descrever a correlação linear dos dados de duas variáveis quantitativas.

O valor  $r$  representa o valor da correlação. Conforme Barbetta (2014), para qualquer conjunto de dados, o valor do coeficiente de correlação de Pearson,  $r$ , estará no intervalo de -1 a 1. Quanto mais próximo a esses valores, mais forte será a correlação nos dados observados.

No intuito de evitar os inconvenientes incorporados nos erros de arredondamentos quanto aos valores da média e do desvio padrão, que costumam não ser inteiros, (BARBETTA, 2014), o cálculo de  $r$  se dará pela seguinte fórmula:

$$r = \frac{n \cdot \sum(X \cdot Y) - (\sum X) \cdot (\sum Y)}{\sqrt{n \cdot \sum X^2 - (\sum X)^2} \sqrt{n \cdot \sum Y^2 - (\sum Y)^2}}$$

Assim, os dados foram organizados conforme demonstra a tabela abaixo para de possibilitar o cálculo de  $r$ :

**Tabela 4 – Organização dos dados para o cálculo de  $r$ :**

| Ano   | Nº de Casos de Corrupção | Produção A2 - B5 | X*Y | X^2 | Y^2   |
|-------|--------------------------|------------------|-----|-----|-------|
| 2010  | 0                        | 43               | 0   | 0   | 1849  |
| 2011  | 1                        | 40               | 40  | 1   | 1600  |
| 2012  | 3                        | 81               | 243 | 9   | 6561  |
| 2013  | 2                        | 93               | 186 | 4   | 8649  |
| 2014  | 1                        | 97               | 97  | 1   | 9409  |
| 2015  | 1                        | 107              | 107 | 1   | 11449 |
| TOTAL | 8                        | 461              | 673 | 16  | 39517 |

Fonte: Desenvolvido pela autora

Ao realizar os devidos cálculos utilizando o Microsoft Excel, temos os seguintes valores:

**Tabela 5 – Valor de r:**

|                      |           |           |           |
|----------------------|-----------|-----------|-----------|
|                      | 4038      | 3688      | 350       |
| r =                  | 5,6568542 | 156,78329 | 886,90022 |
| <b>r = 0,3946329</b> |           |           |           |

Fonte: Desenvolvido pela autora

O valor de encontrado foi  $r = 0,3946329$ . Neste trabalho esse valor será arredondado pra  $r = 0,395$ . Ao nível de significância usual de 5%, o valor mínimo de r para a correlação ser significativa é de 0,729, conforme a tabela abaixo, considerando que o teste é unilateral, possui distribuição normal e a correlação é linear.

**Figura 4 – Valor absoluto mínimo para o coeficiente de correlação r de Pearson ser significativo**

|    | Nível de significância, $\alpha$ , num teste unilateral |       |       |       |       |       |
|----|---|-------|-------|-------|-------|-------|
|    | 0,100   | 0,050 | 0,025 | 0,010 | 0,005 | 0,001 |
| n  | Nível de significância, $\alpha$ , num teste bilateral  |       |       |       |       |       |
|    | 0,200   | 0,100 | 0,050 | 0,020 | 0,010 | 0,002 |
| 5  | 0,687   | 0,805 | 0,878 | 0,934 | 0,959 | 0,986 |
| 6  | 0,608   | 0,729 | 0,811 | 0,882 | 0,917 | 0,963 |
| 7  | 0,551   | 0,669 | 0,754 | 0,833 | 0,875 | 0,935 |
| 8  | 0,507   | 0,621 | 0,707 | 0,789 | 0,834 | 0,905 |
| 9  | 0,472   | 0,582 | 0,666 | 0,750 | 0,798 | 0,875 |
| 10 | 0,443   | 0,549 | 0,632 | 0,715 | 0,765 | 0,847 |
| 11 | 0,419   | 0,521 | 0,602 | 0,685 | 0,735 | 0,820 |

Fonte: Barbetta, 2014.

Como o valor encontrado ( $r = 0,395$ ) é menor que o valor tabelado (0,729), o teste aceita a hipótese nula,  $H_0$ : A produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa não acompanha a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional, ou seja, não oscila, aumentando ou diminuindo de acordo com as incidências de novos casos de corrupção no país.

Isso significa que, apesar de haver uma correlação positiva, descrita pelos dados da amostra, ela não é suficiente para afirmar que existe uma correlação positiva entre as duas variáveis pesquisadas.

Barbetta (2014) afirma que o valor do coeficiente de correlação de Pearson,  $r$ , estará no intervalo de -1 a 1. Quanto mais próximo a 1, mais forte será a correlação. Bem como, se for próximo a -1 os dados estarão negativamente correlacionados.

Depreende-se, então que, do valor  $r$  encontrado ( $r = 0,395$ ), há uma correlação positiva entre as variáveis analisadas. Contudo ela é bem fraca. Com base nisso, pode-se dizer que a produção científica sobre o tema aqui pesquisado não caminha, necessariamente, na mesma direção que a quantidade anual de casos de corrupção ocorridos nos últimos anos.

Talvez, não haja de fato alguma interferência direta entre as duas variáveis. Entretanto, não se pode afirmar com elevado grau de certeza, uma vez que existem limitações a serem consideradas. Limitações essas que serão discutidas posteriormente.

Assim, no intuito de garantir maior abrangência e robustez, será efetuado outro teste de correlação com a produção que trata, exclusivamente, da governança corporativa, uma vez que os artigos sobre esse tema demonstraram um grande percentual da produção científica, atingindo 84% do total, conforme os dados na tabela 6:

**Tabela 6 – Dados para o teste de correlação sobre a governança corporativa:**

| Ano          | Nº de Casos de Corrupção | Gov. Corporativa | $X*Y$      | $X^2$     | $Y^2$        |
|--------------|--------------------------|------------------|------------|-----------|--------------|
| 2010         | 0                        | 36               | 0          | 0         | 1296         |
| 2011         | 1                        | 36               | 36         | 1         | 1296         |
| 2012         | 3                        | 66               | 198        | 9         | 4356         |
| 2013         | 2                        | 77               | 154        | 4         | 5929         |
| 2014         | 1                        | 84               | 84         | 1         | 7056         |
| 2015         | 1                        | 86               | 86         | 1         | 7396         |
| <b>TOTAL</b> | <b>8</b>                 | <b>385</b>       | <b>558</b> | <b>16</b> | <b>27329</b> |

Fonte: Desenvolvido pela autora

Posto isso, na tabela seguinte, temos o valor  $r$  encontrado.

**Tabela 7 – Valor  $r$  para a governança corporativa:**

|                                 |         |         |         |
|---------------------------------|---------|---------|---------|
|                                 | 3348    | 3080    | 268     |
| $r =$                           | 5,65685 | 125,495 | 709,907 |
| <b><math>r = 0,37751</math></b> |         |         |         |

Fonte: Desenvolvido pela autora

Por conveniência, o valor  $r = 0,37751$ , encontrado será inteirado para  $r = 0378$ . Entretanto, conforme a tabela dos valores mínimos, o teste do coeficiente de correlação de  $r$  só será significativo se alcançar ou ultrapassar o valor  $r = 0,729$ . Portanto, o teste com a produção científica sobre a Governança Corporativa continua não sendo suficiente para afirmar que existe uma correlação positiva forte entre as duas variáveis pesquisadas, uma vez que existe uma grande diferença entre os valor mínimo aceitável e o valor encontrado.

Quanto à limitação do estudo, destaca-se o fato da academia apresentar um período relativamente longo entre a data da submissão até a publicação de artigos. Portanto, não necessariamente, os dados levantados possuem elevadíssimo grau de confiabilidade devido a esta peculiaridade, que foi englobada no período longitudinal desta dissertação.

O período longitudinal, por sua vez, foi utilizado com a finalidade de amenizar essa situação, uma vez que os casos de corrupção foram veiculados pela mídia num lapso temporal relativamente longo, com mais ou menos intensidade. No caso da lava jato, por exemplo, teve início em 2014, mas continuou sendo veiculado pela mídia até a presente data.

Por fim, mas não menos importante, será apresentado um estudo comparativo dos casos de corrupção utilizados neste trabalho com os tipos de corrupção listados no Manual do UNODC.

#### **4.4 Análise dos casos de corrupção no Brasil segundo o Manual UNODC 2004**

Conforme visto anteriormente, o Manual UNODC (2004), especifica os principais atos caracterizados como corruptos em: suborno, desfalque/roubo/fraude, extorsão, abuso da função, favorecimento/nepotismo, exploração do conflito de interesse e contribuições políticas impróprias.

Com base nesses tipos de corrupção e suas definições, será feita uma análise dos casos de corrupção/fraude trazidos nesta pesquisa com a finalidade de verificar como se enquadram segundo a tipologia do Manual UNODC (2004).

A máfia dos transportes (2011) teve como principais características a utilização de empresas de fachada que usavam documentos falsos em contratos milionários que se referiam ao fornecimento de mão de obra em áreas estratégicas. Houve também, cobrança de propinas, nas quais uma percentagem era destinada ao caixa do Partido PR, aos diretores envolvidos e a parlamentares dos estados onde as obras seriam feitas.

Baseado nessas características e à luz do Manual UNODC (2004), o esquema se enquadra nos seguintes tipos de corrupção:

a) suborno, já que houve a concessão de benefícios aos parlamentares e ao partido para influenciar uma ação ou decisão, caracterizando-se pela oferta, solicitação e recebimento das propinas;

b) desfalque, roubo ou fraude, por ter envolvido a apropriação de valores pelos indivíduos que não os possuíam de fato, mas que devido a sua função ou posição tiveram acesso a estes, apropriando-se deles;

c) abuso da função, uma vez que os diretores dos órgãos se utilizaram de sua posição para favorecimento na operacionalização do esquema;

d) Exploração do conflito de interesses, concernente ao conflito entre interesses pessoais e as responsabilidades profissionais dentro da esfera pública ou privada e por fim,

e) contribuições políticas impróprias, devido às percentagens “doadas” aos parlamentares e ao caixa do partido.

Já a fraude na licitação da Saúde Pública no Rio de Janeiro, em resumo, apresentou fraude em contratos e licitações, pagamentos de propina, pagamentos por serviços que não foram prestados ou sem cobertura eventual.



Assim, conforme o Manual UNODC (2004), o esquema, semelhante à máfia dos transportes, se enquadra em:

a) Suborno, por ter envolvido o pagamento de propina com o objetivo de ganhar as licitações, conseqüentemente, apresentou uma competição desleal por benefícios ou recursos;

b) Desfalque, roubo ou fraude, uma vez que se tratava de um esquema de fraude em contratos e licitação.

c) Abuso da função, já que houve interesses pessoais envolvidos nos processos de aquisição de serviços, resultando na contratação injusta e desleal da empresa executora, beneficiando com isso, as partes envolvidas e,

d) Exploração do conflito de interesses, uma vez que o esquema apresentou conflito entre os interesses pessoais e as responsabilidades profissionais na esfera pública em conjunto com a privada.

Em resumo, o caso Erenice Guerra, suspeita de corrupção e Ministra da Casa Civil, na época, teve como principais características o tráfico de influência e a cobrança de comissões para intermediação de projetos privados junto a órgãos do governo, realizada por seu filho. Houve ainda, a comprovação das irregularidades em contratos públicos pela Controladoria Geral da União, além de movimentações financeiras incompatíveis com a declaração de rendimentos declarados à Receita Federal.

Pelas características, o caso pode ser enquadrado nos seguintes tipos de corrupção, conforme o manual UNODC (2004):

a) Suborno, por ter se tratado de cobrança de comissões para influenciar uma ação ou decisão, além do tráfico de influência exercido pelo filho da Ministra, e sua participação indireta, apesar de não ter sido provado o envolvimento de Erenice no esquema.

b) Abuso de função, devido aos interesses pessoais envolvidos no processo de intermediação dos projetos privados junto a órgãos do governo e,

c) Exploração de conflito de interesses, dada a posição ocupada pela senhora Erenice Guerra, cuja influencia deu margens para que seu filho pudesse tirar proveito nesse contexto.

Passa-se, então, ao caso cachoeira. As principais características foram a utilização da influencia de importantes políticos, por meio do relacionamento íntimo do bicheiro com eles para a prática de atividades

ilícitas de jogos de azar e principalmente a utilização de máquinas caça-níqueis e bingo. Houve também, cometimento de delitos contra a administração pública, o emprego de empresas fantasmas, além da ligação de parlamentares influentes e grandes empresários com o esquema.

Analisando o caso à luz do Manual UNODC (2004), temos a identificação dos seguintes tipos de corrupção:

a) Suborno, já que o esquema contava com o apoio de influentes políticos que usavam sua influência e credibilidade para defender os negócios do contraventor em troca de ricos presentes;

b) Abuso de função, devido ao fato dos políticos se utilizarem do cargo para defender as atividades ilegais de interesse de terceiros;

c) Favorecimento/nepotismo, que apesar de ser vinculado ao abuso da função, refere-se ao beneficiamento de pessoas próximas ao agente público. Nesse caso, havia intimas relações entre as partes envolvidas e por fim,

d) Exploração de conflito de interesses, que se apresentou de maneira evidente no caso, dado aos conflitos de interesse pessoal e profissional na esfera pública e privada.

A máfia do ISS foi a respeito do desvio de verbas do imposto sobre serviços (ISS), na capital paulista. O esquema consistia em pagamentos milionários efetuados por empresas a auditores fiscais com o objetivo de abater dívidas do imposto. Os valores eram distribuídos entre os membros da máfia, despachantes ligados ao esquema e apenas uma pequena parte ia de fato aos cofres da prefeitura. Nesse caso, constatam-se as seguintes tipologias de corrupção do Manual UNODC (2004):

a) suborno, devido à aceitação dos valores pelos auditores fiscais;

b) Desfalque, roubo ou fraude, por ter envolvido a apropriação de valores que os indivíduos não possuíam de fato, mas devido a sua função, tiveram acesso a estes e se apropriaram dele;

c) Abuso de função, uma vez que ao fazer o abatimento dos impostos, os auditores agiram conforme seus próprios interesses e,

d) Exploração de conflito de interesses, já que os auditores agiram em favor dos interesses pessoais em detrimento dos profissionais.

O cartel do Metrô em suma, se tratava de um esquema de superfaturamento de contrato das linhas de trem de São Paulo que

contava com o apoio de políticos e funcionários públicos beneficiados pelo recebimento de propina. Com isso, os envolvidos foram acusados de fixação de preços, direcionamento de licitações, divisão de mercado e supressão de propostas e rodízio.

O esquema se enquadra nos seguintes tipos, segundo o Manual UNODC (2004):

- a) Suborno, devido ao beneficiamento de políticos e funcionários públicos pelo recebimento da propina;
- b) Desfalque, roubo ou fraude, uma vez que os envolvidos se apropriaram de valores que não os pertencia e,
- c) Exploração de conflito de interesses, já que o esquema demonstrou claramente que os envolvidos agiam de acordo com os próprios interesses.

A operação lava jato/Petrolão, que não foi de fato totalmente apurada, devido ao andamento das investigações, trata-se do maior esquema de lavagem e desvio de dinheiro da maior estatal do país, a Petrobrás. Conforme aponta a PRF (2015), o esquema já durava há dez anos e consistia no pagamento de propina a altos executivos da estatal e outros agentes públicos pelas empreiteiras organizadas em cartel, além do envolvimento de pessoas do alto escalão do governo, lobistas e doleiros para o superfaturamento de contratos na referida estatal.

Constata-se assim, os seguintes tipos de corrupção:

- a) suborno, por ter havido a concessão de benefícios para influenciar uma ação ou decisão, a oferta ou solicitação de propina e o recebimento de presentes indevidos pelos beneficiados no esquema;
- b) Desfalque, roubo ou fraude, já que os envolvidos no esquema se apropriaram de valores que não os pertencia de fato, mas sim à Petrobrás;
- c) Abuso de função, uma vez que houve, visivelmente, interesses pessoais envolvidos no superfaturamento dos contratos da estatal;
- d) Exploração de conflito de interesses, pessoais e responsabilidades profissionais dentro da esfera pública ou privada, já que houve o envolvimento de figuras políticas, diretores/executivos da estatal, etc.

Por fim, a Operação Zelotes investiga um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos pelo país. Conforme andamento suspeita-se que quadrilhas atuavam junto ao Carf (Conselho

Administrativo de Recursos Fiscais), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, revertendo e/ou anulando multas. A operação também suspeita de lobbies envolvendo grandes empresas do país pertencentes a pessoas ligadas a autoridades e ex – políticos e o Ministro do Tribunal de Contas da União

Baseado nesse resumo e à luz do Manual UNODC (2004), tem-se a seguinte análise:

a) suborno, dada a atuação da quadrilha em desviar uma cifra bilionária do fisco. Enquadra-se, portanto, nessa tipologia uma vez que foram concedidos benefícios aos envolvidos para que influenciassem uma ação ou decisão.

b) Desfalque, roubo ou fraude, devido a apropriação de valores/bens que não pertenciam aos integrantes da quadrilha, mas que após o esquema e com a ajuda de funcionários do Carf, tiveram acesso a eles.

c) Abuso de função, já que devido ao cargo/função, os envolvidos anulavam ou revertiam as multas, agindo assim de acordo com seus próprios interesses.

d) Exploração de conflito de interesses, devido ao conflito entre os interesses pessoais e os profissionais dos funcionários do Carf que facilitaram a operacionalização do esquema.

Simplificando a análise, a tabela 8 apresenta os casos de corrupção ocorridos no Brasil segundo os tipos de corrupção do Manual UNODC:

**Tabela 8 – A corrupção no Brasil e os tipos de corrupção do Manual UNODC:**

| Tipos de corrupção -<br>Manual UNODC 2004 | CASOS DE CORRUPÇÃO/FRAUDE NO BRASIL 2010-2015 |           |              |                |              |                 |                  |             |
|---|---|-----------|--------------|----------------|--------------|-----------------|------------------|-------------|
|   | Máfia Transp.                                 | Licit. RJ | Caso Erenice | Caso Cachoeira | Máfia do ISS | Cartel do Metrô | Petrol/Lava Jato | Op. Zelotes |
| Suborno                                   | X   | X         | X            | X              | X            | X               | X                | X           |
| Desfalque, roubo ou fraude                | X   | X         |              |                | X            | X               | X                | X           |
| Extorsão                                  |   |           |              |                |              |                 |                  |             |
| Abuso de função                           | X   | X         | X            | X              | X            |                 | X                | X           |
| Favorecimento/nepotismo                   |   |           |              | X              |              |                 |                  |             |
| Exploração de conflito de interesses      | X   | X         | X            | X              | X            | X               | X                | X           |
| Contribuições políticas impróprias        | X   |           |              |                |              |                 |                  |             |

Fonte: Desenvolvido pela autora

Utilizando a definição adotada pela UNODC (2004), a tabela demonstra que em todos os casos, houve a prática do suborno em seu sentido mais amplo. O conflito de interesses também se fez presente em todos os casos analisados, seguidos do abuso da função exercida.

Adicionalmente, as análises feitas, num período de cinco anos (2010 a 2015) também se adequam ao estudo feito pela consultoria PWC (2014), onde o roubo de ativos, as fraudes em compras, o suborno e a corrupção ocupam os primeiros lugares no ranking de crimes mais praticados no país. As fraudes nas compras se equiparam às fraudes em licitações, já que as licitações são praticadas para aquisição de bens ou serviços.

O estudo corrobora com a argumentação de Santos e Martins (2011) sobre a descoberta tardia dos esquemas. Os autores defendem que, tanto no setor privado quanto no público, a corrupção só é descoberta quando atinge uma cifra bilionária. O exemplo mais recente dessa afirmação pode ser visualizado no esquema do Petrolão que desviou uma gigantesca quantia em dinheiro, que atualmente, por estar em fase de apuração, não se sabe o valor correto. Entretanto, conforme apontamentos da Polícia Federal (2015), o rombo pode ter sido maior

que a cifra de R\$ 19 bilhões e vinha ocorrendo há mais de dez anos. (MPF, 2016).

Por fim, a pesquisa demonstrou que, conforme os estudos de William Speck (2000) as pesquisas tem focado, em massa, tópicos que fazem parte da terceira geração de estudos sobre a corrupção, cuja característica principal é a de traçar estratégias condizentes para solucionar ou mitigar o comportamento corrupto e as suas consequências (SANTOS, et al., 2013).

Speck (2000) defende, ainda, a importância de pesquisas na área. Segundo o autor, as pesquisas que têm sido desenvolvidas ajudam na a) politização do tema em sociedades onde os atores importantes ainda não estão sensibilizados pelo problema e seus impactos; b) as análises empíricas podem orientar as políticas de reformas, detectando as áreas e causas mais prementes e, c) as informações obtidas em levantamentos podem ter um papel importante no monitoramento das reformas anticorrupção.

A contribuição das pesquisas, mesmo que o campo de análise seja marcado por problemas conceituais e limitações difíceis de serem superadas, servem para traçar estratégias de combate ao fenômeno, além de gerar debates intelectuais mais densos. Daí a relevância deste estudo.

Finalmente, passa-se as considerações finais acerca desta dissertação.

## 5. CONCLUSÃO

Ao tratar da fraude e da corrupção, a presente dissertação buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: A produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa acompanhou a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional entre os anos de 2010 a 2015?

Com base nessa pergunta, os objetivos foram estabelecidos, sendo o geral o de verificar se a produção científica sobre corrupção, fraude e governança corporativa acompanhou a periodicidade anual dos casos de corrupção no país veiculados pela mídia nacional entre 2010 a 2015.

Para alcançar o objetivo geral, as seguintes etapas foram necessárias: a) Identificar e descrever os principais casos de corrupção e fraudes, em seus mais diversos tipos, que ocorreram no país a partir do ano de 2010 até 2015; b) Fazer um levantamento da produção científica nacional sobre a corrupção, a fraude e a governança corporativa das revistas de Administração e Ciências Contábeis classificadas pelo Qualis – periódicos 2014 em A1 a C, e por fim, c) Analisar o conteúdo das publicações para identificar o foco das pesquisas e discussões acerca do tema.

Todos esses itens foram atendidos com base na fundamentação teórica desenvolvida e nos procedimentos metodológicos estabelecidos, o qual possibilitou a análise e discussão dos dados que serão apresentados brevemente a seguir, para na sequência, expor alguns pontos relevantes que foram detectados ao longo da pesquisa.

Com relação ao primeiro objetivo específico, identificou-se, a partir dos escândalos analisados que os tipos de corrupção e fraude que mais ocorreram foram com relação ao desvio de dinheiro público. O pagamento e cobranças de propina, tráfico de influência, superfaturamento em contratos, utilização de “empresas fantasmas” e fraude em licitações foram algumas das “técnicas” mais empregadas para atingir essa finalidade.

No período de cinco anos, o único caso que teve um mínimo de diferença foi com relação a sonegação fiscal envolvida na máfia do ISS. Onde muitas milionárias eram anuladas ou revertidas por conselheiros do órgão competente em troca de alguma porcentagem monetária.

Constatou-se ainda, que em todos os crimes abordados, houve a formação de um triângulo que, comumente, envolvia figuras políticas, empresas/instituições/entidades e funcionários públicos, seja na operação e manutenção, seja como um agente facilitador do processo,

idealizador ou figura de influência que recebia alguma porcentagem para tal.

Quanto à produção científica, constatou-se que as revistas classificadas em B3 publicam mais sobre essa temática do que as demais, seguido dos periódicos B4. Num universo amostral de 461 publicações, assuntos específicos de fraude e corrupção não têm sido muito tratados. Os artigos versam mais sobre a governança corporativa, no qual está incluso o compliance e o disclosure.

Nesse aspecto, algumas inquietações surgiram. A primeira foi concernente à falta de publicação de estudos que tratam dos casos brasileiros de corrupção e fraude. É conveniente observar que dos artigos encontrados nessa linha, apenas um analisou um caso de fraude no Brasil, o caso da “boi gordo”. Os demais focaram em incidentes americanos como o caso da Enron, da Tyco, etc.

A autora ainda não chegou a ter nenhum parecer conclusivo a respeito do por que da produção intelectual brasileira “ignorar” os casos de corrupção no Brasil, mas acredita que, por ser uma das formas da academia se manifestar e se posicionar, deveria sim, ter publicações sobre os diversos acontecimentos dessa natureza no país e não buscar prioritariamente, analisar e criticar apenas o que ocorre de errado em outros países.

Evidentemente, não se trata de menosprezar a corrupção ocorrida fora das fronteiras nacionais, uma vez que estas geram discussões e aprendizados riquíssimos, além de serem importantes na formação de gestores. Mas, a mesma importância dispensada nesses casos deveria também ser dispensada aos casos brasileiros. Aparentemente, questões sérias não têm sido discutidas pela academia que deve, sim, englobar e focar nos reais problemas do Brasil.

Em segundo lugar, é importante refletir sobre a postura da academia. Não se pretende aqui criticar, mas apenas levantar uma reflexão: será que a academia tem se deixado levar por uma postura de só publicar aquilo que ela quer ou aquilo que considera essencial e relevante, deixando de lado outros assuntos que não são de seu interesse? Se sim, quais são os critérios para classificar um assunto em relevante ou irrelevante?

A última inquietação foi a respeito da limitação deste estudo. Existe, notoriamente, uma demora em analisar os artigos que são submetidos às revistas. As peculiaridades do contexto de produtividade científico brasileiro comprometem esse tipo de pesquisa de correlação de duas variáveis, ainda mais quando se busca respostas em determinado período de tempo.



Embora existam limitações, este estudo também encontrou resultados que contribuem para o melhor entendimento de alguns pontos. As publicações sobre a governança corporativa correspondem a 84% de toda a produção científica num período de cinco anos, nas revistas de administração e contabilidade e turismo. Acredita-se, que isso se deve às mudanças acadêmicas no foco de pesquisa sobre a corrupção ao longo dos anos.

A primeira geração de pesquisas se desdobrou na tentativa de criar um conceito universal a respeito do fenômeno. Não foi possível, dadas às peculiaridades de cada contexto. Partiu-se, então, para a segunda geração que buscou identificar os riscos dessa prática nos investimentos. Por fim, a terceira geração, a que atualmente estamos, investiga maneiras/propostas de erradicar a corrupção, o que possivelmente explica o foco dos artigos tratar da governança corporativa com maior expressividade.

No que se refere ao teste de correlação de Pearson, os dados da amostra evidenciaram uma correlação fraca, que não foi suficiente para afirmar que existe uma correlação positiva mínima entre as duas variáveis pesquisadas. Isso quer dizer que, os dados da amostra não apresentaram evidências suficientes para afirmar que a produção científica acompanha a periodicidade anual dos escândalos de corrupção e fraude.

Contudo é importante salientar que a temática da governança corporativa tem sido tratada, na academia, de maneira mais intensa. Isso demonstra que a fraude e a corrupção bem como outros desvios de conduta têm sido combatidas por meio de diversos instrumentos e mecanismos, dentre eles a governança corporativa, que no âmbito acadêmico, tem ganhado especial destaque.

A academia tem demonstrado suas contribuições no combate à corrupção ao direcionar os estudos para os mecanismos de combate aos oportunistas de naturezas diversas no âmbito organizacional. O fato da correlação entre a quantidade de publicação e a veiculação de novos casos de corrupção no país não estarem positivamente correlacionados, não é, necessariamente, um resultado com aspectos puramente negativos, mas uma maneira de questionar e por fim, discutir caminhos condizentes e inerentes ao tema.

O ambiente acadêmico não deve esperar que surja algum escândalo novo para direcionar seus estudos ou aumentar expressivamente as suas publicações em virtude desses acontecimentos. Mas, cabe a academia manter um ritmo constante de publicações relevantes que contribuam não somente com o aprendizado dos alunos,

mas que possa impactar a sociedade por meio da produção do conhecimento.

Levando em consideração os resultados, obtidos a partir da análise de dados, associado a outro breve momento de reflexão, a autora pôde concluir que a academia tem cumprido um importante papel na formação de futuros gestores, especialmente, os da área de administração e contabilidade, na transmissão da ética e dos valores para estes indivíduos.

Embora o impacto da produção científica seja com maior intensidade nos acadêmicos e pessoas relacionadas de alguma maneira à academia, a acessibilidade ao conhecimento é um fator que possibilita que os mais diversos indivíduos da sociedade tenham ciência dessas contribuições.

Assim, o alcance do que é tratado nas universidades, no que se refere à produção do saber, é abrangente e amplo, não sendo restrito à comunidade acadêmica. Posto isso, passa-se nesse momento a abordar algumas outras questões identificadas ao longo da elaboração deste trabalho.

O Brasil tem apresentado avanços significativos com relação ao combate à corrupção, seja por meio da aprovação de leis mais severas, seja a adoção de outras medidas de integridade. Entretanto, é possível observar que a forma de agir continua sendo reativa e não preventiva. O que muitas vezes implica em grandes custos à administração pública na apuração dos casos de denúncia, longos meses de investigação, cujos resultados não são necessariamente rápidos e nem eficientes.

No país, não raramente, a visão popular acerca do trabalho dos órgãos competentes no que se refere a julgamentos e condenações, é que a impunidade ainda impera ou não impõe penas severas quando se trata de grandes executivos e figuras políticas de grande influência. Contudo, é importante frisar que é possível, por meio do cenário atual, verificar algumas mudanças quanto a esse fato. Mas, por não haver nenhuma ação conclusiva, a autora não se aprofundará nesse tópico.

Aos poucos a grande maioria da população tem se tornado consciente do grande prejuízo que os atos de corrupção são capazes de fazer. Os protestos e manifestações ocorridos em 2015 e 2016 demonstraram a importância dada à essa questão por parte da sociedade. A indignação foi não somente pelos montantes elevados que foram desviados, mas igualmente pela posição privilegiada ocupada por integrantes dos esquemas. A distinção do bem público e do privado certamente não tem sido respeitado em todos os níveis.

A cultura brasileira ajuda a explicar em parte como esse fenômeno tomou essas proporções e porque ainda continua em grande escala no país. Desde o período da colonização, subornos, abusos de poder e influência entre outras formas de corrupção se fizeram bastante presentes e eram encarados como maneiras comuns de negociação, caracterizando e implantando, com isso, o que se chama de “jeitinho brasileiro”. Jeitinho esse que abrange uma série de desvios de conduta.

Muitas são as especulações de quais medidas, de fato, podem ser eficientes no combate à práticas corruptas. Em meio a essas inquietações, provavelmente, coubesse a a) implantação de punições bem mais severas que as atuais; b) a utilização de um tratamento igualitário durante todo o processo investigativo e do julgamento, entre o cidadão comum, autoridades públicas, políticos e demais pessoas influentes, acabando, assim, com o foro privilegiado para determinadas pessoas e, c) a adoção de uma postura de “tolerância zero” com a corrupção, classificando-o como um crime mais que hediondo.

Evidentemente, também se faz necessária uma mudança cultural, política e social para que, em conjunto com as medidas anticorrupção, o país possa obter êxito no combate a essa prática que, indubitavelmente afeta negativamente toda a sociedade.

Temos, inegavelmente, tido avanços significativos quanto ao combate à corrupção. Conjuntamente, os avanços são reflexos das ações tomadas nas esferas públicas, privadas, das Instituições de Ensino Superior, do âmbito judiciário e social, etc. Cada um atuando de maneira a obter resultados condizentes com as medidas necessárias para o pleno desenvolvimento de um país onde a corrupção e a fraude não representem os mais graves problemas enfrentados pela nação.

Finalmente, a autora deste trabalho esclarece que ela não teve a pretensão de esgotar o assunto, nem poderia fazê-lo. Durante décadas, se não séculos, pesquisas da área apresentaram limitações difíceis de serem superadas. As lacunas deixadas pelas três gerações de pesquisas permanecem até hoje a espera de uma solução ou uma proposta adequadamente elaborada para atendê-las.

O desenvolvimento desta pesquisa não foi nada fácil, dada às peculiaridades do tema, à complexidade envolvida e as limitações inerentes a uma pesquisa dessa natureza. Estudos mais densos e profundos são necessários.

Dentre os objetivos da autora, na condição de acadêmica que, recentemente, iniciou a sua caminhada intelectual, se desdobrando sobre esse tema, destaca-se a necessidade de maior familiaridade com o tema e em segundo lugar, chamar a atenção tanto dos alunos, quanto o da

academia sobre esse problema que assola a humanidade desde os primórdios da vida em sociedade e requer mais medidas, ou o aperfeiçoamento das medidas existentes para combatê-lo.

Portanto, espera-se que, com este trabalho, o impacto seja positivo para o leitor, no sentido de instiga-lo a investigar mais sobre o tema, gerar inquietações, questionamentos e futuras contribuições, uma vez que o assunto continua bastante atual e dá margem a inúmeros estudos.

### 5.1 Sugestões e recomendações

Com base no que foi exposto anteriormente, algumas sugestões e/ou recomendações para futuras pesquisas foram elaboradas. A primeira diz respeito ao levantamento completo de toda a produção científica brasileira nas revistas de psicologia, ciências sociais, filosofia, sociologia, direito e áreas que tratam do tema. Certamente, a coleta de dados de um estudo desse tamanho demandará um grande esforço. Entretanto, os resultados serão proporcionalmente interessantes e válidos.

É interessante, também, estudar as diferenças nas publicações pelas regiões do país, para averiguar se existe algum padrão ou se a produção está concentrada em determinada região do Brasil e por que.

A terceira sugestão diz respeito à identificação do foco das pesquisas internacionais para fazer uma comparação com a publicação nacional, com a finalidade de verificar se temos acompanhado as tendências mundiais.

A quarta é com relação ao levantamento, nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, da percepção dos alunos quanto ao preparo oferecido pela academia para lidar com situações do ambiente organizacional, onde a corrupção e fraude se fazem presentes.

Por fim, mas não menos importante, fazer um estudo sobre a criação de uma política de estímulo à publicação nas universidades, contemplando propostas que contribuam com sugestões para coibir e erradicar a corrupção, visando o fortalecimento e disseminação de boas ideias e boas práticas.



## REFERÊNCIAS

ABBI e FEBRABRAN. Documento Consultivo “Função de Compliance”, 2014. Disponível em <[www.abbi.com.br](http://www.abbi.com.br)> Acesso em 08 ago. 2015.

ABRAMO, C. W. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. Novos Estudos, Cebrap, São Paulo, n. 73, p. 33-37, nov. 2005.

ABREU, E. S.; DIAS FILHO, J. M. Segmentos especiais da BM&FBOVESPA e dispersão acionária: boa governança corporativa ou isomorfismo institucional?. Revista de Negócios, ISSN 1980-4431, Blumenau, Brasil, v. 18, n. 2, p. 62-80, Abril/Junho de 2013.

ABREU JÚNIOR, R. M.; Lei anticorrupção brasileira: o impacto da Lei 12. 846/2013 nas estruturas de compliance e governança corporativa das maiores instituições financeiras do Estado do Rio Grande do Sul. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants American. Disponível em: <<http://www.aicpa.org>>. Acesso em 09 set. 2015.

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANJOS, G. J.; MARTINS, M. S. O controle interno e a corrupção: uma nova matriz. Tribunal de Contas – Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS, 2011. Disponível em: <[http://www.tce.ms.gov.br/portal/lista\\_artigos/detalhes/161104](http://www.tce.ms.gov.br/portal/lista_artigos/detalhes/161104)> Acesso em: 12 ago. 2015.

ASSING, I.; ALBERTON, L.; TESCH J. M. O comportamento das fraudes nas empresas brasileiras. Rev. FAE, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 141 – 152, jul./dez. 2008.

AZEVEDO, A. M. L. Bribery Act 2010: as principais mudanças trazidas pela nova lei britânica de combate à corrupção. 2012. Disponível em: <<http://andremauro2.jusbrasil.com.br/artigos/121816422/bribery-act->

2010-as-principais-mudancas-trazidas-pela-nova-lei-britanica-de-combate-a-corrupcao> Acesso em: 02 dez. 2015.

BARCA, A. J. Corrupção da Petrobras põe o Brasil à beira do precipício. El País, São Paulo, 23 de novembro de 2014. Brasil. Disponível em:  
<[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/23/politica/1416770529\\_247157.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/23/politica/1416770529_247157.html)> Acesso em: 22 jul. 2015.

BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 9. Ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

BEDICKS, H. B. O processo da dispersão de capital no Brasil sob a perspectiva da governança corporativa: um estudo de casos múltiplos. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2008.

BIEGELMAN, M. T.; BIEGELMAN D.R 2010. Foreign Corrupt Practices Act Compliance Guidebook: Protecting your Organization from Bribery and Corruption. Nova Jersey: John Wiley & Son.

BREALEY, R.A.; MYERS, S. C; ALLEN, F. Princípios de finanças corporativas. 8. ed. São Paulo: McGraw – Hill, 2008.

BRYMAN, A.; BELL, E. Business Research Methods.OUP Oxford. 2004.

BYRD, J.; PARRINO, R.; PRITSH, G. Stockholder-manager conflicts and firm value.Financial Analysts Journal, p. 14-30, May-June, 1998.

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em:  
<[www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CAMARGOS, M. A. ; HELAL, D. H. Remuneração Executiva, Desempenho Econômico-Financeiro e a Estrutura de Governança Corporativa de Empresas Brasileiras. In: XXXI EnANPAD, 2007, Rio de Janeiro. ANAIS DO XXXI ENANPAD. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, v. 1, p. 1-16, 2007.



CAPES. Classificação da Produção Intelectual. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>> Acesso em: 12 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Avaliação Trienal 2013 – Documento de Área. Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs\\_de\\_area/Administra%C3%A7%C3%A3o\\_doc\\_area\\_e\\_comiss%C3%A3o\\_16out.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Administra%C3%A7%C3%A3o_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf)> Acesso em: 19 dez. 2015.

CASTRO, F. A corrupção no orçamento: fraudes em licitações e contratos com o emprego de empresas inidôneas. Especialização em Orçamento Público – ISC/ TCU. Brasília- DF, 2010.

CEPEFIN – Centro de Pesquisas em Finanças. Finanças corporativas de longo prazo: criação de valor com sustentabilidade financeira, v. 2. São Paulo: Atlas, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi. Manual de Compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: <[http://www.ceg.org.br/arquivos/VanessaManzi\\_Compliance.pdf](http://www.ceg.org.br/arquivos/VanessaManzi_Compliance.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

COMPAGNO, J. F. In Ernest & Young: Nova lei anticorrupção afetará empresas brasileiras. 2015. Disponível em: [http://www.ey.com/BR/pt/Newsroom/News-releases/Press\\_release\\_UK\\_Bribery\\_Act](http://www.ey.com/BR/pt/Newsroom/News-releases/Press_release_UK_Bribery_Act). Acesso em: 14 ago. 2015

Conselho de Prevenção da Corrupção – CPC. Recomendação do CPC: Gestão de conflito de interesses no setor público. Lisboa: 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.tcontas.pt/>> Acesso em 07 out. 2015.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Disponível em: <[www.cgu.gov.br/ocde/publicacoes/arquivos/cartilha.pdf](http://www.cgu.gov.br/ocde/publicacoes/arquivos/cartilha.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2015.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Grupo de Trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade Contra a Corrupção. *A responsabilidade social das empresas no combate à corrupção*. 2009. Disponível em: <[www.empresalimpa.org.br](http://www.empresalimpa.org.br)>. Acesso em: 10 set. 2015.

---

\_\_\_\_\_. Relatório de Auditoria especial. 2012. Disponível em: <[http://sistemas2.cgu.gov.br/relats/uploads/5264\\_%202012\\_RDE\\_%200190%20501463\\_2012-46\\_RJ\\_Relat%C3%B3rio%20Gerencial.pdf](http://sistemas2.cgu.gov.br/relats/uploads/5264_%202012_RDE_%200190%20501463_2012-46_RJ_Relat%C3%B3rio%20Gerencial.pdf)> Acesso em: 06 fev. 2016.

COSTA, A. P. P. Casos de fraudes corporativas financeiras: antecedentes, recursos substantivos e simbólicos relacionados. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2011.

COSTA, A. P. P.; WOOD JR. T. Fraudes corporativas. ERA, v. 52, n. 4, agosto, 2012, p. 464 – 472. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto. 3º Ed. – Porto Alegre – RS. Artmed, 2010.

CRISTIANO, M. L.; FERNANDES, H. M. L.; Lei Anticorrupção: principais aspectos e como se preparar para este novo cenário. Online. Disponível em: <<http://www.fblaw.com.br/lei-anticorruptao-principais-aspectos-e-como-se-preparar-para-este-novo-cenario>> Acesso em 11 jan. 2015.

CUERVO-CAZURRA, A.; Better the devil you don't know: Types of corruption and FDI in transition economies. Journal of International Management. Volume 14. P12, 2008.

DE CARLI, C. V. *Lavagem de dinheiro: ideologia da criminalização e análise do discurso*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. Lei Anticorrupção: um retrato das práticas de compliance na era da empresa limpa. 2014.

DEMO, P. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas, 1983.

EL AKREMI, A.; ROUSSEL, P. TREPO, G. CEO compensation strategies: consequences on the structure and management of executive pay. Workingpaper, HEC Paris, n. 741, 2001. Disponível em: <<http://lirhe.univtlse.fr/publications/notes/352-01.pdf>>.

ERNEST & YOUNG. Nova Lei anticorrupção afetará empresas brasileiras. 2015.

Disponível em: [http://www.ey.com/BR/pt/Newsroom/News-releases/Press\\_release\\_UK\\_Bribery\\_Act](http://www.ey.com/BR/pt/Newsroom/News-releases/Press_release_UK_Bribery_Act). Acesso em: 14 ago.2015.

ETHOS. Online. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>> Acesso em 14 jan. 2015.

FAMA, E. F. Agency Problems and the Theory of the Firm. The Journal of Political Economy, v. 88, n. 2, p. 288-307, 1980.

FERREIRA, L. Bribery Act – o que é. 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/bribery-act-o-que-e/60864>> Acesso em: 23 nov. 2015.

FILGUEIRAS, F. B. A corrupção no Brasil e as instituições políticas. Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa” – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/ACBIP.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2015

FONSECA, F.; SANCHEZ, O. Controle da corrupção e reforma do estado. Lua Nova, n. 52, 2001.

FREITAS, Eduardo Costa de. Avaliação do sistema de combate às fraudes empresariais no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências contábeis) Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012.

FUNCHAL, J.; TERRA, P. R. S. Remuneração de executivos, desempenho econômico e governança corporativa: um estudo empírico em empresas latino-americanas. In: XXX EnANPAD, 2006, Salvador.

ANAIS DO XXX ENANPAD. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, 2006.

FURTADO, G. R. Lavagem de dinheiro: aspectos históricos e legais. Arquivo Jurídico, v. 1, n.1, jul/dez 2011. Disponível em: <[www.ojs.ufpi.br/index.php/raj/article/download/1078/864](http://www.ojs.ufpi.br/index.php/raj/article/download/1078/864)> Acesso em: 21 nov. 2015.

GABRIEL, F.; SANTOS, N. A. A governança corporativa e contabilidade. In LOPES, A. B. [Org]. Contabilidade e finanças no brasil. São Paulo: Atlas, 2012.

GARCIA, E.; A corrupção, uma visão jurídico-sociológica. 2008. Disponível em <<http://www.tjrj.jus.br>> Acesso em: 15 ago. 2014.

GEHRKE, G. A. O Brasil nas revistas de notícias Der Spiegel, Le NouvelObservateur, The Economist e Time: um olhar sobre a corrupção. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa - tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, Mai./Jun. 1995a, p.20-29.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, Mai./Jun. 1995b, p.57-63.

GORGA, E. Changing the paradigm of stock ownership from concentrated towards dispersed ownership? Evidence from Brazil and consequences for emerging countries. Northwestern Journal of International Law e Business, v. 29, n. 2, p. 439 - 554, 2009.

GUIZZO NETO, A. Corrupção, Estado Democrático de Direito e Educação. 2008. 290 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GROSSMAN, S. J.; HART, O. D. An Analysis of the Principal-Agent Problem. *Econometrica*, v. 51, p.7-45, 1983.

HAYASHI, F. E. O impacto da corrupção sobre o desenvolvimento dos países. In: Gina Vidal Marcílio Pompeu; Ruy Cardozo de Mello Tucunduva Sobrinho. (Org.). *Direito e sustentabilidade*. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 363-386

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.  
Disponível em:  
<[www.ibgc.org.br](http://www.ibgc.org.br)> Acesso em: 28 dez.2015.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JUNIOR, D. da C. Curso de direito administrativo. Ed. JusPodivm, 7. Ed. 2009.

JUSBRASIL. Imagens de fraude na Saúde dão margem a investigação, diz Wadih. OAB-Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<http://oab-rj.jusbrasil.com.br>> Acesso em: 04 mar. 2016.

KAUFMANN, D., PRAHAN, S., RYTERMAN, R. *New frontiers in diagnosing and combating corruption*. The Worlds Bank Prem. Notes, n. 7, Oct. 1998.

KAUFMANN, D. Myths and Realities of Governance and Corruption. The Brookings Institution: November, 2005.

LEAL, R. P. C.; BORTOLON, P. M. Controle compartilhado: impactos sobre o valor da firma in: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. *Governança Corporativa: estrutura de Controles Societários*. São Paulo: Saint Paul, 2009. p. 125 -137

Lei Anticorrupção gera incertezas, mas consolida a necessidade do compliance. Disponível em:  
<<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/lei-anticorrupcao-gera-incertezas-mas-consolida-a-necessidade-do-compliance/>> Acesso em: 27 ago. 2015

LEVIN, J. FOX, J. A. Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LIRA, M. P. O que é compliance e como profissional da área deve atuar. Jus Brasil: 2014.

Disponível em:

<<http://michaellira.jusbrasil.com.br/artigos/112396364/o-que-e-compliance-e-como-o-profissional-da-area-deve-atuar>> Acesso em: 022 dez. 2015.

LODI, J. B.; Governança corporativa, o governo da empresa e o conselho de administração. 3. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACHADO, L. Lei anticorrupção – 12. 846/13. 2015. Disponível em: <<http://www.amcham.com.br/repositorio-de-arquivos/lei-anticorruptcao-12-846-13>> Acesso em: 12 nov. 2015.

MANZI, Vanessa Alessi. Compliance função, consolidação e desafios. 2008. Disponível em:

<[http://www.ceg.org.br/arquivos/VanessaManzi\\_Compliance.pdf](http://www.ceg.org.br/arquivos/VanessaManzi_Compliance.pdf)>. Acesso em 17 ago. 2015.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATHIAS PEREIRA, J. Reforma do estado e controle da corrupção no Brasil. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-17, abril/junho 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE GOIÁS. Operação Monte Carlo: 9 primeiras ações de improbidade administrativa são propostas pelo MP de Goiás. 2014. Disponível em:

<<http://www.mpggo.mp.br>> Acesso em 12 fev. 2016.

MORETTO NETTO, L. Ética e Responsabilidade Social no Serviço Público. Curso de Capacitação à Distância – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

MOURA, C. C. S. DE. Aspectos relevantes de sobre a improbidade administrativa, Lei 8. 429/92. Âmbito Jurídico: Rio Grande, 2015. Disponível em: <<http://ambito->

juridico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=14131>  
Acesso em 26 nov. 2015.

NORTH, D. Institutions, Institutional Change and Economic Performance, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAZZAGLINI FILHO, M. Lei de Improbidade Administrativa Comentada: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal. Legislação e jurisprudência atualizadas. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, C.C. A ética nos negócios e os impactos financeiros. 2008. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos3/etica-negocios-impactos-financeiros/etica-negocios-impactos-financeiros2.shtml>

PEREIRA NETO, L. G. P. Os agentes políticos e sua responsabilização à luz da lei nº 8.429/92. Advocacia Geral da União. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/531737>> Acesso em: 26 nov. 2015.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Periodico Qualis, 2014. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>> Acesso em: 22 dez. 2015.

PINTO, M. B.; LEAL, R. P. C. Dispersão acionária e remuneração dos administradores. – Rio de Janeiro: UFRJ /COPPEAD, 2012. Disponível em: <[http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/404\\_completo.pdf](http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/404_completo.pdf)> Acesso em 22 fev. 2016.

PODVAL, R. O bem jurídico do delito de lavagem de dinheiro. Revista Brasileira de Ciências Criminais, a.6, n.24, p. 211, outubro-dezembro. 1998.

PORTA, F. C. D. As diferenças entre auditoria interna e compliance. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. Pesquisa global sobre crimes econômicos 2014: Brasil. 2014.

RAPOSO, R. CLAYTON, M. (PWC). Fraude e corrupção: o seu plano de auditoria interna prevê algo a respeito? CLAI 2010: Rio de Janeiro. Disponível em:  
<<http://portal3.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056472.PDF>> Acesso em: 20 nov. 2015.

PORTAL DOS AUDITORES. Introdução à Lei Sarbanes-Oxley (SOx). 2015.  
Disponível em: <<http://www.portaldeauditoria.com.br/auditoria-interna/Introducao-a-lei-Sarbanes-Oxley-SOx.asp>> Acesso em: 21 ago. 2015.

RAMOS, S. E. B. Lavagem de dinheiro: aspectos históricos e processo de branqueamento de capitais. Jusbrasil: 2014. Disponível em:  
<<http://samuelebel.jusbrasil.com.br/artigos/129905516/lavagem-de-dinheiro-aspectos-historicos-e-processo-de-branqueamento-de-capitais>> Acesso em 27 nov. 2015.

SÁ, A. L. DE; HOOG, W. A. Z. Corrupção, fraude e contabilidade. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, R. A. DOS; GUEVARA, A. J. H.; AMORIM, M. C. S. Corrupção e fraude – princípios éticos e pressão situacional nas organizações. RISUS –Journal on Innovation and Sustainability, v. 1, n. 2, 2010.  
Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/4513>>

SANTOS, R. A. DOS; GUEVARA, A. J. H.; AMORIM, M. C. S. Corrupção nas organizações privadas: análise da percepção moral segundo gênero, idade e grau de instrução. R. Adm., São Paulo, v.48, n.1, p.53-66, jan./fev./mar. 2013. Disponível em: .....

SCHLEIFER, A.; VISHNY, R. A survey on corporate governance. Journal of finance, v. 52, nº 2, p.737 – 783, 1997.

SELLTIZ, C., JAHODA, M., COOK, S. W. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: EPU, 1965.



SECURITIES EXCHANGE COMISSION. Spotlight on Foreign Corrupt Practices Act. Online. Disponível em:  
<<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20060917103721AArRAwI>> Acesso em 30 ago. 2015.

SHIRAZI, M. A.; The Impact of Corruption on International Trade. Denver Journal of International Law and Policy, v 40, p. 435, 2011.

SILVA, K. DA.; FLACH, L. Ranking de corrupção e fraudes ocorridas no Brasil entre 1999 e 2012. Congresso Ufsc de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade. Online. 2014. Disponível em:  
<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140423124535.pdf>  
Acesso em: 20 set. 2015.

SILVA, A. R. S. DA.; SATIM, L. A; SOUZA, M. E. A. DE; SILVA, R. F, DA; HENRIQUE, M. R. A Lei Sarbanes-Oxley e seus efeitos na transparência para os investidores brasileiros em empresas S/A. São Paulo, 2007. Disponível em:  
<[http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Lei\\_Sarbanes\\_Oxley\\_e\\_seus\\_efeitos.pdf](http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Lei_Sarbanes_Oxley_e_seus_efeitos.pdf)> Acesso em 23 ago. 2015.

SILVEIRA, A. Di M. da; BARROS, L. A. B. de C.; FAMÁ, R. Estrutura de Governança e de Desempenho Financeiro nas Companhias Abertas Brasileiras: Um Estudo Empírico. Caderno de Pesquisas em Administração, v. 10, n. 1, p. 57-71, jan. / mar. 2003.

SILVEIRA, C. O. DA. Um breve histórico da improbidade administrativa no Brasil. Boletim Jurídico: 2010. Disponível em:  
<<http://www.boletimjuridico.com.br>> Acesso em: 26 nov. 2015.

SILVEIRA, L. D. O; CASTRO, C. R. L. A nova lei anticorrupção no Brasil e os exemplos estrangeiros. Disponível em:  
<<http://www.migalhas.com.br>> Acesso em 21 nov. 2015.

SLOMSKY, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, J. A. DE. Corrupção custa R\$ 130 bi por ano ao País. AE-Agência Estado, 2010. Disponível Em: <<http://muco.com.br>> Acesso em: 16 ago. 2015.

SOUZA, C. D. A organização do conhecimento: estudo bibliometrico na base de dados ISI web of knowledge. Biblios, n 51, 108, 2013. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/viewFile/108/163>> Acesso em: 28 fev. 2016.

SPECK, B. W. Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas. Cadernos Adenauer 10: Os custos da corrupção. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SPINAK, E. Indicadores cienciométricos. Ciência da Informação, v. 27, n. 2, p.141-148, 1998.

STIGLITZ, J. E. Globalization and Its Discontents. W. W. Norton & Company, 2002.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL.Global Corruption Barometer 2013.Online. Disponível em: <<http://www.transparency.org/gcb2013>> Acesso em 02 ago. 2015.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL.Corruption Perception Index.Online. Disponível em: <<http://www.transparency.org>> Acesso em 02 ago. 2015.

TIROLE, J. The Theory of Corporate Finance. United Kingdom: Princeton University Press, 2006.

TRIVINÕS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME.United Nations Handbook on Practical Anti-Corruption Measures for Prosecutors and Investigators. Vienna. 2004.

VALIANCY GROUP. Práticas de corrupção no exterior (FCPA). 2015. Disponível em:

< <http://www.valiancygroup.com/praticas-de-corrupcao-no-exterior-fcpa>> Acesso em 21 nov. 2015.

VIEIRA JUNIOR, W. M. A sociedade civil como peça chave no combate a corrupção. I CONCURSO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DA ASBAN E DO FOCCO/GO. 2011. Disponível em:  
<<http://www.prgo.mpf.mp.br/foccoantigo/artigos/WILMAR-MACHADO-VIEIRA-JUNIOR.pdf>> Acesso em 15 dez. 2015.

WEIJUNG, T. Research methods for business students. Shanghai Jiao Tong University. 2008.

WILLIAMSON, O. E. Corporate finance and corporate governance. The journal of finance, v. 43, nº3 , p. 567-591, july 1988.

WOOD JR. T.; COSTA, A. P. P.; Ações Substantivas e Simbólicas na Criação e Condução de uma Fraude Corporativa: O Caso Boi Gordo. Cad. EBAPE.BR, v. 10 , nº 4, artigo 2, Rio de Janeiro, p. 804-819, dez. 2012.

WORLD BANK *Helping countries combat corruption*: the role of the World Bank. Washington: World Bank, Sept. 2000.

XIANGREN, K. O “conflito de interesses” e a prevenção da corrupção. 2004. Disponível em:

<[www.ccac.org.mo/pt/publication/download/article/Season-12.pdf](http://www.ccac.org.mo/pt/publication/download/article/Season-12.pdf)>  
Acesso em 05 out. 2015.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANCANARO, Antonio Frederico. A corrupção político-administrativa no brasil. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

ZDANOWICZ, J. E. Finanças aplicadas para empresas de sucesso. São Paulo: Atlas, 2012.



## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BBC. Entenda o caso que levou à queda de Erenice Guerra. 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.com>> Acesso em: 19 jan. 2016.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Entenda a operação zelotes da Polícia Federal. 2015. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br>> Acesso em 12 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de São Paulo arquiva investigações de políticos na máfia do ISS. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br>> Acesso em 12 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Inquérito sobre cartel de trens de São Paulo está parado há um ano. 2015. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br>> Acesso em 12 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal manda juiz aceitar acusação contra cartel de trens. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br>> Acesso em 12 mar. 2016.

PORTAL G1. Juiz condena ex-diretor da delta e outras 45 pessoas no caso cachoeira. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com>> Acesso em 31 jan. 2016.

REVISTA CARTA CAPITAL. Metro: justiça aceita denúncia do cartel. 2015. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br)> Acesso em 31 jan.2016.

REVISTA ÉPOCA. Governo do Rio suspende contratos com empresas suspeitas de fraude. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>> Acesso em 14. Jan. 2014.

REVISTA ÉPOCA NEGÓCIOS. Os maiores escândalos de corrupção do Brasil. 2015. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com>> Acesso em: 12 fev. 2016.

REVISTA ISTOÉ. Máfia dos trens superfaturou em quase 1 bi na gestão Serra. Disponível em: <[www.istoé.com.br](http://www.istoé.com.br)> Acesso em: 12 jan. 2016.

REVISTA VEJA. Dnit e Valec têm contratos com empresas de fachada. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>> Acesso em 23 fev 2016.

\_\_\_\_\_. O futuro do Carf depois da Operação Zelotes. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>> Acesso em 20 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Seis executivos de empresas viram réus por cartel no metrô de SP. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>> Acesso em 20 jan. 2016.

VALOR ECONÔMICO. Ex-ministra Erenice Guerra é alvo da oposição em CPI do BNDES. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br>> Acesso em: 16 jan. 2016.

**APÊNDICE A** – Quantidade de publicação nas revistas classificadas em A2.

| ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE, DADOS, EBAPE BR |      |      |      |           |      |      |
|---|------|------|------|-----------|------|------|
|   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013      | 2014 | 2015 |
| CORR                                      |      | 1    |      |           |      |      |
| FRAUDE                                    |      |      | 1    |           | 1    |      |
| GOV. COR                                  | 1    |      |      | 2         |      | 1    |
| RAC                                       |      |      |      |           |      |      |
| CORR                                      | 1    |      |      |           |      | 1    |
| FRAUDE                                    |      |      |      | 1         |      |      |
| GOV. COR                                  | 2    | 1    |      | 2         |      |      |
| RAE                                       |      |      |      |           |      |      |
| CORR                                      |      |      |      | 1         |      |      |
| FRAUDE                                    |      |      | 1    | 1         |      | 1    |
| GOV. COR                                  | 1    |      | 1    | 2         | 1    | 3    |
| FEA-RA                                    |      |      |      |           |      |      |
| CORR                                      |      |      |      | 1         |      | 2    |
| FRAUDE                                    |      |      |      |           |      |      |
| GOV. COR                                  |      |      | 5    | 7         | 4    | 1    |
| REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E NEGÓCIOS   |      |      |      |           |      |      |
| CORR                                      |      |      |      |           |      | 1    |
| FRAUDE                                    |      |      |      |           | 1    |      |
| GOV. COR                                  | 1    | 3    | 4    |           |      | 1    |
| REVISTA CONTABILIDADE E FINANÇAS          |      |      |      |           |      |      |
| CORR                                      |      |      |      | 1         |      |      |
| FRAUDE                                    |      |      |      |           |      |      |
| GOV. COR                                  |      |      | 2    | 3         | 1    | 1    |
| RAUSP e RAP                               |      |      |      |           |      |      |
| CORR                                      |      |      |      | 1         | 1    | 1    |
| FRAUDE                                    |      |      |      |           | 1    |      |
| GOV. COR                                  | 1    | 1    | 3    | 1         | 2    |      |
| TOTAL ANUAL                               | 7    | 6    | 17   | 23        | 12   | 13   |
| <b>TOTAL GERAL</b>                        |      |      |      | <b>78</b> |      |      |

Fonte: Desenvolvido pela autora.





**APÊNDICE B – Quantidade de publicação nas revistas classificadas em B1.**

| BBR, ECO. APLICADA, ESTUDOS ECONÔMICOS, GESTÃO E CONTABILIDADE |      |      |      |      |      |      |
|--|------|------|------|------|------|------|
|  | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| CORR   | 1    |      |      | 1    |      | 1    |
| FRAUDE   |      |      |      |      | 1    |      |
| GOV. COR   |      |      |      |      |      | 1    |
| CONTABILIDADE VISTA E REVISTA                                  |      |      |      |      |      |      |
| CORR   |      |      |      |      |      |      |
| FRAUDE   |      |      | 1    |      |      |      |
| GOV. COR   | 3    | 2    | 3    | 2    |      | 1    |
| ENFOQUE  |      |      |      |      |      |      |
| CORR   |      |      |      |      |      |      |
| FRAUDE   |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR   |      | 1    |      |      | 5    | 4    |
| RAM  |      |      |      |      |      |      |
| CORR   |      |      |      |      |      | 1    |
| FRAUDE   |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR   |      | 1    |      | 2    | 1    |      |
| REAd, REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS                   |      |      |      |      |      |      |
| CORR   |      |      |      | 1    |      |      |
| FRAUDE   |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR   |      | 1    |      | 1    |      | 1    |
| REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE                         |      |      |      |      |      |      |
| CORR   |      |      |      |      | 1    |      |
| FRAUDE   |      |      | 1    |      | 1    |      |
| GOV. COR   | 4    | 3    | 1    | 2    | 4    | 1    |
| REVISTA UNIVERSO CONTÁBIL                                      |      |      |      |      |      |      |
| CORR   |      |      |      |      |      |      |
| FRAUDE   |      |      |      | 1    | 1    | 1    |
| GOV. COR   | 1    | 2    | 3    | 2    | 1    | 3    |
| REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES                        |      |      |      |      |      |      |
| CORR   |      |      |      |      | 1    |      |
| FRAUDE   | 1    |      | 3    |      | 1    | 2    |
| GOV. COR   | 1    | 2    | 2    | 2    | 5    | 3    |

| REVISTA ECONOMIA POLÍTICA |    |    |    |    |    |    |
|---------------------------|----|----|----|----|----|----|
| CORR                      |    |    | 1  |    |    |    |
| FRAUDE                    |    |    |    |    |    |    |
| GOV. COR                  |    |    |    |    |    |    |
| TOTAL ANUAL               | 11 | 12 | 15 | 14 | 22 | 19 |
| TOTAL GERAL               |    |    |    |    |    | 93 |

Fonte: Desenvolvido pela autora

**APÊNDICE C** - Quantidade de publicação nas revistas classificadas em B2

| APGS, BASE, FACES, Gestão & Regionalidade |      |      |      |      |           |      |
|---|------|------|------|------|-----------|------|
|   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014      | 2015 |
| CORR                                      |      |      |      |      | 1         | 1    |
| FRAUDE                                    |      | 1    |      |      |           | 1    |
| GOV. COR                                  | 5    | 2    | 4    | 4    | 9         | 3    |
| RAI, RBFin, RPBG, ReA UFSM, RCA           |      |      |      |      |           |      |
| CORR                                      |      |      |      | 2    |           |      |
| FRAUDE                                    |      |      |      |      |           |      |
| GOV. COR                                  | 2    | 3    | 6    | 3    | 4         | 4    |
| RAU                                       |      |      |      |      |           |      |
| CORR                                      |      |      |      |      |           |      |
| FRAUDE                                    |      |      |      |      |           |      |
| GOV. COR                                  |      |      |      | 2    | 2         | 2    |
| TOTAL ANUAL                               | 7    | 6    | 10   | 11   | 16        | 11   |
| <b>TOTAL GERAL</b>                        |      |      |      |      | <b>61</b> |      |

Fonte: Desenvolvido pela autora

**APÊNDICE D** - Quantidade de publicação nas revistas classificadas em B3

| Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Comunicação e Cidadania, Contexto, Contextus, Economia e Desenvolvimento, CEPE, Gestão e Planejamento |            |          |           |           |           |           |
|--|------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|  | 2010       | 2011     | 2012      | 2013      | 2014      | 2015      |
| CORR   |            | 1        | 2         |           |           | 1         |
| FRAUDE   | 1          |          |           | 1         |           |           |
| GOV. COR   | 2          | 1        | 1         | 1         | 7         | 1         |
| Revista Organizações em Contexto, Pretexto, RACE   |            |          |           |           |           |           |
| CORR   |            |          |           |           |           | 1         |
| FRAUDE   |            |          |           |           |           |           |
| GOV. COR   | 2          | 1        | 1         | 1         | 2         | 3         |
| RECONT, Reunir, Alcance, Ambiente Contábil   |            |          |           |           |           |           |
| CORR   |            |          | 1         | 2         |           | 4         |
| FRAUDE   |            |          | 1         |           |           |           |
| GOV. COR   | 1          | 2        | 7         | 8         | 5         | 12        |
| RBADM, Capital Científico Revista Catarinense da Ciência Contábil, Economia e Gestão, Gestão & Tecnologia, Organizações em contexto, PCA   |            |          |           |           |           |           |
| CORR   |            |          |           |           |           |           |
| FRAUDE   |            |          |           |           |           |           |
| GOV. COR   | 2          | 2        | 5         | 4         | 11        | 9         |
| Vale do rio verde, Revista de Administração IMED, REPEC, RFA   |            |          |           |           |           |           |
| Revista de Negócios  |            |          |           |           |           |           |
| CORR   | 1          | 1        |           |           |           |           |
| FRAUDE   |            |          |           |           |           |           |
| GOV. COR   | 1          |          | 1         | 2         | 4         | 3         |
| <b>TOTAL ANUAL</b>   | <b>10</b>  | <b>8</b> | <b>19</b> | <b>19</b> | <b>29</b> | <b>34</b> |
| <b>TOTAL GERAL</b>   | <b>119</b> |          |           |           |           |           |

Fonte: Desenvolvido pela autora

**APÊNDICE E - Quantidade de publicação nas revistas  
classificadas em B4**

| ABCUSTOS, ADM.MADE, CAPITAL CIENTÍFICO, REVISTA SOCIAIS E HUMANAS |      |      |      |      |      |      |
|---|------|------|------|------|------|------|
|   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| CORR  |      |      |      |      |      |      |
| FRAUDE  |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR  | 1    | 1    |      | 1    |      | 1    |
| TECER, CESUMAR, RASM, CONNEXIO, CGG, DESENVOLVE, DIALOGO, REG     |      |      |      |      |      |      |
| CORR  | 1    |      |      |      |      | 1    |
| FRAUDE  |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR  |      | 1    | 4    | 6    | 6    | 12   |
| ESTUDO & DEBATE, ESTUDOS DO ISCA, GEST & DESEN., PENSAM & REALD   |      |      |      |      |      |      |
| CORR  | 1    |      | 1    |      | 1    |      |
| FRAUDE  |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR  |      |      |      | 1    | 1    | 2    |
| PENSAR CONTÁBIL, RC&G, REA, REUNA, EVIDENCIAÇÃO CONT & FINAN      |      |      |      |      |      |      |
| CORR  |      |      |      |      |      |      |
| FRAUDE  |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR  | 1    | 5    | 5    | 5    | 3    | 5    |
| GESTÃO CONTEM., ORG SIST., RUC, UNIABEU, RA, RANA, RAGC, RC UFBA  |      |      |      |      |      |      |
| CORR  |      |      | 1    |      |      | 1    |
| FRAUDE  |      |      |      | 2    |      |      |
| GOV. COR  | 2    | 1    | 5    | 6    | 1    | 5    |
| CCGF, GECONT  |      |      |      |      |      |      |
| CORR  |      |      |      |      |      |      |
| FRAUDE  |      |      |      |      |      |      |
| GOV. COR  |      |      |      | 2    |      | 2    |
| TOTAL ANUAL   |      |      |      |      |      |      |
|   | 6    | 8    | 16   | 23   | 12   | 29   |
| TOTAL GERAL   |      |      |      |      | 94   |      |

Fonte: Desenvolvido pela autora

**APÊNDICE F** - Quantidade de publicação nas revistas classificadas em B5

| INFORMAÇÃO CONTÁBIL, GESTÃO.ORG, RECADM                     |           |          |          |          |          |          |
|---|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|
|   | 2010      | 2011     | 2012     | 2013     | 2014     | 2015     |
| CORR  |           |          |          |          |          |          |
| FRAUDE  |           |          |          |          |          |          |
| GOV. COR  | 1         |          |          | 1        | 3        | 1        |
| RGO, VER. DE CONT. DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UERJ |           |          |          |          |          |          |
| CORR  |           |          |          |          | 1        |          |
| FRAUDE  |           |          | 1        |          |          |          |
| GOV. COR  | 1         |          | 3        | 2        | 2        |          |
| <b>TOTAL ANUAL</b>  | <b>2</b>  | <b>0</b> | <b>4</b> | <b>3</b> | <b>6</b> | <b>1</b> |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>16</b> |          |          |          |          |          |

Fonte: Desenvolvido pela autora

**ANEXO A-** Tabela do valor absoluto mínimo para o coeficiente de correlação  $r$  de Pearson ser significativo.

|     | Nível de significância, $\alpha$ , num teste unilateral |       |       |       |       |       |
|-----|---|-------|-------|-------|-------|-------|
|     | 0,100   | 0,050 | 0,025 | 0,010 | 0,005 | 0,001 |
| $n$ | Nível de significância, $\alpha$ , num teste bilateral  |       |       |       |       |       |
|     | 0,200   | 0,100 | 0,050 | 0,020 | 0,010 | 0,002 |
| 5   | 0,687   | 0,805 | 0,878 | 0,934 | 0,959 | 0,986 |
| 6   | 0,608   | 0,729 | 0,811 | 0,882 | 0,917 | 0,963 |
| 7   | 0,551   | 0,669 | 0,754 | 0,833 | 0,875 | 0,935 |
| 8   | 0,507   | 0,621 | 0,707 | 0,789 | 0,834 | 0,905 |
| 9   | 0,472   | 0,582 | 0,666 | 0,750 | 0,798 | 0,875 |
| 10  | 0,443   | 0,549 | 0,632 | 0,715 | 0,765 | 0,847 |
| 11  | 0,419   | 0,521 | 0,602 | 0,685 | 0,735 | 0,820 |
| 12  | 0,398   | 0,497 | 0,576 | 0,658 | 0,708 | 0,795 |
| 13  | 0,380   | 0,476 | 0,553 | 0,634 | 0,684 | 0,772 |
| 14  | 0,365   | 0,458 | 0,532 | 0,612 | 0,661 | 0,750 |
| 15  | 0,351   | 0,441 | 0,514 | 0,592 | 0,641 | 0,730 |
| 16  | 0,338   | 0,426 | 0,497 | 0,574 | 0,623 | 0,711 |
| 17  | 0,327   | 0,412 | 0,482 | 0,559 | 0,606 | 0,694 |
| 18  | 0,317   | 0,400 | 0,468 | 0,543 | 0,590 | 0,678 |
| 19  | 0,308   | 0,389 | 0,456 | 0,529 | 0,575 | 0,662 |
| 20  | 0,299   | 0,378 | 0,444 | 0,516 | 0,561 | 0,648 |
| 21  | 0,291   | 0,369 | 0,433 | 0,503 | 0,549 | 0,635 |
| 22  | 0,284   | 0,360 | 0,423 | 0,492 | 0,537 | 0,622 |
| 23  | 0,277   | 0,352 | 0,413 | 0,482 | 0,526 | 0,610 |
| 24  | 0,271   | 0,344 | 0,404 | 0,472 | 0,515 | 0,599 |
| 25  | 0,265   | 0,337 | 0,396 | 0,462 | 0,505 | 0,588 |
| 26  | 0,260   | 0,330 | 0,388 | 0,453 | 0,496 | 0,578 |
| 27  | 0,255   | 0,323 | 0,381 | 0,445 | 0,487 | 0,568 |
| 28  | 0,250   | 0,317 | 0,374 | 0,437 | 0,479 | 0,559 |
| 29  | 0,245   | 0,311 | 0,367 | 0,430 | 0,471 | 0,550 |
| 30  | 0,241   | 0,306 | 0,361 | 0,423 | 0,463 | 0,541 |
| 35  | 0,222   | 0,283 | 0,334 | 0,392 | 0,430 | 0,504 |
| 40  | 0,207   | 0,264 | 0,312 | 0,367 | 0,403 | 0,474 |
| 45  | 0,195   | 0,248 | 0,294 | 0,346 | 0,380 | 0,449 |
| 50  | 0,184   | 0,235 | 0,279 | 0,328 | 0,361 | 0,427 |
| 60  | 0,168   | 0,214 | 0,254 | 0,300 | 0,330 | 0,391 |
| 70  | 0,155   | 0,198 | 0,235 | 0,278 | 0,306 | 0,363 |
| 80  | 0,145   | 0,185 | 0,220 | 0,260 | 0,286 | 0,340 |
| 90  | 0,136   | 0,174 | 0,207 | 0,245 | 0,270 | 0,322 |
| 100 | 0,129   | 0,165 | 0,197 | 0,232 | 0,256 | 0,305 |

Notas: (1) Tabela construída com base na estatística

$$t = \frac{r \cdot \sqrt{n-2}}{\sqrt{1-r^2}}$$

que tem distribuição  $t$  de Student com  $gl = n - 2$ , sob as suposições de os dados terem distribuição normal e a correlação ser linear.

(2) A coluna em destaque é a mais usada.

Fonte: Barbetta, 2014.